



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

SARA MOURA DE CARVALHO

“TORNAR-ME BRANCA, TORNAR-SE BRANCA”:
NARRATIVAS DE PSICÓLOGAS BRANCAS SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS, UM
DIÁLOGO A PARTIR DA BRANQUITUDE CRÍTICA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO
2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

SARA MOURA DE CARVALHO

“TORNAR-ME BRANCA, TORNAR-SE BRANCA”:
NARRATIVAS DE PSICÓLOGAS BRANCAS SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS, UM
DIÁLOGO A PARTIR DA BRANQUITUDE CRÍTICA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Garcia.

SÃO PAULO

2020

Banca Examinadora

AGRADECIMENTO AO CNPq

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Número do processo: 130217/2019-0

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, como fonte de toda inspiração que há, à minha família espiritual e à Santa Sara Kali, pelos caminhos abertos e alento, pelo chão que se fez presente, quando eu achava que não existia onde tocar os pés.

Aos meu pais, Jussiara e Jorge, pela força que inspira cuidado e proteção, ao incentivo que me fez ser o que sou a todo momento, abraço que se faz presente, mesmo na distância geográfica, com todo amor e dedicação a cada preocupação e encorajamento para a realização concreta dos meus objetivos.

A Magno que foi companhia em todo processo destes escritos, sempre com a palavra certa para a movimentação das ideias e ideais, você é força e me entusiasma a ser minha melhor versão, sempre.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Joana Azevedo Lima, por ser aquela que apontou os caminhos da psicologia social, me ensinando sobre os afetos, que são dialéticos, e se materializam no aqui-agora que se faz presente em cada encontro nosso, no despertar para à iluminação e no incentivo para que me torne um ser cada vez mais alinhado com minha essência.

À orientadora, Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Garcia, por ter sido sensível aos meus processos, se fazendo corpo presença, para além de metodologias acadêmicas, se possibilitando ser acolhimento nos momentos que mais precisei. Aos seus escritos e corpo político que se faz inspiração para nosso movimentar feminista, para feitos que propiciem emancipação aos corpos marginalizados socialmente.

Às minhas parceiras de Núcleo, Nathalí, por se permitir ser lanterna metodológica e política para as suas camaradas, ser essência e acalanto para nos impulsionar; a Ester e Jamille, pelos encontros e discussões, sobre os nossos textos, tornando os nossos escritos coletivos uma prática coletiva, cada palavra dita trouxe fundamento e sentido para essa trajetória.

Agradeço a Mariana, pela parceria e amizade, que se perpetuou na decisão de fazermos esse mestrado juntas. Sua companhia me possibilitou casa, com seu sotaque baiano, nos momentos em que a saudade era onde eu habitava.

A Rosie, desde sua aparição em minha vida, o sentido de ser amiga passou a ter mais concretude de irmandade. A Shirley, por ter me emprestado o livro Psicologia Social do Racismo, e ter me possibilitado esse giro epistemológico dos estudos da branquitude, cada palavra sua é internalizada como força de coragem e respiro.

Agradeço a Cibele, por ser acolhimento em forma de gente, por ter me possibilitado afeições por tantos cantos paulistanos.

A tantas e tantos outros que somaram nesse processo, que possibilitaram olhares mais amplos e ações mais compromissadas com o social, eu agradeço.

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural

Lélia Gonzalez para o jornal Mulherio, ano II, nº 5, janeiro/
fevereiro de 1982, p. 3

RESUMO

CARVALHO, Sara Moura de. “Tornar-me branca, tornar-se branca”: narrativas de psicólogas brancas sobre as relações raciais, um diálogo a partir da branquitude crítica. 2020. 110 fls. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

Nas últimas duas décadas, pesquisas e práticas profissionais da psicologia têm sido revistas em novos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais no país, demonstrando que esta ciência constitui campo fértil de produções que podem tanto compactuar quanto romper com tradições epistemológicas do campo. Dentre as abordagens críticas, aquelas que investigam as relações raciais nas práticas da psicologia são talvez as que têm produzido os maiores desafios teórico-conceituais. Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender, através da ferramenta de investigação narrativa autobiográfica (história e projeto de vida), as narrativas de psicólogas, que se autodeclaram brancas, como estas percebem o tema das relações raciais, assim como, apreender o significados e os sentidos que estas atribuem a suas identidades sociais, sobretudo, a racial. Cinco psicólogas, todas nascidas e/ou atuantes no estado de São Paulo, narraram sua trajetória com o tema, assim como, os possíveis sentidos sobre suas identidades raciais. Os resultados das narrativas demonstraram que estas estiveram mais sensíveis a temática a partir do contato interracial, assim como a partir de práticas de sensibilização com o tema. A análise dos dados será por intermédio dos núcleos de significação. O critério de seleção para a participação na pesquisa foi que estas fossem formadas em psicologia, se autodeclarassem brancas e tivessem algum tipo de aproximação com o tema das relações raciais, isso obtendo como proposta, um olhar crítico para a branquitude e a reflexão sobre as possibilidades de ampliar e/ou repercutir sobre práticas implicadas com o contexto racial brasileiro. Esse trabalho surgiu com o intuito de apontar a importância de se articular as relações raciais na prática de psicólogas brancas. Neste sentido, buscou-se verificar como as implicações da branquitude podem se desdobrar na atuação *psi* – com isso, os estudos críticos da branquitude auxiliaram para o aporte teórico, assim como os estudos sociológicos sobre raça e racismo. Os fundamentos da psicologia social e a perspectiva decolonial deram base na costura dos diálogos traçados.

Palavras-chave: psicologia; branquitude; psicologia social; relações raciais; decolonialidade

ABSTRACT

In the last two decades, research and professional practices in psychology have been reviewed in new political, economic, social and cultural contexts in the country, demonstrating that this science constitutes a fertile field of productions that can both compact and break with the field's epistemological traditions. Among the critical approaches, those that investigate race relations in the practices of psychology are perhaps those that have produced the greatest theoretical and conceptual challenges. This research has as main objective to understand, through the autobiographical narrative investigation tool (history and life project), the narratives of psychologists, who call themselves white, as they perceive the theme of race relations, as well as, to apprehend the meanings and meanings that they attribute to their social identities, above all, racial. Five psychologists, all born and / or working in the state of São Paulo, narrated their trajectory with the theme, as well as the possible meanings about their racial identities. The results of the narratives showed that they were more sensitive to the theme from interracial contact, as well as from awareness-raising practices with the theme. The analysis of the data will be through the meaning cores. The selection criterion for participation in the research was that they were trained in psychology, self-declared to be white and had some kind of approximation to the theme of race relations, obtaining as a proposal, a critical look at whiteness and reflection on the possibilities to expand and / or reflect on practices involved with the Brazilian racial context. This work arose with the intention of pointing out the importance of articulating race relations in the practice of white psychologists. In this sense, we sought to verify how the implications of brachitude can unfold in the psi performance - with this, the critical studies of whiteness helped for the theoretical contribution, as well as the sociological studies on race and racism. The foundations of social psychology and the decolonial perspective were based on the stitching of the outlined dialogues.

Keywords: psychology; whiteness; social psychology; race relations; decoloniality

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
IBGE	Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
MN	Movimento Negro
NIP	Núcleo Inanna de Pesquisa
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SBMFC	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA E SUAS DECORRÊNCIAS, DESLOCAMENTOS DE UMA PESQUISA CORPORIFICADA	25
2.1 Construindo saberes no campo da psicologia social a partir de uma postura decolonial e dos estudos da branquitude crítica	33
2.2 A construção do campo de pesquisa em tempos de COVID-19	38
2.3 As narradoras	41
2.3.1 Irene (Narradora 1)	45
2.3.2 Madalena (Narradora 2)	46
2.3.3 Joaquina (Narradora 3)	47
2.3.4 Cora (Narradora 4)	48
2.3.5 Tereza (Narradora 5)	48
3 RACIALIZAR A NEUTRALIDADE: PSICOLOGIA E ASPECTOS HISTÓRICOS, COLOCANDO A BRANQUITUDE EM QUESTÃO	50
3.1 Posicionamentos da psicologia frente ao racismo	62
4 “TORNAR-ME BRANCA, TORNAR-SE BRANCA”: AS PSICÓLOGAS E OS ASPECTOS DA BRANQUITUDE	68
4.1 O conceito de branquitude	69
4.2 Implicações da branquitude	75
4.3 Racial literacy/Letramento racial	78
5 “CAMINHO SE CONHECE ANDANDO”: POSSIBILIDADES DE PERCURSOS PARA UMA ATUAÇÃO PSI IMPLICADA E ATENTA AOS DESDOBRAMENTOS RACIAIS DA BRANQUITUDE	83
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A-	108
APÊNDICE B-	109

1 INTRODUÇÃO

Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo, quanto mais fundamentando no conhecimento concreto da realidade. (SOUZA, 1983, p. 17).

Tensionamentos vêm sendo construídos, na psicologia social, quanto à prática de psicólogas frente aos determinantes do racismo. Raça, enquanto construto social, que conforma posições materiais e subjetivas, vem ganhando camadas outras, diante do olhar e reconhecimento das profissionais que se colocam implicadas contra as opressões e alinhadas com as determinações éticas do fazer. Nesse sentido, este trabalho surge como maneira de contribuir para a ampliação sobre o debate de raça e racismo na psicologia. A proposta aqui é refletir sobre a prática de psicólogas brancas a partir do seu comprometimento ou não com a temática das relações raciais, obtendo como vetor de análise a branquitude crítica.

O objetivo desse estudo é dialogar com outras psicólogas brancas para compreender suas narrativas de interesse com o tema das relações raciais, buscando apreender o significado e os sentidos de sua identidade racial e os possíveis atravessamentos desta em seus campos de saber e fazer. Os estudos referentes à identidade racial branca – branquitude – nos auxiliará a refletir sobre as lógicas hegemônicas que se perpetuam na psicologia. A proposta é construir com outras psicólogas brancas, que estejam abertas para a reflexão sobre raça – e outros marcadores sociais – para pensarmos horizontalmente quais os desdobramentos nas nossas práticas quando reconhecemos os emaranhados que envolvem a branquitude.

Este trabalho surge das discussões que vêm conduzindo minha prática e ativismo, que, no meu critério, são âmbitos que se atravessam. Desde o meu primeiro contato com o tema da branquitude, mais precisamente no livro “Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil” organizado por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento, e publicado em 2002¹ (CARONE; BENTO, 2002), o interesse pelo assunto aumentou pari passu as minhas inquietações que vieram a ser conteúdo dessa dissertação. Meu processo de racialização se deu com

¹ Para o do documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para a atuação de psicólogas” esta obra tem como princípio uma virada teórico-epistemológica para a leitura das desigualdades raciais, ao colocar o branco em cena para tratar de raça e racismo. (CFP, 2017).

esse movimento, na medida que fui percebendo o quanto a identidade branca, enquanto racialidade não marcada, é naturalizada a ponto de não percebermos o quanto ela estrutura nossos processos de subjetivação².

O uso do termo racialização dialoga com o que foi definido por Lia Vainer Schucman (2014a), como uma forma de fornecer significados sociais a partir de traços que distinguem racialmente determinadas populações, utilizando-se genericamente da categoria raça para descrevê-las, mesmo em casos que essa diferença seja apenas imaginada. Georgia Marciniuk (2018) nos aponta que, a partir do entendimento de raça como uma construção social, todas as pessoas são racializadas, mas que existem formas diferentes de marcar essa racialidade. De um lado há uma população explicitamente racializada, como pessoas negras e indígenas, do outro uma população que não é racializada, pois é vista como grupo universal e dominante, no caso, pessoas brancas.

O “tornar-me branca, tornar-se branca”, como dito por Cora (nome fictício dado a uma das narradoras deste trabalho), surge como título, aqui enunciado, com o intuito de dialogarmos sobre essa racialidade taticamente não marcada, que é a identidade racial de pessoas brancas, que na tentativa de compreensão das engrenagens do racismo estrutural, se torna preciso a consciência deste como parte dela, sendo sujeito ativo e atuante nas relações raciais. Assim, pensar sobre as maneiras como o racismo se constitui, e pensar em lógicas raciais, é não mais se ver sem as lentes da racialização, avistando essa, e criando narrativas sobre suas problemáticas e implicações.

Significativo nome na história da psicologia, por inaugurar o debate sobre racismo no Brasil e sofrimento psíquico, Neusa Santos Souza (1983), (d)enuncia que o racismo, enquanto subsequência do colonialismo, é preservado e reforçado para a manutenção da hegemonia branca nas relações interraciais. Nesse sentido, quando falamos de racismo, o que está colocado não é apenas a discriminação racial contra os negros, mas a condição de privilégios raciais mantidos pela branquitude. No entanto, pessoas brancas não se reconhecem ocupando posições privilegiadas, simbólicas e materiais, o que por conseguinte, reforça a perpetuação das opressões.

²“Os processos de subjetivação podem ser compreendidos como os constituintes dos sujeitos, que são atravessados pelas diversas formas de relações sociais, políticas e culturais pelas quais se forjam. Segue-se, portanto, uma lógica que não é fixa e nem determinante, mas que está em constante movimento e transformação.” (MARCINIK, 2018, p. 10).

A branquitude é um construto ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são fruto de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios. (SILVA, 2017, p. 27-28).

Como são categorias fundamentais, que apareceram durante todo o decorrer do texto, em interlocução da discussão de outras temáticas, considero necessária a sua condução naquilo que se propõe a introduzir esse trabalho, portanto, tentarei descrever de forma breve os conceitos de raça e racismo, e como esses vêm sendo utilizados nos estudos das relações raciais, a fim de propor uma discussão didática e pedagógica.

É importante enfatizar que na proposta de um debate sobre raça, e nisso inclui sobre racismo, a partir dos estudos críticos da branquitude para pensar a atuação da psicóloga, penso raça como uma categoria relacional que só tem sentido se for analisada a partir de uma construção histórico-social. Com base em Schucman (2014b), digo que, como todas as identidades, brancos e negros só existem em relação, não existe uma essência negra ou uma essência branca. Essas categorias são significadas e ressignificadas sempre em relação. Se torna necessário isso ser dito, pois muitos ainda perpetuam o sentido de raça a partir de uma vertente biologistas.

Aqui, a categoria raça se faz como estratégia política e social para a compreensão do racismo e suas implicações na luta antirracista. Como é colocado por Maria Lúcia da Silva (2017, p. 78) em seu capítulo “Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros”:

Raça é um signo, cujo significado só pode ser encontrado na experiência do racismo; é uma categoria que sustenta e é sustentada por mecanismos de controle social. Portanto, é um signo vazio, preenchido apenas na experiência do racismo ou por meio dela – seja como sujeito de comportamentos racistas, ou como alvo ou objeto do racismo do outro. A noção de raça tem, nesse sentido, uma realidade social plena, e o combate aos comportamentos negativos que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade que só o ato de nomear permite.

A categoria raça é um dos fatores que localiza sujeitos na sociedade, não há necessidade de um conceito de raça legitimado pela ciência para que exista racismo. Isso explica sua permanência na atualidade, pois se transformam em mecanismos de poder (SHUCMAN, 2014). Ou seja, o racismo acaba possuindo inúmeras dimensões, crescendo em territórios não esperados. E raça passa a definir as oportunidades e barreiras (FAUSTINO, 2017).

Como construção do pensamento sobre relações raciais no Brasil, o conceito de raça é fundamental para pensar as estruturais sociais do racismo. Enquanto conceito utilizado sociologicamente, essa não é condizente com a produção do pensamento no século XIX, no qual se instituiu, de maneira a justificar o racismo, uma ideia de raça em seu sentido biológico. Porém, os conteúdos produzidos pelo chamado racismo científico desse século, atravessam e geram condicionamento no pensamento social até os dias atuais.

Incorporado no contexto sócio-histórico, o racismo teve a sua justificativa a partir da manifestação da categoria raça, que, enquanto aporte ideológico, serviu para legitimar o processo de escravidão dos povos africanos, a colonização e os modos de expansão do capitalismo. O surgimento de raça, a partir do seu viés biológico, serviu como dispositivo para validar a subjugação de outros povos por parte da população europeia. Com isso, o racismo começa a ser nomeado a partir do século XVI, quando a civilização europeia entra em contato com a população nativa dos outros continentes, e tem sua consolidação no século XIX com o pensamento acadêmico sobre o conceito de raça, a partir do racismo científico (SHUCMAN, 2010).

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios

morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2003, p.6).

Para Silvio de Almeida (2019), o positivismo inaugurado no século XIX transformou a busca sobre interpretações das diferenças humanas em indagações científicas, questões que passaram de objeto filosófico para objeto científico, a biologia, assim, passou a ser instrumento explicativo da diversidade humana, com isso, nasce a ideia de que características biológicas seriam capazes de explicar aspectos morais, psicológicos e intelectuais das diferentes raças.

Pesquisadoras(es) no campo das relações raciais vêm demonstrando que a sobreposição de cor e raça ainda se faz presente sobremaneira no imaginário social brasileiro, isso sendo perpetuação, inclusive, das teorias racistas produzidas pelo racismo científico. Sendo assim, a discriminação e o preconceito³ racial têm por critério o fenótipo, principalmente, a cor das pessoas. Debater raça na atualidade condiz com estruturas sociais que se utilizam dessa categoria, atribuindo privilégios para as(os) brancas(os) e discriminação para os não-brancos.

O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo à qual ele pertence. (MUNANGA, 2003. p.8).

Segundo Aníbal Quijano (2005), o conceito de raça é fundamental na colonialidade. A perspectiva europeia do conhecimento sobre a ideia de raça, elaborou epistemologias para a naturalização das relações de dominação. Desde a colonização, a ideia de raça demonstra ser o mais eficaz e durável dispositivo de dominação na América. Os povos tradicionais e a população negra foram postos em

³ “O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. (...) A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupo racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta. A discriminação direta é o repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos, motivado pela condição racial. (...) Já a discriminação indireta é um processo em que a situação específica de grupos minoritários é ignorada – discriminação de fato -, ou sobre a qual são impostas regras de neutralidade racial.” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

uma condição, lida como natural, de inferioridade, e como consequência, seus traços fenotípicos, bem como seus aspectos psíquicos e culturais. Com isso, raça tornou-se base de desigualdades sociais.

A partir disso, entendo que o racismo é produzido e produtor da categoria raça. Nesse trabalho, o racismo é entendido como apontado por Almeida (2019), sendo uma maneira sistemática de discriminar, obtendo a ideia de raça como base, e que pode ser manifesto por práticas conscientes ou inconscientes, que se desdobram em desvantagens ou privilégios, de acordo com o racial que o sujeito pertença.

Pensar as relações raciais, é compreender o sentido amplo em que as categorias raça, racismo e identidade racial se inter cruzam e constroem sentidos sociais e produção de hierarquias e desigualdades. Refletir sobre as relações raciais no Brasil é perceber o que institui sociologicamente as ideias de raça e os desdobramentos dela, como o racismo. De forma estratégica, raça é utilizada na luta antirracista como condição política, sendo um fator que hierarquiza e localiza pessoas na sociedade, assim como possibilidade analítica para criação de políticas públicas, ações afirmativas etc.

Para o documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o)” (CFP, 2017), é preciso definir raça e distingui-la de etnia, pois muitos utilizam a categoria etnia sobrepondo a ideia de raça, como forma de não nomear o racismo, mascarando suas consequências. Raça é, como dito antes, a concretude do corpo inscrito no fenótipo, sendo as características físicas ligadas a aspectos como inteligência, civilidade etc. Por outro lado, etnia é um conceito que parte do princípio que os sujeitos estão ligados a partir de elementos históricos e culturais. Com isso, como não há elementos socioculturais que integrem o grupo dos brancos, assim como o dos negros e indígenas, esses são considerados identidades raciais. O que temos é a construção sociologicamente produzida de um corpo que pode ser considerado branco, negro, indígena e amarelo. Vale marcar que o grupo racial pardo é formado por pessoas mestiças, com isso, o pardo pode ser visto como a justaposição/síntese dos variados grupos raciais, ou negação deles. Comumente, pardos são aqueles que têm ascendência negra em miscigenação com outro grupo racial, e, portanto, o Movimento Negro considera negro uma categoria política e analítica combinada por pretos e pardos.

A fim de apresentar didatismo aos contornos do debate sobre racismo, o autor Almeida (2019) traz três concepções de racismo: individual, institucional e estrutural.

A concepção individualista aparece na forma de discriminação direta, se tratando de um comportamento direto, porém, é necessário tomar cuidado quanto ao olhar para os sentidos do racismo apenas em seu âmbito interpessoal, pois, por vezes ressalta a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. Olhar o racismo, apenas em sua concepção individualista – interpessoal – pode se tornar uma perspectiva frágil e limitada, pois podem ter bases de análise carentes de perspectiva histórica, recaindo sobre aspectos morais como – “racismo é errado”, “como pode alguém ser racista em pleno século XXI” etc. – com o olhar apenas fragmentado pela perspectiva individual, deixa-se de considerar o racismo que são instituídos pelo abrigo da legalidade, muitas vezes, com o apoio de líderes políticos, ditos “homens de bem”.

Para Almeida (2019), a concepção do racismo institucional, significou um avanço necessário ao campo teórico dos estudos das relações raciais. Nessa perspectiva, o racismo se limita a comportamentos individuais, mas percebido como resultado dos modos de funcionamento das instituições, sendo que essas partes da sociedade carregam em si os conflitos sociais e incorporam em seu interior as dinâmicas raciais, sendo muitas vezes, atribuídos conflitos por monopólio do poder social. Assim, a desigualdade racial ocorre não somente por ações isoladas dos indivíduos ou grupos, mas, fundamentalmente, colocada no fato de que as instituições são construídas de forma hegemônica por grupos raciais brancos, que impõem seus interesses estabelecendo-os como mecanismos institucionais.

O racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas. Os conflitos intra e interinstitucionais podem levar a alterações no modo de funcionamento das instituições, que, para continuar estável, precisa completar as demandas e os interesses dos grupos sociais que não estão no controle. (ALMEIDA, 2019, p. 41-42).

A concepção estrutural do racismo é um enorme avanço ao estudo das relações raciais, se é possível tratar de racismo institucional, significa que as regras e os padrões sociais internalizados nas instituições são, em vários níveis, vinculados à ordem social que estas visões resguardarem. O racismo expresso por essas instituições é parte de uma estrutura que vincula regras e normas que se materializam nesses espaços. Entretanto, o termo “estrutura” não se fecha à ideia de que o racismo seja condicionado a algo incontornável, e que ações que visem uma prática

institucional antirracista, não sirvam, ou que pessoas que cometem atos racistas não sejam responsabilizadas. Essas significações só negam o aspecto político e histórico do racismo. “Ou seja, pensar o racismo como parte de uma estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas.” (ALMEIDA, 2019, p. 51).

Em termos populacionais, a população negra representa o maior contingente brasileiro. A população branca representava 43,1%, a parda 46,5% e a preta 9,3%. Dados do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) demonstram que, no comparativo aos últimos seis anos, a população que se declara negra aumentou em 4,7 milhões. Mesmo a população negra sendo maioria populacional, a psicologia brasileira se estabeleceu colocando ao largo os estudos e as influências das relações raciais no contexto brasileiro. Apesar do Movimento Negro e psicólogas negras intervirem nesse cenário de discriminação e silenciamento da psicologia quanto ao racismo e ao sofrimento psíquico causados por ele, desde, principalmente, os anos 1990, e algumas ações serem instituídas dentro dos Sistema Conselhos de Psicologia, assim como mais estudos voltados para área, a psicologia ainda valida teorias europeias, sem nenhum processo de contextualização a realidades brasileiras, silencia-se nos processos de formação das *psís*, sobre a possibilidade dos usos de suas ferramentas (precisamente apropriadas para questões de identidade, autoestima etc.) para práticas alinhadas com o contexto brasileiro, e silenciando a temática das relações raciais em seus currículos oficiais (CFP, 2017).

Com isso, surgem as indagações, as psicólogas estão sendo preparadas em suas formações para um trabalho efetivo de fato no combate ao racismo? Pensando em psicólogas brancas, é possível constituir uma prática efetiva com desdobramentos antirracistas, estas estando alienadas em relação aos aspectos de raça e racismo, assim como à sua própria branquitude? É possível, por exemplo, se a psicóloga não construir um campo de formação continuada, sobre o tema das relações raciais, tornar visível o sofrimento de base racial em sua escuta terapêutica?

Segundo Munanga (2017) somos socializados em uma crença, no Brasil, de que vivemos em um paraíso racial, que através do processo de mestiçagem, não temos brancos, nem negros, somos todos iguais. Imagem essa que surge nos primeiros estudos sociológicos sobre raça, nos quais o racismo se reatualiza na ciência não mais na ordem biologicista, mas cultural, em que o seu precursor Gilberto Freyre em “Casa-Grande e Senzala” (FREYRE, 1933) pressupõe que a distância entre

a casa-grande e a senzala diminuiu com o avanço da miscigenação, e que tal fato possibilitou a democratização racial do Brasil, a partir disso a identidade do brasileiro passou a ser pensada a partir desse molde. Isso é chamado pelo por Munanga (2017) de mito da democracia racial, na qual, no imaginário brasileiro, as relações entre negros, brancos e índios são harmoniosas, sem preconceito ou discriminação, a não ser que seja de ordem socioeconômica. Através desse mito a população cria o imperativo de “somos um povo mestiço” – ou seja, nem branco, nem negro e nem índio – assim, quem vai discriminar quem, se somos todos iguais?

“Em casa de enforcado não se fala de corda” – eis um dos princípios da educação brasileira. Quando se fala de negro entre branco e negro, o branco prefere dizer “aquele moreno” ou “aquela moreninha”, mas, em contexto de conflito, eles se tornam apenas neguinho (ou neguinha) metido(a) (...) O racismo brasileiro desmobiliza as vítimas, diminuindo sua coesão, ao dividi-las entre negros e pardos. Cria a ambiguidade dos mestiços, dificultando o processo de formação de sua identidade quando, ainda não politizados e conscientizados, muitos deixam de assumir sua negritude e preferem o ideal do branqueamento que, segundo creem, ofereceria vantagens reservadas à branquitude. (MUNANGA, 2017, p. 39-41).

Como consequência do mito da democracia racial surge o racismo à brasileira, esse racismo sem autor, no qual o racista é sempre o outro, e ninguém se responsabiliza pelo racismo estruturado em nossa sociedade, tornando o racismo uma condição escorregadia e impeditiva de nomeação (MUNANGA, 2017). Para Oliveira e Nascimento (2018), enfrentar o mito da democracia racial se torna um desafio da psicologia brasileira, já que as psicólogas não são preparadas, ou pouco se preparam, para possuir estratégias condizentes com as estruturas que fundam a sociedade brasileira, e que dão base a conformações subjetivas. Essa negação do racismo, seja por parte da formação na psicologia, seja por parte das psicólogas, ocorre quando o que está em jogo é a dinâmica de encarar uma dada realidade, seja por não queremos nos ver enquanto sujeitos ativos de determinadas condições, quer porque temos interesse nem sempre admitíveis em cena, ou até mesmo por entender que (re)conhecer a realidade racial brasileira significa realizar mudanças e repensar estratégias.

“É inegável a existência do racismo e que exerça impacto na saúde mental da população negra” (GOUVEIA; ZANELLO, 2019, p. 5), mas historicamente a psicologia negligenciou o racismo, inclusive produziu conhecimento que o legitimasse. Para

tanto, será discorrido mais a frente uma crítica a essa questão, sobretudo pela perpetuação das relações de poder do colonialismo nos saberes que sustentam o fazer *psi*.

Permanecer nos imperativos do mito da democracia racial pode se tornar estratégico para prosseguir em uma ideia de isenção dos encargos dos brancos diante das desigualdades sociais impostas aos não brancos, sobretudo à população negra e indígena. O fato de o racismo atingir a população não branca, está completamente relacionado aos privilégios raciais da população branca. Com isso, o sujeito branco não é apenas beneficiado nessa estrutura, mas é também produtor ativo desta, que se perpetua através das estruturas de discriminação e da produção dos discursos, como o mito da democracia racial e o branqueamento. Os mecanismos de produção do racismo, foram instituídos de tal forma que asseguravam aos brancos o acesso a posições mais altas na hierarquia social⁴, sem que isso fosse percebido como privilégio racial.

É por aí que a gente deve entender que esse papo de que a miscigenação é a prova da “democracia racial” brasileira não está com nada. Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é mulher fácil, de que é boa de cama. (GONZALEZ, 1982, p. 9).

Nesta perspectiva, faz-se necessário aprofundar os estudos sobre os sujeitos brancos nas relações raciais, e de que maneira suas escolhas acadêmicas e atuações profissionais estão marcadas pela questão de raça e outros marcadores sociais. Pois, colocar o racismo em questão exige de nós a consciência sobre os lugares que ocupamos, o não reconhecimento do lugar de privilégio racial já se torna uma forma de racismo, por não permitir o tensionamento de hierarquias raciais (MARCINIK; MATTOS, 2017). Diante disso, é necessário analisar como a identidade racial branca, influenciada por outros fatores, como gênero, classe, território, sexualidade, pode repercutir na prática profissional da psicologia. Portanto, se faz importante que as

⁴ “Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, a por cor ou raça ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do País. Como consequência, há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena, como demonstram diferentes indicadores sociais que vêm sendo divulgados nos últimos anos.” (IBGE, 2019, p. 1).

psicólogas possam refletir sobre a questão, antes de atender a população, inclusive que elas façam uma reflexão sobre si e sobre sua inserção no social.

Contudo, como discutiremos, pensarmos nas psicólogas brancas que pertencem a um lugar simbólico - que é ser branca - requer questionamentos sobre de que forma e de qual lugar estas refletem sobre as relações raciais colaborando para o combate ao racismo, lembrando a solicitação feita pelo código de ética, que é fundamentado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em que se lê “trabalhe visando promover a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, contribuindo para a eliminação da discriminação, violência e opressão.” (CFP, 2005, p. 7). Sendo assim, o combate ao racismo, que estrutura a violação de direitos para a população não branca, deve estar na ordem do dia na atuação das psicólogas.

Para pensar a atuação das psicólogas e as relações raciais, é importante marcar que a predominância de mulheres na profissão é fundamental para optarmos a utilização do termo psicólogas – sobretudo como posicionamento ético e político – sendo assim a escolha será apenas entrevistar esse contingente da psicologia. Assim como alinha com aquilo que o Núcleo Inanna de Pesquisa (núcleo este, no qual este trabalho integra, se debruça nos estudos de sexualidade, gêneros e diferenças) vem fomentando, através do anúncio e orientação de Carla Cristina Garcia, que nos anuncia “a experiência e a perspectiva das mulheres têm sido sistematicamente assimiladas no genérico ‘universal masculino’ e é imperativo ‘naturalizar’ na cultura o feminino” (GARCIA, 2018, p. 10).

Dados atuais, retirados no site do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2020), que coloca a categoria em números, contabiliza uma percentagem de 86,5% de mulheres em contrapartida temos 13,5% de homens⁵ (o site não contém informações quanto a identidade de gênero). O CFP não disponibiliza dados atualizados quanto ao percentual de raça/cor⁶, o que não nos fornece base para pensarmos quem vem construindo, e conseqüentemente, o que vem sendo engendrado da psicologia no Brasil. O mais recente é referente à 2012, na coletânea, “Quem é a psicóloga

⁵ Segundo o CFP, o infográfico que aponta a psicologia em números, atualizado no dia 28 de setembro de 2020, indica que o total de profissional da psicologia é de 381.057, sendo 324.787 de mulheres e 51.031 de homens. O site informa como categoria ‘sexo’, sendo 8.429 como categoria ‘não informado’, endereço eletrônico: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>.

⁶ O IBGE pesquisa cor/raça da população com base na autodeclaração. Ou seja, as pessoas são perguntadas sobre sua cor/raça de acordo com as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Para o IBGE, a soma das categorias parda e preta é o correspondente à população negra. Para mais informações, acessar: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

brasileira? Mulher, psicologia e trabalho”, na época, 90% da categoria eram mulheres, das quais 67% se declaram como brancas e 25% como negras (LHULLIER; ROSLINDO, 2013). Podemos pensar quais implicações dessa maioria branca, se ela se perpetua até os dias atuais, e se sim, qual psicologia vem sendo empreendida por estas.

Para as pessoas brancas, a internalização de uma nova percepção do que é ser branco é uma tarefa básica para energizar esforços para o confronto ao racismo em sua vida cotidiana (BENTO, 2002). Segundo a feminista negra bell hooks (2020), o exercício de desaprender o racismo não envolve só uma pessoa descobrir que ela própria é racista, essa pessoa não é menos ameaçadora do que uma inconsciente do seu racismo, reconhecer o próprio racismo só é importante quando leva a uma transformação. Contudo, a autora ainda coloca que, ainda assim, só podemos lutar para mudar as atitudes racistas, a partir do reconhecimento de que elas existem.

Diante disso, essa pesquisa surge com a proposta de dialogar com outras psicólogas brancas, maneiras de construir sentidos outros as percepções raciais, refletindo os desdobramentos da branquitude e o tema das relações raciais em nossas práticas e epistemologias. Para atingir esse objetivo, cinco psicólogas ofereceram suas narrativas, nas quais trouxeram suas trajetórias acadêmicas e seus envolvimento com a temática das relações raciais em diferentes perspectivas. Para chegar até as narradoras, obtive como critério que essas se autodeclarassem brancas, fossem psicólogas e tivessem algum tipo de aproximação com o debate das relações raciais em prática e/ou pesquisa, isso porque poderia haver a possibilidade não somente que discursos sobre as suas identidades fossem elaborados, mas a ampliação para narrativas de como elas elaboram isso nos espaços que transitam, para que assim pudessem cogitar conhecimentos e experiências possíveis neste campo.

Como forma de investigação utilizei a narrativa autobiográfica (história e projeto de futuro) (ALVES, 2017), como possibilidades das psicólogas, através das suas narrativas, pudessem trazer uma totalidade, a partir da peculiaridade de cada história apresentada. A partir deste dispositivo tornou-se possível um não engessamento de dinâmicas, em que seja preciso que a narradora encontre atributos ou características para se definir. Ainda assim, através do ato de narrar, obtendo como disparador uma pergunta como a que neste trabalho foi utilizada, “Como você percebe o tema das relações raciais em sua trajetória de vida e de prática na psicologia?”, pode revelar

representações, angústias, relações interpessoais e atividades que já ocorriam ou o que estas planejam para o futuro. Sendo essas narrativas mergulhadas na relação com o social.

Como análise das narrativas será usado o núcleo de significação como instrumento para a apreensão dos sentidos (AGUIAR; OZELLA, 2006). O sentido refere-se a questões que mobilizam o sujeito, mas que nem sempre vieram à tona, o sentido é aquilo que media o sujeito socialmente, destacando a singularidade historicamente estabelecida. Apreender sentidos não significa que teremos respostas absolutamente definitivas ou completas, mas expressões por vezes contraditórias, ou até mesmo parciais, que acabam por indicar formas de ser daquela pessoa, dos sentidos que ela atribui a suas vivências.

Sendo uma pesquisa no campo da psicologia social, essa me auxiliará enquanto práxis científica que prima por uma psicologia como e para o social, assim como a possibilidade de uma forma de análise crítica na psicologia, como nos afirma Maria da Graça Gonçalves (2007, p. 38) “a referência básica da psicologia sócio-Histórica é a da historicidade das experiências humanas”. Me proponho a pensar metodologicamente e teoricamente de maneira decolonial, utilizando perspectivas teóricas do sul global, que enfatizam as dinâmicas sociais impostas pelos processos de colonização e as suas consequências na colonialidade, que se propagam nos campos de saber, como no nosso caso aqui, na psicologia. Assim, acredito ser um passo importante, na descolonização dos saberes, utilizar autoras que são significativas para o desmantelamento de saberes e práticas coloniais e normativas.

Outra vertente teórica, aqui, serão os estudos críticos da branquitude, esses que vêm se propondo a questionar o lugar do branco na produção do racismo, e de que maneira ser branco implica vantagens materiais e simbólicas no contexto brasileiro. Assim como refletindo maneiras de pessoas brancas tomarem consciência de suas racialidades, podendo se implicar, sobremaneira, em se instrumentalizar para se colocar como aliado na luta contra as lógicas de perpetuação do racismo.

Como acredito que a valorização da escrita de mulheres precisa ser assinalada, alguns nomes destas apareceram por completo na costura dos diálogos, pois assim será marcado por quem aquele saber foi construído, já que numa sociedade em que os valores cisheteropatriarcais⁷ estão engendrados em nossa subjetividade, o uso

⁷ “O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a

apenas do sobrenome pode gerar o apagamento de quem está por trás daquele pensamento.

Uma pesquisa em psicologia social é condição *sine qua non* que a pesquisadora saiba seu lugar de fala (SHUCMAN, 2014). Me coloco pertencendo ao grupo que pretendemos discutir. Teorizar os privilégios e colocar a branquitude em análise, não apenas para nomear coisas, mas para propor intervenções.

No primeiro capítulo desse trabalho discutimos a “Metodologia e suas decorrências, deslocamentos de uma pesquisa corporificada”. Nesse é apresentada a perspectiva teórica do presente trabalho, assim como o campo de pesquisa e as ferramentas utilizadas para compreensão dos objetivos do trabalho.

O segundo capítulo, intitulado “Racializar a neutralidade: psicologia e aspectos históricos, colocando a branquitude em questão”, tem como proposta o debruçamento na relação histórica da psicologia com as relações raciais. As inquietações são situadas em diálogo com a perspectiva feminista, assim como o movimento da crítica feminista à ciência. É exposta uma possível articulação com as discussões sobre branquitude.

No terceiro capítulo “As psicólogas e os aspectos da branquitude”, apresentamos, de modo mais minucioso, o conceito de branquitude, traçando uma análise histórica sobre esses estudos, assim como articulando o conceito a como este se apresenta em nosso contexto. Conjuntamente, utilizamos tal concepção relacionando-a com a prática de psicólogas brancas.

Já no quarto capítulo, “‘Caminho se conhece andando’: possibilidades de percursos para uma atuação *psi* implicada e atenta aos desdobramentos raciais da branquitude” são discutidas possibilidades de uma prática *psi* implicada com as dinâmicas raciais impostas a sociedade brasileira.

infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não-cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômica instituídas.” (AKOTIRENE, 2019, p.118).

2 METODOLOGIA E SUAS DECORRÊNCIAS, DESLOCAMENTOS DE UMA PESQUISA CORPORIFICADA

Qualquer tipo de identidade é uma construção social, portanto marcada por um contexto histórico cultural determinado, sem nenhum tipo de essencialismo fixo e imóvel que o faça natural e imutável (GARCIA, 2017, p.75)

Como proposta, esse capítulo apresentará o itinerário dessa pesquisa, relativa à postura/escolha metodológica, à perspectiva teórica e aos trajetos que tornaram esses escritos possíveis, com a construção do campo de pesquisa. Como ponto de partida, será descrito o objetivo de tal pesquisa, assim como as ferramentas utilizadas para fornecer suporte e concretude na realização do objetivo. Por acreditar que marcadores sociais da diferença não são meras categorias analíticas, mas são condições alicerçadas e diretamente articuladas naquilo que se faz presente na minha produção e escrita, buscarei descrever como metodologicamente assumo uma postura decolonial e como significo o meu corpo na produção desta pesquisa.

Alinhada com Marcinik (2018), essa pesquisa ultrapassa o campo do diagnóstico e busca compreender os processos da constituição das identidades dessas profissionais, e, a partir das suas narrativas, me aproximar das trajetórias acadêmicas e profissionais destas, buscando compreender seu processo de interlocução com o campo das relações raciais. O imperativo desse trabalho é respeitar as particularidades de cada uma destas, empreendendo o cuidado para não reproduzir lógicas machistas, classistas ou outras formas de opressão que possam prejudicar ou realizar leituras rasas e equivocadas sobre as suas narrativas.

Foram entrevistadas 5 (cinco) psicólogas, que se autodeclararam brancas, com múltiplos campos de atuação, todas nascidas e/ou atuantes profissionalmente no estado de São Paulo. Em outro momento desse capítulo abordarei como se construiu o processo de aproximação com estas. Além da delimitação, para a entrevista, da necessidade dessas psicólogas serem brancas, foi utilizado como uma forma de seleção, a necessidade de que essas já tenham obtido algum tipo de aproximação com o debate das relações raciais, em pesquisa e/ou na prática. Essa escolha se deu a fim de tornar possível conhecer como essas se percebem nesse debate. Além, também, de buscar compreender o que estas vêm empreendendo em seus campos de atuação e pesquisa que englobem a temática.

Compreendendo as várias possibilidades do que institui a identidade da psicóloga, seja no âmbito profissional e/ou social, com o objetivo de não (re)atualizar universalizações, abarcando o caráter heterogêneo do que é ser branca, obtive como pretensão que fosse possível entrevistar mulheres com outros atravessamentos em suas identidades, para uma tentativa de compreensão das dinâmicas que a branquitude constitui dentro da sua condição hegemônica. Assim como possibilidade de diálogos mais dilatados, com diferentes marcadores de campos de atuação.

Segundo Silvia Lane (2006), a identidade social, essa que se apresenta na prática e no cotidiano, de nós, enquanto sujeitas e profissionais da psicologia, pode ser compreendida pelo conjunto de papéis que desempenhamos, e esses papéis acabam por atender as necessidades e as contradições que se apresentam nos diferentes espaços que nos constituem. Em certa medida, a identidade social e esses papéis exercem uma mediação ideológica. Apesar de serem percebidos como naturais, como apenas uma consequência das escolhas que fazemos, estes são decorrentes das condições sociais em que estamos inseridas, sendo produzidas e produtoras da vida material. Quando questionamos as condições sociais que determinam a nossa história de vida, passamos a perceber que esses papéis que desempenhamos estão associados a um reflexo do grupo social que fazemos parte, condicionados à manutenção das relações sociais que são engendradas para reprodução dos padrões normativos da sociedade em que vivemos.

Ou seja, constataremos que nossos papéis e nossa identidade reproduzem, no nível ideológico (do que é “idealizado”, valorizado) e no da ação, as relações de dominação, como maneiras “naturais e universais” de ser social, relações de dominação necessárias para a reprodução das condições materiais de vida e a manutenção da sociedade de classes onde uns poucos dominam e muitos são dominados através da exploração da força de trabalho. (LANE, 2006, p. 23).

Apenas quando nos tornamos instrumentalizados na capacidade de questionarmos as razões históricas que atravessam os nossos grupos sociais, que explicam a forma como agimos hoje e a forma como pautamos nossas escolhas, é que podemos elaborar o que Lane (2006) nomeia de “consciência de si”. Com essa consciência podemos instaurar possibilidades de novos modos de ser e agir no mundo, na medida em que questionamos os papéis estabelecidos dentro dos grupos que nos definem, arguimos as determinações e funções históricas dos nossos

processos identitários que instituímos como naturais e inquestionáveis. À medida em que os grupos percebem a relação de dominação que reproduzem uns sobre os outros, estes podem não só questionar essa ideologia, mas serem agentes de mudança na ordem social. Contudo, esse processo não é simples, devido à cristalização que define os grupos e os papéis que os sujeitos exercem, e são mantidos por processos institucionais, bem aparelhados para anulação e amenização dos questionamentos, em nome da “preservação social”.

Para Ciampa (1987), a identidade é construída pela metamorfose, um processo de construção, um vir a ser permanente. A leitura do sujeito deixa de ser percebida como algo imutável para ser percebida como passível de mudanças, a partir dos sentidos atribuídos condizentes com o projeto de vida. Perceber a identidade a partir da teoria do autor, na psicologia social, implica em estar atento às constantes mudanças que envolvem os sujeitos. A produção da identidade ocorre a partir da interiorização dos aspectos sociais de forma dialética e modifica-se de acordo com o interesse do sujeito. Morte-e-vida são a condição de metamorfose da identidade, a morte como repensar antigas representação internalizadas no processo identitário, vida, como possibilidade de assumir um processo político e humanizador. O outro lado da metamorfose seria a mesmice, em que o indivíduo se apresenta sempre o mesmo, em um processo de objetificação buscando identificação compulsória com o grupo em que faz parte. Isso pode gerar uma ilusão de uma identidade estática, quando na verdade é uma reintegração de um processo repetitivo de uma identidade pressuposta em um personagem que cristalizou.

As políticas de identidade são uma condição importante para marcarmos já que são maneiras que os grupos sociais, tanto hegemônicos, como oprimidos lutam pela reintegração de suas identidades coletivas (CIAMPA, 2002). As políticas de identidade são uma ferramenta importante para pensarmos a branquitude, principalmente dialogando com o conceito de pacto narcísico entre brancos de Maria Aparecida Silva Bento (2018), no qual a autora coloca que entre os brancos existe um silêncio quanto ao não questionamento das homogeneidades de brancos em cargos de chefia, por exemplo. Os brancos acabam por pactuar, consciente ou inconscientemente, para que a ordem social que os privilegia continue em dia. O não questionamento de uma pessoa branca, formada em psicologia, que não se interroga sobre a ausência, ou minoria, de professoras(es) negras(os) em sua graduação, é uma forma de compactuar com a ordem vigente da branquitude. Achar natural apenas, ou a maioria

de brancas(os) em uma sala de aula, e não se interrogar os efeitos e a natureza disso é perpetuar a lógica da branquitude.

O pacto narcísico é a estrutura na qual a pessoa branca “não fala sobre racismo e/ou encara as desigualdades raciais como problema do negro” (BENTO, 2018, p. 46). Os discursos e estratégias da branquitude, a partir das políticas de identidade (CIAMPA, 2002) acabam por traduzir no indivíduo um personagem coletivo, que corresponde aos interesses do grupo em que faz parte, comprovando a identificação e interesse em responder a modelos identificatórios que a branquitude possui.

Segundo Carla Akotirene (2019) a interseccionalidade, conceito idealizado por Kimberlé Crenshaw, é uma perspectiva analítica e instrumento teórico-metodológico, pensado e repercutido por feministas negras para tratar sobre os fluxos identitários. Foi empreendido como reivindicação as análises do feminismo branco, por apenas realizar leituras do patriarcado que atinge mulheres brancas, assim como a falha do movimento negro em reproduzir lógicas machistas, oferecendo metodologias para pensar experiências a partir da condição do homem negro, não obtendo como eixo de análise o racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, constituindo avenidas identitárias que mulheres negras são atingidas. A interseccionalidade propõe que raça esteja em pé de igualdade analítica e traga subsídios de classe e gênero.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes coloniais, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. (AKOTIRENE, 2019, p. 43).

Pensar a identidade branca aqui, através da perspectiva interseccional, é compreender que, pela narrativa das entrevistas, não existe separação de seus aspectos de gênero, classe e sexualidade, quando essas refletem sobre seus aspectos de racialização, e para refletir sobre sua trajetória profissional. Portanto, não cabe separação de outros eixos de análise, como forma de instituir fragmentações identitárias.

Neste trabalho, é considerado completamente associado à raça outros conjuntos como classe, gênero, identidade profissional e tantos outros ingredientes que tornam as pessoas quem são. Ou seja, entendendo a estrutura identitária como

interseccional, na qual em vez de se perceber a identidade como aglomerações de pertencas (mulher+branca+psicóloga), se faz necessário compreender as facetas da identidade como integradas e interrelacionadas (NOGUEIRA, C., 2017a).

Para pensar a branquitude pela perspectiva interseccional, Akotirene (2019) nos aponta a necessidade de pôr em evidência o privilégio de raça, incluindo aos brancos pobres, o proletário branco não deixa de receber os benefícios da branquitude, essencialmente pontuando a brancura como geradora de oportunidades de trabalho, sendo a raça/cor um fator que abre espaços e oportunidades de emprego⁸. A branquitude crítica, a que é reflexiva sobre a condição antirracista, ao utilizar a interseccionalidade, não deve neutralizar contextos explicitamente raciais, sobrepondo, por exemplo, a ideia de classe, geração, escolaridade, território, agregando esses marcadores erroneamente no lugar de raça.

Cabe à identidade branca usar interseccionalidade para desconstruir a falsa vulnerabilidade uniformizada, demonstrar o contexto da branquitude, não incorrer de oportunismos fraudulentos no sistema de cotas raciais [...] Interseccionalidade revela o que classe pode dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe. (AKOTIRENE, 2019, p. 49-50).

Como maneira de tentar captar essa dinâmica da identidade nas narrativas das entrevistadas, utilizei como método de investigação a narrativa autobiográfica (história e projeto de futuro), constituído por Cecília Pescatore Alves (2017), obtendo como base os estudos de Ciampa (1987) sobre identidade-metamorfose-emancipação, os pressupostos da dialética Hegeliana e o materialismo histórico Marxista. Para a autora, a narrativa quando aponta a particularidade de uma história, nela pode apresentar a totalidade presente nas dinâmicas da identidade. Na manifestação do narrado, através desse método, a entrevistada se sente convidada a relatar atividades, relações com os outros, assim como possibilidade de revelar sentimentos. No momento da narrativa, passado e futuro coexistem, ou seja, o agora do discurso é a parte de um todo, sendo um agora que contém partes de outros agoras.

⁸ Segundo o IBGE (2019), em 2018, as pessoas negras são as mais representadas quanto ao quesito população desocupada e subutilizada, formam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%). A desvantagem social da população negra, quanto ao emprego, se mantém também quando considerado o nível de instrução. A taxa composta de subutilização da força de trabalho, por exemplo, é maior entre as pessoas negras, independentemente do nível considerado, sendo essa diferença um pouco menor entre aquelas que possuem o ensino superior completo. Semelhante contexto é verificado no que concerne à taxa de desocupação.

Partindo do princípio que os sujeitos constituem suas identidades na relação social, sendo a linguagem instrumento desse processo, através da narrativa de história de vida e do projeto de futuro, a realidade vivida consegue ser expressada no jogo verbal. Na técnica do ato de entrevistar, se faz necessário a questão desencadeadora, de modo que seja possível que a depoente traga significados, como se estivesse em ante a pergunta “Quem é você?”, ou em outros sentidos, relate-me sua história de vida e seu projeto de futuro. “A dimensão social adquire existência, na história, através da linguagem, na medida em que o narrador expressa os significados sociais e os sentidos que atribui a estes.” (ALVES, 2017, p. 37).

Como forma de tentar captar as narrativas de história de vida das entrevistadas, pedi para que me contassem as suas trajetórias acadêmicas, como o tema das relações raciais aparece/apareceram para elas, se e como em suas práticas e seus cotidianos são atravessados por essa temática. Não houve roteiro de entrevista, apenas essas perguntas disparadoras para que pudessem expressar, através de suas narrativas, os sentidos que estas atribuem a suas histórias de vida, o que inclui a sua trajetória acadêmica e profissional. Acredito que um roteiro com perguntas e um trajeto de entrevista poderia direcionar as entrevistadas a cristalizações dos sentidos e significados atribuídos a suas identidades.

Através da investigação da narrativa autobiográfica (história e projeto de vida), percebi o quanto essas cruzaram histórias para atribuir significados ao que elas narravam. Algumas até trouxeram lembranças da sua infância e as atribuições do que vem a ser os sentidos da branquitude, não só na sua trajetória profissional, como nos diversos espaços que estas constituem. Com o desdobrar das narrativas, foram apresentados personagens que constituem os seus cotidianos, que acabam, na relação social, as constituindo como sujeitas.

Para Cecília Alves (2017), a narradora relaciona sua história, através das experiências e lembranças, com a sua situação presente e os projetos de futuro, na consideração de uma falante que expõe a si mesma. Na utilização do uso da narrativa, para o estudo do processo de identidade, se faz necessário um corpo atento aos significados da história narrada e os sentidos que são colocados pela narradora. Esse método de investigação sustenta-se na dialética, partindo do pressuposto que o sujeito sendo um ser histórico e social não há separação da consciência e a realidade em que este está inserido, assim, essa consciência não é unicamente individual, mas dialeticamente individual e social.

Um outro ponto importante quanto a esse método de investigação é que ao contar sua história, a narradora conta fatos, o que vem feito e as pessoas com quem teve/tem contato, possibilitando demonstrações das normas sociais que internalizou em seu processo de socialização, assim como personagens que ganham vida, no desempenho de seus papéis, no processo de caracterizá-los e em sua detecção. Cabe à pesquisadora, na leitura feita dessas narrativas, uma visão de sua totalidade em oposição à dinâmicas fracionadas e imediatas, assim como se atentar ao não esgotamento da história. Com isso, o relato da história e projeto de vida não somente é um produto, como o próprio processo de produção. Com o ato de relatar, a narradora pode apresentar duas posições: o acontecido e processo de novas elaborações no próprio ato de relatar, assim, a narrativa possibilita, através da memória e linguagem, atribuir (novos) sentidos à história e aos projetos do futuro (ALVES, 2017). Isso fica aparente na narrativa de Joaquina (nome fictício de uma das entrevistadas), no término do seu relato:

Joaquina: Inclusive, essa conversa é importante para nos revisitar. Perceber coisas que parecem tão óbvias na gente, mas parar para pensar e, às vezes, falar essas coisas que por mais que a gente pense “eu nunca falei assim” é um exercício para a minha prática.

Na pesquisa em identidade, obtendo a narrativa como método, a sujeita e a pesquisadora se manifestam como coautores (ALVES, 2017), obtendo isso como princípio, as narrativas trazidas pelas entrevistadas costuraram a trajetória e o levantamento bibliográfico que permeia a base teórica desse estudo. Como feminista decolonial, através das epistemologias de pesquisa que abarcamos no Núcleo Inanna de Pesquisa (NIP/ PUC-SP), se faz necessária a orientação de uma pesquisa ética quando o que está em jogo são saberes/narrativas de mulheres, sendo assim, acredito ser uma implicação política colocar em mesmo plano analítico as teorias e o conteúdo narrado pelas entrevistadas.

Para analisar as narrativas será utilizado o mecanismo de núcleos de significação, para que seja possível captar a constituição dos sentidos atribuídos nas histórias narradas pelas psicólogas. Segundo Aguiar e Ozella (2006), esse instrumento surge como mecanismo para mediar a relação entre o materialismo histórico, constituído no social, e os fenômenos psíquicos. Embasados em Vigotski (1999), e por conseguinte na teoria Marxista, os autores pensam as(os) narradoras(es)

como um ser constituído em uma relação dialética com e no social, e ao mesmo tempo não perdendo de vista o caráter único, singular da história narrada. Concomitantemente, quando o sujeito é constituído na e pela atividade, este produz a sua existência, revelando, transversalmente em suas expressões, a historicidade social, as relações sociais com as quais se desenvolvem e fazem parte e suas ideologias. De maneira interrelacionada, a narradora pode expressar em sua singularidade os significados sociais e os sentidos subjetivos atribuídos ao tema e suas reverberações.

Dessa maneira, indivíduo e sociedade se constituem um ao outro, nos quais o plano individual não é um deslocamento do social, mas, através dessa metodologia de análise é possível refletir que através da mediação a perpetuação de dicotomias entre interno-externo se torna ineficaz.

Ainda nos detendo na questão metodológica, vemos a necessidade de apresentar uma breve discussão sobre a categoria mediação, dada sua importância para a perspectiva adotada. O uso dessa categoria nos permite romper as dicotomias interno-externo, objetivo-subjetivo, significado-sentido, assim como afastar-nos das visões naturalizantes, baseadas numa concepção de homem fundada na existência de uma essência metafísica. Por outro lado, possibilita-nos uma análise das determinações inseridas num processo dialético, portanto, não causal, linear e imediato, mas no qual as determinações são entendidas como elementos constitutivos do sujeito, como mediações. (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 225).

Apesar dos autores Aguiar e Ozella (2006) apresentarem as categorias “sentido” e “significado” de forma separada, para que não seja perdido os seus sentidos únicos, os autores pedem para que estas não sejam compreendidas descoladas uma da outra, já que suas existências são de codependência. O significado opera a atividade do indivíduo no mundo. Em atividade, o sujeito transforma a si e a natureza, e esse processo de constituição – pessoal, cultural, social – tem como componente constitutivo os significados. Assim, podemos pensar os significados como conteúdo mais fixos que se constituem na partilha, em que os aspectos são apropriados pelo sujeito a partir da constituição de sua subjetividade. Os significados então seriam o ponto de partida para a tentativa de compreensão das narrativas de um sujeito, mas esses significados contêm outros elementos, muito além do que aparenta ser, e que por intermédio de análise, é possível um caminho para zonas mais profundas e instáveis, sendo essas as zonas do sentido. É possível afirmar

que o sentido tem seu sentido mais amplo que o significado. O sentido é maneira de articulação subjetiva que o sujeito produz diante da realidade vivida, muitas vezes aparece como necessidades que ainda não se concretizaram, mas que geram movimento e constituem contornos para a mobilização. Desta maneira, o sentido destaca a singularidade que é construída de maneira sócio-histórica.

Fica evidenciada, desse modo, a complexidade de tal categoria, fato que, sem dúvida, gera grande dificuldade nas formas de apreendê-la. No entanto, é esse o caminho que nos propomos a seguir: apreender o processo constitutivo dos sentidos bem como os elementos que engendram esse processo. Queremos apropriar-nos daquilo que diz respeito ao sujeito, daquilo que representa o novo, que, mesmo quando não colocado explícita ou intencionalmente, é expressão do sujeito, configurado pela unicidade histórica e social do sujeito, revelação das suas possibilidades de criação. (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 227).

Para a melhor compreensão dos núcleos de significação dentro dos objetivos do estudo, é preciso compor as narrativas da forma como elas se articulam, explicitando o movimento da narradora dentro daquilo que se pretende pesquisar (AGUIAR; OZELLA, 2006). Com essa ferramenta é possível não se prender somente as falas das narradoras, mas sim na sua articulação com o contexto social e político que essas estão inseridas, refletindo sobre suas possibilidades, limites e contradições.

2.1 Construindo saberes no campo da psicologia social a partir de uma postura decolonial e dos estudos da branquitude crítica

Como práxis científica feita no campo da psicologia social, com o objetivo de ter como perspectiva teórica os estudos críticos da branquitude, acredito ser completamente cabível e indissociável pensar em uma postura decolonial, sobretudo estando de acordo com a pesquisa-ação proposta por Lane (1985), na qual afirma que a pesquisadora, enquanto produto e produtora de um contexto sócio-histórico, parte de uma visão de mundo comprometida, portanto, sua produção científica não é neutra, assim como não há possibilidade de se construir conhecimento com e sobre o outro, que não interfira na sua existência.

Condizente com Lane (1985) a perspectiva decolonial, principalmente pensamentos encabeçados por feministas decoloniais, questiona o caráter da neutralidade nessa relação sujeito-objeto. O quanto essa suposta ideia de relação “neutra” carrega uma colonização discursiva e uma violência epistemológica, no qual

o outro que se faz objeto, comumente mulheres, negras, empobrecidas, indígenas e migrantes terceiro-mundistas, têm suas histórias de vida apreendidas, possíveis interpretações de suas práticas sociais e culturais, sendo apenas transformadas em matéria-prima discursiva para caber em textos acadêmicos. Já para o sujeito, comumente pesquisadores e pesquisadoras brancos e brancas, não cabe questionamento sobre os privilégios epistemológicos que os fizeram apreender e instituir conhecimentos sobre esses “outros” que se fazem objeto (CURIEL, 2020).

Podemos nos questionar, a partir da psicologia social, obtendo a pesquisa-ação como práxis científica, em consonância com a perspectiva decolonial, como poderia ser possível a construção de epistemologias, a partir da égide de uma racionalidade posta na neutralidade, sendo a investigação científica um produto social, no qual os sujeitos em que a produzem estão inseridos em uma ordem cultural, com suas constituições de raça, classe, gênero e território?

A perspectiva decolonial, sob o ângulo que “as propostas decoloniais, em suas diferentes expressões, oferecem um pensamento crítico para entendermos a especificidade histórica e política de nossas sociedades” (CURIEL, 2020, p.121). Para a feminista decolonial María Lugones (2020), o pensamento decolonial traz uma compreensão de como a trilogia modernidade ocidental, o capitalismo mundial e o colonialismo são inseparáveis, e de como a América Latina é produto de uma modernidade, em que a Europa a construiu como periferia desde 1942, quando o capitalismo se faz presente no mundo, através do colonialismo.

O feminismo decolonial recupera várias questões importantes do projeto decolonial. A primeira é o conceito decolonialidade. Esse conceito pode ser explicado a partir do entendimento de que com o fim do colonialismo com constituição geo política e geo-histórica da modernidade ocidental europeia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nações na periferia, não se transformou significativamente. O que acontece, ao contrário, é uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global. (CURIEL, 2020, p. 126).

A partir da visão eurocêntrica, a modernidade ocidental constrói-se com o mito da superioridade europeia sobre os “outros”, que ela considera necessitados de ajuda para se desenvolver, inclusive, colocando-os como culpados desse próprio processo de (sub)desenvolvimento. Para a perspectiva decolonial, é necessário não só criação e ampliação de outras categorias e teorias que deem conta da complexidade das

relações sociais que se constroem a partir da colonialidade, mas, também, outros modos de produzir conhecimento, a partir de outras lentes epistemológicas e políticas que se articulam com pensamentos críticos e contra-hegemônicos.

Para Lane (1985), na pesquisa em psicologia social, as condições históricas e sociais, tanto da pesquisadora, como das pesquisadas, apontam para o comum grupal e social, e quando captado o processo histórico que há nessa relação, se torna possível a compreensão do indivíduo concreto. Pela perspectiva decolonial, Suely Messeder (2020) nos traz a proposta da pesquisadora-encarnada, na qual, na experiência da escrita encarnada, aspectos da pesquisadora são acionados, a corporeidade da pesquisadora, cuja marcas de gênero, raça, classe e sexualidade não podem passar despercebidos. Ana Bock (2007) nos lembra a importância de significar os nossos corpos, que estão inscritos na cultura, quando tratamos de temas na psicologia. Com isso, trago meu lugar de enunciação que, definitivamente, afeta as interpretações e escolhas que obtive para constituir este trabalho.

Quando inicio a escrita de cada parágrafo deste texto, vários aspectos são acionados pelas referências daquilo em que me constitui enquanto sujeita/pesquisadora. Ao ingressar no trajeto desta dissertação, refletia sobre os possíveis deslocamentos textuais que ela podia me causar. Gostaria de traçar narrativas sobre o meu corpo em deslocamento que faz possível as ideias tomarem rumos e sentidos aqui.

Sou mulher cis, branca, heterossexual, nordestina, vinda de família classe média, constituindo-me em baianidade tudo aquilo que me outorga sentidos. Nascida e criada em território soteropolitano, sendo a capital mais negra do Brasil⁹, jamais me percebi racializada, me entendia bem como a norma hegemônica da branquitude, de quem tem raça é o outro. Me sentia sensibilizada com os variados casos de racismo que me circundavam, mas jamais me percebia parte de relações estruturais hierárquicas de racialização no meu território. Durante a minha graduação pude acompanhar diversos casos de violência racial contra pessoas negras, mas sempre refletia sobre aqueles casos como uma violência de ordem interpessoal, nunca parte de um racismo estrutural, que inclusive constituía meu aspecto identitário.

⁹ No período de 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, 8 em cada 10 moradores de Salvador eram negros, ou seja, se autodeclaravam de cor preta ou parda. Os negros somavam 2,425 milhões, ou 82,1% das 2,954 milhões de pessoas (IBGE, 2020).

Acreditava que ser veemente contra o racismo introjetado em comportamentos na ordem simbólica da relação com o outro já me fazia ser antirracista, sem necessidade alguma de questionar em que se interiorizava o racismo que me disponibilizava uma série de benefícios simbólicos e materiais pelo simples fato de ser branca. Sempre partia do princípio que o que chegava primeiro era meu comportamento e meu modo de agir com o outro, e não a minha cor branca e o que ela simbolizava. Com meu processo de consciência e racialização, com a nomeação do que seria branquitude no texto “Branqueamento e Branquitude no Brasil”¹⁰ da autora Maria Aparecida Silva Bento (2002), busquei compreender mais sobre esse aspecto identitário e a tentar compreender o que o meu corpo pode simbolizar no encontro com o outro, através dos marcadores que carrego.

Após a graduação percebia o quanto estava não instrumentalizada a entender o que me constituía como psicóloga, para além dos aspectos teóricos das abordagens *psi*. Me via às voltas para pensar uma psicologia implicada com a realidade brasileira, e todo seu aspecto colonial, e os desdobramentos que as marcas coloniais podem causar em uma relação terapêutica, por exemplo. Passei a compreender, através da literatura decolonial, o quanto raça é um fator que constitui sujeitos brancos e não-brancos e impacta nos modos de sobrevivência destes, e os impactos da negação desses fatores podem ainda mais reforçar o *modus operandi* do racismo. Através da psicologia social, encontrei aporte crítico para questionar o modo de funcionamento da psicologia e seu aspecto de negação às questões fundamentais que estruturam sujeitos. A leitura feminista decolonial me permite uma crítica à tradição da ciência ocidental, que descoporeifica as relações, colocando status de neutralidade.

E por que a Psicologia Sócio-Histórica é crítica a essas perspectivas? Porque tais perspectivas fazem uma Psicologia descolada da realidade social e cultural, que é constitutiva do fenômeno psicológico. E essa é uma questão importante, porque é a partir dessa “descolagem” que se constitui o processo ideológico da Psicologia. Passamos a contribuir significativamente para ocultar os aspectos sociais do processo de construção do fenômeno psicológico em cada um de nós. Fazemos ideologia. (BOCK, 2007, p. 23).

¹⁰ Esse texto busca elucidar os processos de branqueamento que a população negra é posta e vivencia em uma sociedade que se estrutura a partir da estética branca, encontra-se presente no livro “Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.” (CARONE; BENTO, 2002).

Em meu corpo-território em deslocamento para São Paulo, percebo em ordem prática as hierarquias estruturais que a branquitude institui em seu próprio funcionamento. Meu corpo, que chega primeiro através da inscrição da minha cor branca, autoriza acessos a diferentes espaços (e aqui gostaria de marcar o acadêmico, pois foi com esse interesse que chego no território paulistano). Por ser mulher, sou atravessada pelas ordens patriarcais que nos imputam silenciamentos e minha voz posta pelo sotaque soteropolitano me traz entraves para pensar esse corpo-território em deslocamento. Em alguns espaços considerados progressistas, pude escutar os saberes nordestinos serem renegados e ser questionado o nível de debate que é estabelecido nessa região como a seguinte questão levantada “nossa, vocês discutem esse tipo de tema lá no Nordeste?”. A geopolítica que confere contornos culturais e subjetivos a mim, enquanto mulher vinda do Nordeste, me faz sugerir aqui o debate que implica situar saberes hegemônicos: como um jogo de espelho, assim como o imperialismo produz a ultra valoração dos saberes empreendidos no Norte Global, obtendo como aporte a subalternização das epistemologias do Sul Global, no Brasil, sobretudo pensando em minhas vivências no território paulistano, percebo a subjugação dos saberes empreendidos por nordestinas(os), e, como na lógica hegemônica que empreende a geografia global, essa predileção por saberes que são compostos no sul e sudeste do país é acompanhada por uma lógica de racismo e sexismo epistemológico.

Estudar a teoria sobre branquitude crítica no território brasileiro e debater os processos constituintes da identidade branca passa por não empreender uma ideia universal do que é ser branca, nem muito menos essencialista, mas compreender que essa identidade racial atravessa as sujeitas de diferentes formas, a partir dos marcadores sociais da diferença (MARCINIK, 2018). Sendo assim, como Georgia Marcinik (2018), tenho como preocupação a não especialização e não universalização do ser sujeita branca e dos processos de racialização que envolvem a branquitude, mas sem perder de vista o caráter de constituição hegemônica dessa identidade.

Com isso, a escolha da perspectiva teórica, aqui, visa visibilizar saberes contra hegemônicos, considerando a postura decolonial como possibilidade analítica e prática para romper com as opressões que estruturam as relações de poder em nosso território. “Não basta deixar de referenciar corpos que estão em uma posição dominante de saber – incluindo aqui os saberes feministas hegemônicos -, produzir e dialogar a partir de uma visão não hierárquica é uma tentativa de fratura da libertação”

(MARCINIK, 2018, p. 22). Com isso essa pesquisa se constrói a partir e no campo da psicologia social, se utilizando da perspectiva decolonial - com ênfase na produção empreendida por feministas decoloniais – e com os estudos críticos da branquitude, a fim de refletir sobre o campo das relações raciais na psicologia, a partir da perspectiva da psicóloga branca, em sua dimensão social/profissional.

2.2 A construção do campo de pesquisa em tempos de COVID-19

Não poderia me furtar de iniciar essa categoria sem apontar um importante marco na construção do campo de pesquisa: a ocorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), sendo essa uma das maiores emergências de saúde pública inscrita nos últimos anos. Além das possíveis condições que a doença pode causar quanto à integridade e saúde física, essa também potencializa e institui marcos que se desdobram em sofrimento psicológico, sobretudo, diante da necessidade do isolamento social.

Segundo Schmidt *et al.* (2020), o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus foi reportado na China no início de dezembro de 2019. A rápida escalada da doença em nível global fez com que a *World Health Organization* a instituiu-se como uma pandemia. Os sintomas físicos da COVID-19 podem envolver tosse, febre e dificuldades respiratórias, com uma grave potencialidade de levar a(o) infectada(o) a óbito. No dia 31 de agosto de 2020, o infográfico que demonstra a condição diária quanto a expansão da doença apontou que o número de pessoas infectadas no Brasil era de aproximadamente 3.862.311 e o número de mortes estava em torno de 120.828 pessoas (BRASIL, 2020). Contudo, estima-se que esses números sejam ainda maiores, considerando os atrasos nas notificações ou casos positivos não testados. Com isso, no atual momento, o tempo de duração e as repercussões da pandemia ainda permanecem imprevisíveis.

O isolamento social serviu como estratégia política/governamental na tentativa reduzir os impactos da pandemia, com o objetivo de diminuir o pico de incidência e o número de mortes. Alguns países aderiram medidas restritivas quanto a espaços públicos: foram fechadas escolas, universidades, centros comerciais e a necessidade da quarentena foi posta à toda a população. Estimava-se que essas posturas contribuiriam em alguma medida para “achatar a curva” de infecção, possibilitando um menor pico de incidência em um dado período, e em consequência a redução das

chances de que a capacidade de leitos hospitalares, respiradores e outros aportes sejam insuficientes frente ao aumento drástico da demanda (SCHMIDT *et al.*, 2020).

Apesar de não ser o foco dessa dissertação, considero necessário pontuar as marcas sociais que a pandemia do coronavírus escancarou, sobretudo o descaso com a população negra, com a classe trabalhadora e com as mulheres que estão, em sua maioria, na linha de frente da pandemia, como trabalhadoras dos serviços de saúde¹¹, e sendo ainda mais vítimas de violência doméstica, devido à necessidade do isolamento social, reforçando a convivência com os seus companheiros e agressores, como os casos de feminicídio¹².

As mortes pela COVID-19 têm escancarado as desigualdades raciais, tornando ainda mais indiscutível o privilégio racial da branquitude. Como face do racismo estrutural e institucional, o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), acaba por atingir diretamente a população negra, gerando ainda mais óbitos de corpos negros causado pelo coronavírus (FERRACINI, 2020) – segundo o portal da Organização das Nações Unidas (ONU, 2017) 80% dos brasileiros que utilizam e dependem unicamente do Sistema Único de Saúde são pessoas negras¹³. Segundo Santos *et al.* (2020), as diferenças dos aspectos de saúde entre grupos raciais são devido às condições econômicas e sociais, como desdobramento do racismo, já que os brancos são os que apresentam melhores condições de saneamento básico, acesso a água potável, e tantos outros fatores que são determinantes sociais da saúde¹⁴. Assim, nas emergências de saúde pública, essas condições ficam ainda mais evidentes devido à falta de recursos que as pessoas precisam para se preparar e responder a uma pandemia.

¹¹ O relatório “Covid-19: Um Olhar para Gênero” promovido pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2020), aponta que 70% da força de trabalho ligada à área da saúde no mundo é feminina. Em consonância com esse cenário mundial, o Brasil, segundo O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), indica que 65% dos seis milhões de profissionais do setor de saúde são mulheres, em áreas como fonoaudiologia, nutrição e serviço social podem ultrapassar 90% de presença e em enfermagem e psicologia, 80%.

¹² Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia (BOND, 2020).

¹³ Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra (ONU, 2017).

¹⁴ “Dados relacionados à cobertura de serviços de saneamento básico também apontam uma significativa desigualdade, segundo a cor ou raça. Em 2018, verificou-se maior proporção da população preta ou parda residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças.” Informações presentes no documento produzido pelo IBGE (2019, p. 5).

Somente a partir do dia 10 de abril de 2020 o Ministério da Saúde passou a utilizar raça/cor nas fichas de atendimento médico. Esse fato só ocorreu com a exigência da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) e da Coalizão Negra por Direitos (FERRACINI, 2020). Em duas semanas, com esses dados atualizados, levantando o quesito raça/cor, a quantidade de pessoas negras que morreram em consequência do coronavírus quintuplicou no Brasil. Segundo dados retirados do portal da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP):

De 11 a 26 de abril, mortes de pacientes negros confirmadas pelo Governo Federal foram de pouco mais de 180 para mais de 930. Além disso, a quantidade de brasileiros negros hospitalizados por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causada por coronavírus aumentou para 5,5 vezes. Já o aumento de mortes de pacientes brancos foi bem menor: nas mesmas duas semanas, o número chegou a pouco mais que o triplo. (ENSP, 2020).

Vale salientar a defesa do Sistema Único de Saúde com seus princípios e diretrizes que primam pela saúde em seu sentido ampliado, formado pelo povo e para o povo.

A despeito de termos um dos melhores sistemas de saúde do mundo, o Sistema Único de Saúde (SUS), embora esse venha sofrendo com subfinanciamento, privatizações e ataques à sua estrutura organizacional, é universal, gratuito e atende 67% das necessidades de saúde da população negra; 2020 nesse momento o SUS poderia ser fortalecido pelo governo brasileiro para dar melhores respostas na preservação de vidas humanas, especialmente aquelas com menos recursos para o enfrentamento da pandemia. (SANTOS *et al.*, 2020, p. 229).

Apontar esses cenários é trazer materialidade à realidade concreta, no aqui e agora que esse texto vem sendo realizado. A pandemia do coronavírus afetou diversas ordens sociais, entre elas, o espaço da ciência e pesquisa. Houve a suspensão das atividades presenciais da PUC-SP, impactando o cumprimento de prazos, necessitando readequação virtual das aulas, encontros e debates. Fomos tomadas(os) a continuar pesquisando em meio a esse cenário, constituindo um fator de desordem física e subjetiva.

Referente ao campo de pesquisa deste trabalho, este foi diretamente afetado, pois no momento da realização das entrevistas, nos foi solicitado o isolamento social, sendo necessária uma reorganização de como seria a aproximação com as

entrevistadas e de que forma seria realizada essa entrevista, levando em conta que plataformas virtuais de comunicação eram o único meio para que o encontro acontecesse. Fiquei estritamente receosa com os efeitos que um encontro virtual para traçar narrativas sobre a história de vida poderia causar, assim como os efeitos psicossociais que poderiam estar atravessados na vida e cotidiano das interlocutoras.

Acionei cuidados quanto ao dia, disponibilidade e busquei demonstrar que estava apta à interrupção daquele encontro, caso, diante deste cenário, a entrevistada se sentisse desconfortável ou com outras necessidades em vista.

Quanto à minha escrita, com o aspecto do isolamento e por estar imersa em um contexto de sofrimento social iminente, que potencializou tantos outros males sociais e psíquicos, me senti/sinto tomada, aflita e pesarosa com tantas vidas perdidas, tantas e tantos que estão sendo afetadas e afetados pelo coronavírus e seus desdobramentos. Ainda será necessário muito para assimilar as (des)organizações causadas por essa pandemia.

2.3 As narradoras

Minha aproximação com as cinco psicólogas se deu de diferentes formas. A primeira se ofereceu para ser entrevistada. A segunda, após uma longa conversa sobre a minha dissertação, sentiu-se convidada a narrar sua história. Após o contato com uma amiga, psicóloga e psicanalista negra, Fernanda Lopes¹⁵, essa me indicou a terceira, que aceitou o convite, assim como recomendou mais outras duas psicólogas, que aceitaram participar como interlocutoras desse trabalho. Elas serão apresentadas com seus devidos nomes fictícios para que suas identidades sejam preservadas, assim como a citação dos espaços de convívio ou de atuação não serão expostos, visando o cuidado com as narrativas das interlocutoras. De certa maneira, a amostra para essa pesquisa foi feita através do método de análise não probabilístico: bola de neve. Por ser um grupo difícil de ser acessado, já que as pessoas têm dificuldade em se identificarem como brancas (BENTO, 2002), essa ferramenta foi útil, posto que ela tinha como princípio que a pesquisadora localizasse perfis necessários para a pesquisa, e assim essas pessoas localizadas, tidas como sementes, ajudassem a pesquisadora a iniciar seus contatos e tatear o grupo a ser

¹⁵ Fernanda Lopes- é psicanalista, psicóloga clínica e residente na cidade de São Paulo. Estuda temas como apoio a amamentação de mulheres negras e os desdobramentos interseccionais da parentalidade.

pesquisado, para em seguida as pessoas indicadas pela semente pudessem indicar novos contatos com a característica desejada (VINUTO, 2014).

A amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação. (VINUTO, 2014, p. 204).

Posterior ao primeiro contato, foi enviado um e-mail para oficializar o convite, apresentando as informações necessárias para a realização da entrevista (Apêndice A). Em seguida foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) contendo as informações éticas e os eixos de interesse desta pesquisa. Já que estávamos em distanciamento social como necessidade de saúde, como já foi descrito anteriormente, o cenário de pandemia em que estamos inseridas, todas as entrevistas foram realizadas por serviços de videoconferência virtual. Quatro entrevistas foram realizadas por plataforma *whereby*¹⁶, e a última pela plataforma *zoom*¹⁷, devido à entrevistada já ter uma relação de proximidade com o serviço desse programa. A gravação da entrevista foi apenas por gravador de áudio, para a facilitação da transcrição do conteúdo narrado. Busquei demonstrar às narradoras, que estava em um espaço físico seguro, durante o nosso encontro de forma virtual, onde somente havia a minha presença, garantindo assim o sigilo das suas identidades e nomes.

Antes de apresentá-las gostaria de ilustrar alguns pontos importantes que houve quanto aos critérios necessários para que a entrevista acontecesse. A primeira necessidade para o parâmetro de seleção é que esta fosse formada em psicologia e que já houvesse algum tipo de aproximação com o debate das relações raciais, seja em pesquisa e/ou atuação. Esse critério se deu devido ao meu interesse em conhecer o que vem sendo empreendido por estas nesse campo e quais as implicações. Não foi definido nenhum critério quanto ao espaço ou instituição de atuação e abordagem teórica utilizada como referência para a práxis destas. Isso devido ao fato de acreditar que o debate sobre raça e racismo deve ser transversal em todos os campos de saber

¹⁶ Ferramenta para videoconferência online, de forma gratuita, não requerendo download de programas ou cadastro para acesso. É possível nomear as salas onde são realizadas as reuniões. Para a entrevista, utilizei <https://whereby.com/dialogospossiveis>.

¹⁷ Zoom Meetings é uma ferramenta de videoconferência, sendo necessário download do programa para ter acesso a chamada. O link da reunião foi disponibilizado pela entrevistada, que possui assinatura do serviço.

e prática, assim também por considerar que o campo de atuação da psicóloga é multidirecionado. Por exemplo, todas as entrevistadas atuam em *setting* terapêutico, através da atuação clínica, mas, concomitantemente, algumas delas atuam em instituições de ensino - como professora universitária -; em instituições de acolhimento; em Organização Não Governamental (ONG) voltada para populações específicas; assim como algumas utilizam de múltiplas abordagens para pensar sua prática, já outras utilizam, por exemplo, a psicanálise como aporte clínico e de práxis.

Não foram definidos critérios quanto ao território, mas todas as indicações referiram-se a profissionais que atuam e residem na cidade de São Paulo. Pressuponho que essa especificidade se dê por essa pesquisa ser pautada em uma Universidade no estado de São Paulo, e por, inicialmente, a discussão que tive sobre ela ter sido feita apenas nesse território.

Um outro critério de seleção é que esta entrevistada se identificasse como branca. Para esse critério, se faz necessário pensarmos sobre a complexidade de se identificar como branca envolve. Conforme será demonstrado posteriormente, pessoas brancas têm dificuldades de se nomearem como tais, complexidade essa vinculada à um viés histórico e colonial. Uma pessoa fenotipicamente lida como branca não necessariamente se autodeclarará branca.

A hegemonia da branquitude no contexto brasileiro é tão potente que, a depender da lógica há um transitar entre ser branco, o ser brasileiro ou mestiço, o pardo, até mesmo o “humano”, que evidencia e legitima ainda mais as questões de privilégios, vantagens e direitos que pessoas brancas têm na sociedade. (MARCINIK, 2018, p. 62).

Para Guerreiro Ramos (1957), a mestiçagem posta no Brasil traz aspectos ainda mais complexos à autodeclaração de sujeitos brancos, pois, pelo princípio do branqueamento, no qual como condicionante do racismo há um ideal de estética branca, as brasileiras e os brasileiros construíram significados positivos ao sujeito branco, atribuindo significados negativos à cultura e estética negra. A consequência disso, relacionado aos atributos do imaginário brasileiro sobre a branquitude, o sujeito pardo tenderia a se classificar como branco. É importante marcar que a categoria “pardo” é formado pela mestiçagem, o pardo é percebido como a justaposição/síntese dos diversos grupos raciais ou negação deles. De maneira geral, pardos são aqueles que têm ascendência negra em miscigenação com outro grupo racial, e, a partir disso,

o Movimento Negro compreende a negritude como uma categoria política composta por pretos e pardos (CFP, 2017).

Como nos aponta Sovik (2009) e Schucman (2014b), ser branco no Brasil não tem só a ver com hereditariedade, ser branco exige pele clara, aproximação com características fenotípicas brancas. Ser branco no Brasil não é só uma expressão no fenótipo, mas pela própria ideia sociológica de raça, é uma função social, que carrega em si uma deferência automática, permitindo trânsitos em diferentes espaços, sem necessidade de questionamentos sobre sua racialidade. Ser branco, no Brasil, não exclui ter sangue negro e/ou indígena. Os brancos, no Brasil, se constituíram em um valor de norma - em que esse se percebe desracializado de forma tática, para condizer com a manutenção das suas vantagens estruturais, gerados inicialmente pelo colonialismo e perpetuado pelo imperialismo. Em contraponto, pessoas negras e indígenas são deliberadamente racializadas, imputando uma série de desvantagens estruturais. Para Laborne (2017), a incapacidade de sujeitos brancos se reconhecerem na branquitude, permite que estes ignorem como raça molda sua vida, e não gerar o desconforto para pensar que sua racialidade lhe atribui vantagens, muitos brancos até recorrem ao discurso da meritocracia.

É a partir dessa estrutura que a branquitude opera. Não pensar sobre, não refletir sobre si e o outro diferente é a regra. A desigualdade é naturalizada, internalizada no cotidiano como o normal. Como perceber o próprio privilégio se o que se chama de privilégio é o que se entende como o justo? A desigualdade é a norma. Se a situação do não branco é de injustiça, logo a ideia de mérito é acionada como justificativa. (MIRANDA, 2017, p. 63).

De acordo com Miranda (2017), a pessoa branca se manterá em seu conforto na sua pretensa “invisibilidade” racial, até que alguma condição externa lhe cause agitação, provocando autocrítica. Com base nos estudos de Edith Piza (2003), nos quais a autora descreve que a pessoa branca ao se deparar com sua racialidade é como bater em uma porta de vidro que aparenta ser invisível, mas sempre esteve lá, Miranda (2017) nos diz que esse choque com a porta de vidro normalmente acontece quando pessoas brancas convivem com pessoas negras, em que, comumente, essas pessoas negras acabam por apontar o privilégio racial do branco, ou quando o branco percebe, na prática, no convívio com as realidades em que sujeitos negros são inseridos no Brasil. Podemos perceber esse didática em algumas narrativas:

Madalena: Eu venho de um recorte branco, de classe média alta, então essas questões sempre foram muito veladas. Acho que durante meu crescimento, minha vontade de ir para a Psicologia, durante o período acadêmico isso ia aparecendo, mas não como um “vamos estudar, vamos entender racismo estrutural, entender branquitude”. Isso aparecia em falas de alunos do PROUNI, alunos que tinham bolsa, mas sempre ficava meio no ar, ninguém aprofundava. Eu também não me atrevia, me sentia desconfortável, porque não sabia o que dizer, o que pensar. Acho que escolhia o lugar mais confortável, durante a academia. E aí quando eu entrei no Instituto, eu acho que isso não era uma pauta para a instituição. É uma instituição majoritariamente composta por pessoas brancas, que nasce em famílias de classe alta, brancas. Então tem um recorte muito específico. Quando a gente está lá trabalhando nos serviços de acolhimento, majoritariamente o recorte de crianças, de famílias, é de pessoas negras, não brancas. Então, a gente deveria olhar, mas não era uma pauta.

Tereza: Mas no instituto eu acho que comecei a sentir no corpo, na pele, o interesse e uma convocação para isso. Eu nem sei como dizer. Primeiro porque eu trabalho com crianças e adolescentes que majoritariamente são negros e estão num serviço de acolhimento e eu trabalho com voluntários, majoritariamente brancos da classe média, que se interessam por serem voluntários daquelas crianças, ajuda-las a construir a história, serem madrinhas e padrinhos afetivos, então eu vim trabalhando com esses dois lugares e eu não sei exatamente quando que essa temática passou a fazer muito parte da minha vida e eu comecei a me incomodar e precisar de mais elementos para entender o quê que era isso que estava me incomodando, o que era relação racial, o que era racismo. Aí fui ler e estudar mesmo, ler, discutir. (...) Depois de um tempo surge muito a questão “você só fala sobre negros”. Tenho que falar do meu lugar de branca, de como me colocar nos lugares, e ainda é uma revolução na minha cabeça.

Com isso, se faz necessário marcar que, nesta pesquisa, o critério para ser entrevistada era formado pelo conjunto de ser psicóloga e branca, no qual essas mulheres tinham que se reconhecer como tais. No entanto, esse processo de reconhecimento cabe ao procedimento delas de sensibilidade de investigação quanto à sua própria racialidade. Juntamente, essa pesquisa buscou entender como elas construíram esse processo de racialização. Vale salientar que todas as narradoras são mulheres cis. Busquei, através de contatos, indicação de psicólogas brancas trans, mas não obtive êxito.

2.3.1 Irene (Narradora 1)

Irene é uma mulher branca, de 27 anos, solteira, bissexual, Mestre em psicologia Social, classe média, nascida e criada na periferia sul de São Paulo/SP e atualmente residindo em João Pessoa/PB. No momento atua como psicóloga clínica, estando

mais distante da atuação em coletivos. Formada em uma universidade privada, que fica no sul de São Paulo, estudou em escola pública e no ensino médio foi para uma ETEC administrada. No início da escolha em qual graduação seguir, ficou na dúvida entre psicologia, filosofia e física. Aplicou para filosofia e foi aprovada numa terceira chamada, mas nesse momento já estava fazendo psicologia. A escolha por cursar psicologia em uma Universidade privada se deu para que pudesse trabalhar nos horários vagos, já que nas universidades públicas a graduação requer tempo integral. Foi bolsista ProUni, conseguindo uma vaga com 50% na mensalidade. Se formou no começo de 2017, desde então começou a exercer a profissão. Durante todo o período da graduação, até a formação, trabalhou. Primeiro dava aula de inglês, depois trabalhou como serviços administrativos gerais e, logo após, foi para área de RH. Quando formada, decidiu sair do mundo corporativo e tentar a clínica. Acredita em uma clínica não fixada em abordagens, mas tem construído estudos na Psicologia Africana, Psicologia Sócio-Histórica e Psicologia Analítica.

Eu quero viver de psicologia e a possibilidade de viver de psicologia era a clínica ou concurso público, que para mim era uma coisa muito distante. Ou tentar psicologia social, mas que nunca era chamada para os processos. Então o caminho era a clínica. Aí comecei a atender, atendia dois pacientes que vieram comigo do estágio de atendimento e continuaram na clínica e com o tempo fui conseguindo mais pacientes. Depois eu me interessei pelo mestrado porque uma psicóloga que eu conhecia na época tinha terminado o mestrado e me falou que era possível ter bolsa. Aí me abriu um mundo – essa história de mestrado é possível, pode ter bolsa, ela conseguiu, ela também é da periferia, talvez seja possível”. Aí fui indo, me interessando e conheci a psicologia crítica. Jamais conheci isso na faculdade, foi uma coisa super diferente. Conheci antes de chegar no mestrado. Mas foi algo muito incrível porque a psicologia para mim era só a possibilidade de fazer trabalhos individuais e de ajudar pontualmente com coisas subjetivas, mas que tinha essa visão meio homogeneizante de ser humano. Que se eu quisesse a uma atuação diferente seriam pelas vias das ciências sociais, da polícia, talvez da política institucional. Mas eu achei na psicologia nada disso seria possível.

2.3.2 Madalena (Narradora 2)

Madalena tem 26 anos, se autodeclara branca, solteira, classe média, heterossexual, nasceu em São Paulo-SP, onde reside até o momento atual. Graduada em psicologia, formou em 2016, estando, no momento, em um curso de Pós-

Graduação. É psicóloga clínica e trabalha em uma ONG (assistência social, com crianças e adolescentes em medida de proteção - acolhimento).

Eu sempre trabalhei bastante na faculdade, fui me inserindo na prática desde o segundo ano, mais ou menos, e acho que eu sempre tive contato com a juventude, muito com adolescentes na faculdade. E acho que dividi aí meu meio entre acolhimento institucional de crianças e adolescentes, e com a saúde mental. Acho que são temas muito ligados um com o outro, mas, em saúde mental, estou mais para saúde pública, clínica ampliada. Sempre fui mais ligada à instituição, não me via muito num consultório, nessa área clínica mais especificamente.

Sempre ligada à Psicanálise. Por mais que ela me incomodasse pra caramba, de alguma forma eu me mantinha lá. Mas, também, me interessava por outras coisas, mas segui pela psicanálise e aí quando eu me formei eu fui contratada no instituto, é uma organização da sociedade civil, que trabalha com acolhimento de crianças e adolescentes, tá nesse âmbito. E ela vem para sugerir diversas atuações, mas sempre dentro dessa área. Junto a ela, comecei a atender no consultório, me joguei um pouco e fui ver no que que ia dar e acabei curtindo, me descobrindo nesse tipo de atuação. E estou até hoje, divido esse meu trabalho institucional e no consultório.

2.3.3 Joaquina (Narradora 3)

Joaquina é psicóloga, formada desde 2017, tem 27 anos de idade, classe média, se autodeclara branca e pansexual, solteira, cursando pós-graduação em psicologia social. Sua cidade de origem é Tupã-SP, reside atualmente em São Paulo-SP. É pesquisadora, atua na área de psicologia comunitária em território amazônico e na clínica.

Ela afirma que já na graduação começou a se envolver com pesquisa, sendo a primeira e a segunda iniciação científica na área de neurociência. Trabalhando com jovens que tem uma síndrome genética rara chamada Síndrome de Williams, o projeto avaliava a partir de algumas tarefas desenvolvidas os níveis de ocitocina dessa população. Nessa época, empreendeu vários questionamentos sobre esse modo de fazer pesquisa, quanto ao processo de devolutiva, e o quanto eram invasivas tais pesquisas, porque era necessário retirada de sangue dos sujeitos estudados. Com isso começou a ter mais contato com a psicologia social e comunitária. Nesse contexto de engajamento com a psicologia social, ela se envolveu como voluntária em uma associação de apoio à população ribeirinha da Amazônia. Ela atua no contexto amazônico como psicóloga social e, atualmente, pesquisa sobre a práxis psicossocial nesse território.

Então, minha prática foi isso e meu TCC foi um relato de experiência de 1 ano que tivemos nesse lugar, eu e uma amiga; escrevemos juntas. Eu já estava bastante em contato com esse tipo de escrita, pesquisa participante, e quando me formei, uma professora que foi muito importante pra mim, falou que seria muito legal, já que estava pensando no mestrado, juntar a minha prática que já vinha de um tempo com população ribeirinha com a questão da pesquisa, para pensar na práxis mesmo. E quando eu me formei no meio do ano, ainda fiquei como ouvinte em algumas disciplinas de mestrado. Escrevi meu projeto lá dentro da universidade, então foi muito mais fácil essa parte de ingressar no mestrado, porque eu meio que já estava lá dentro, e já bem por dentro das discussões teóricas. Escrever o projeto de dentro, foi bem importante, que facilitou muito. Me formei no meio de 2017. Aí eu fiquei um ano pensando sobre isso, o quanto também isso é um privilégio, poder ter um ano se dedicando a esse processo de entrar no mestrado. Entrei e já dentro desse movimento de conhecer e se fazer conhecida dentro daquele espaço. Foi algo muito bom. As coisas aconteceram de uma forma bem orgânica até.

2.3.4 Cora (Narradora 4)

Cora é uma mulher de 60 anos, afirma-se branca, casada, heterossexual, classe média, residente na cidade de São Paulo-SP, nascida em Santo André-SP. Possui doutorado em psicologia, é psicanalista em formação contínua. Atuação: atendimentos clínicos no consultório; professora e supervisora clínica no Curso de Psicanálise em um determinado instituto; participante da rede de psicanalistas atentos à questão racial; além de atuar no acompanhamento de psicólogos e operadores do direito no âmbito dos trabalhos judiciais.

Atualmente eu dou aula no Instituto X, no curso de psicanálise, eu estou lá a muito tempo, participei também de alguns outros trabalhos que existem lá no departamento de psicanálise, alguns grupos de trabalho e faço parte de um grupo de trabalho do Instituto Y. Eu faço parte de uma rede que se chama rede de psicanalistas atentos às relações raciais. Somos um grupo de psicanalistas interracial, negros e brancos, negras e brancas. E a dois anos e meio nós lemos, estudamos e refletimos as sobre as questões do racismo e ao mesmo tempo, a finalidade principal dessa rede é o atendimento à psicólogos e psicólogas negros e negras. Então eu atendo, faço alguns trabalhos de atendimento em análises interraciais e essa é uma questão que hoje[...]

2.3.5 Tereza (Narradora 5)

Tereza se identifica como mulher branca, formada em psicologia desde 2015, tem 29 anos, heterossexual, classe média e solteira. Nascida na cidade de São Paulo, onde atualmente reside. Atua como psicóloga em uma ONG (de acolhimento a crianças e adolescentes) e realiza atendimento clínico. Desde que escolheu fazer psicologia, se envolveu com vários espaços da universidade também das aulas e estágio, de fazer pesquisa, de fazer parte de comissão, de conhecer outros órgãos da própria universidade, do Centro Acadêmico, grupo de estudos, além de realizar diversas monitorias. Ela narra que sempre gostou muito de todas abordagens teóricas da psicologia, afirma que foi sempre muito difícil escolher qual linha da psicologia seguir. Os estágios da faculdade foram muito impactantes para ela. Morava na casa de sua mãe, perto da universidade que cursou a graduação, então ela traz que houve facilidade para terminar o curso.

Me sentia privilegiada em vários lugares da vida e eu pude só estudar, não precisei trabalhar enquanto estudava. Então eu tinha bastante tempo livre, apesar da carga horaria da universidade ser bastante bagunçada, tendo uma aula as 3 da tarde depois outras às 9. Então você tem aqueles intervalos, que é super gostoso, mas eu podia voltar para casa. Eu não trabalhava de manhã, então na hora de escolher os estágios, eu sempre ficava por último e mesmo sendo lá no fim do mundo, onde ninguém queria ir... no fim do mundo que depois a gente descobre que é aqui do lado, né? Mas se demora mais, se tem mais tempo de estágio, precisa ter um horário mais flexível, eu sempre falei que posso ir. Eu vou conseguir carona, dupla bem bacana de estágio, e acho que acabei indo pros campos mais legais, vivendo muito o estágio mesmo. Eu gosto muito da educação, da saúde, saúde pública... fiz vários estágios em UBS em regiões diferentes, enfim... então eu conheci bastante São Paulo também por causa dos estágios, isso foi bastante legal, bastante importante.

3 RACIALIZAR A NEUTRALIDADE: PSICOLOGIA E ASPECTOS HISTÓRICOS, COLOCANDO A BRANQUITUDE EM QUESTÃO

É uma árdua tarefa reconhecer ao mesmo tempo o outro e o que somos, apreender nossos lugares recíprocos, situar os nossos papéis, bem como a estrutura de nossas relações. (BENTO, 2018, p. 122).

As inquietações para pensar em possibilidades de uma prática na psicologia que prime por fundamentos antirracistas, sobretudo refletindo sobre a práxis de profissionais brancas, requer problematizações quanto à matriz normativa que rege historicamente a formação e prática *psi*. Pensar a reintegração de uma racionalidade racista e patriarcal que, por vezes, atravessa a construção do saber-fazer neste campo, questionar os contornos de um academicismo calcado em branquitude e colonialismo, e, a partir da psicologia social, tecer diálogos daquilo que vem sendo construído como um percurso contra-hegemônico.

Não obstante, essas inquietações surgem por aquilo que me atravessa enquanto profissional e ativista, especialmente por questionar a respeito da construção do modelo universal de sujeito (colocado a partir da estética branca)¹⁸ que é posto nos diversos campos da psicologia e o estabelecimento de uma lógica baseada na neutralidade construída a partir de um modelo de ciência ocidental. Por certo, é um tema que envolve diversas camadas de complexidade, com isso, considero o que for traçado aqui como possibilidades de diálogos.

A psicologia enquanto ciência posta sob a ideologia de um saber neutro, objetivo e imutável, logo universal, está cada vez mais posta em reflexão. Podemos considerar que o conhecimento produzido por ela vem sofrendo uma crise quanto aos seus referencias teóricos. Essa crise vem acontecendo *pari passu* à crise capitalista nas sociedades industriais (CASTELLS; IPOLA, 1981). Cada vez mais estão sendo construídos outros referencias e possibilidades de discussão para propor outros modos de se pensar a psicologia, mas antes, cabe aqui colocar reflexões sobre sua inscrição na história de práticas e construções de saber.

A primeira consideração na montagem de um campo problemático é a própria formação em psicologia no campo das ciências humanas e sociais, sobre como as epistemologias que conformam nossa produção de conhecimento é marcada por um

¹⁸ Como nos coloca Isildinha Nogueira (2017a), a branquitude é parâmetro de pureza artística, majestade moral, sabedoria científica etc. Assim, o branco encarna a manifestação da razão e parâmetro de cultura, civilização e da própria humanidade.

processo semelhante à estrutura de opressão e os contornos sociais que são, como afirma a feminista Ochy Curiel (2009), sustentados por paradigmas e visões masculinas, classistas, racistas e sexistas.

Cora: Acho que essa é uma questão fundamental para a clínica, hoje. Eu vou falar mais da psicanálise, como psicanalista eu acho que enfrentar essas questões hoje nos atendimentos é algo fundamental. E não precisamos pensar só em análises interraciais, porque qualquer situação clínica hoje está referida, ou está voltada a pensar questões de raça, questões de gênero. Não tem como analisar sem, de alguma maneira, passar por esses demarcadores de raça, de etnia, de gênero. Então, eu acho que esse é um tema que nos concerne fundamentalmente, para inclusive fazer a psicanálise se mover e se reatualizar nos seus conceitos. Porque a psicanálise dentro da sua versão mais convencional tem um viés extremamente conservador que pode enfatizar, que pode reforçar, reproduzir preconceitos de maneira bastante tóxica. Por mais que as pessoas tenham a boa intenção de fazer bons trabalhos, isso independe da intenção de pessoal. Acho que mover a psicanálise a se reatualizar nos seus repertórios implica necessariamente interagir a psicanálise com essas questões da maior importância. Acho que nas experiências que eu tenho em relação as análises interraciais, o desafio é justamente empreender esse processo de racialização na transferência.

A psicologia necessita ser questionada sobre seus fundamentos de neutralidade e objetividade, definidos pelo positivismo científico. O intuito é construir um diálogo sobre ciência enquanto prática dentro de um contexto histórico, sendo assim, integrada a processos sociais e políticos. A investigação na ciência é um produto social, na medida em que seus produtores estão inseridos em uma ordem cultural, com todos os seus atravessamentos de classe, raça e gênero.

Segundo Malheiro e Nader (1987), na cientificidade da psicologia o empirismo é a filosofia posta para grande parte das correntes teóricas que informam a sua produção. O empirismo, enquanto método, encarna-se em uma ideologia teórica — o positivismo. O positivismo afirma a experimentação como condição para se ter caráter científico, impondo uma forma particular de interpretação da experiência. O registro dos dados observados precisa ser feito sem considerar a forma ativa do objeto e suas relações com as ações do sujeito que conhece, e suas formas de interpretação.

“No positivismo, para que a cientificidade e validade dos dados objetivos não sejam prejudicadas, a neutralidade do pesquisador deve ser garantida” (MALHEIRO; NADER, 1987, p.11). Assim, no positivismo, para se construir conhecimento, a interpretação do objeto de estudo deve ser feita sem os valores do investigador, é

preciso um absoluto distanciamento entre sujeito e objeto na análise dos dados. Entretanto, ainda segundo os autores, o que há são cientistas ligados estritamente à uma realidade histórica, comprometidos com suas visões sociais, sua subjetividade. Com isso, a neutralidade científica não é possível dentro do processo de conhecimento científico.

Para o positivismo, a realidade é governada por leis racionais passíveis de ser desvendadas pela observação sistemática e rigorosa dos fatos. Esse rigor é dado por um método que permite o controle da imaginação humana e da interferência de interesses e particularidades do pesquisador. Para o positivismo, é possível, com esforço e método, construir conhecimento, deixando de fora os interesses e valores sociais. (BOCK, 2007, p.32).

Os sujeitos que produzem esse conhecimento científico legitimado no campo, bem como suas metodologias, em sua maioria homens brancos, heterossexuais, europeus, acabam por estabelecer práticas que reiteram os seus lugares de poder. Seus privilégios sociais tornam-se instituídos a partir de uma tradição intelectual ocidental, que percebemos como correspondente aos preceitos de opressões naturalizados no social.

Segundo Ana Bock (2007), o positivismo contribui sobremaneira na construção da psicologia enquanto campo científico, constituindo a ideia de fenômeno psicológico como algo aparentemente desligado das tramas sociais. Com isso, para a autora, a perspectiva teórico-metodológica do positivismo ocultou uma série de interesses que estavam em jogo. Dessa maneira, concordando com a autora, podemos pensar sobre a ordem da neutralidade como aporte positivista. Ana Amélia Laborne (2017, p. 102) nos reafirma que “a epistemologia hegemônica embasada no discurso da imparcialidade acadêmica na verdade tem cor”. Para ela, o conhecimento precisa ser compreendido de maneira contextualizada. A ciência, enquanto sua maneira de expressão, é marcada pelas relações de poder. Com isso, é indagado o lugar da ciência como um lócus de expressão da branquitude.

É considerável empreender à geopolítica do conhecimento no sentido de problematizarmos a produção do conhecimento, para quem essa produção é direcionada e o contexto em que esse conhecimento é produzido (SANTOS, 2008). Assim, racializar a neutralidade, é conceber sobre os interesses de quais narrativas estão postas em sua sustentação.

Madalena: Eu acho que eu busco estudar as outras subjetividades e como elas vão sendo formadas. Vou buscando mais em material teórico, tentando estudar não só teóricos brancos/europeus, tentando mudar esse viés, para ter uma escuta mais sensível nesse sentido e tentando quebrar esse pacto e esse meio em que estou.

No que tange o campo acadêmico, quantos saberes são subordinados e retirados o seu status científico, os colocando enquanto questão política? Quais são interesses que estão em questão quando nos reafirmamos como neutros?

Nenhum pensamento, nenhuma ideia, nenhuma reflexão que tenham objeto e conteúdo podem ser completamente neutros. Nem mesmo as matemáticas! Elas não são neutras quando estão a serviço, quando entram na prática social, quando se prestam a uma pedagogia que se dirige a determinadas pessoas e não a outras. Todo pensamento tem um conteúdo, um objeto. Ao mesmo tempo, é uma vontade. Existe alguma proposição que não implique responsabilidade? Não existe! (LEFEBVRE, 1983, p. 30).

A seleção dos referenciais que conduzem as disciplinas em psicologia pode contar sobre a sutileza da reprodução da violência racista e machista. Quantas autoras(es) negros(as) são selecionadas(os)? Quantas mulheres? Quantas leituras antirracistas são feitas?

Para Sueli Carneiro (2005), não pensar sobre essas questões é conservar a invisibilização de determinados grupos sociais. Essas valorações epistemológicas afetam concomitantemente as práticas.

A sustentação de produção do saber na nossa formação é marcada por um colonialismo epistemológico, Frantz Fanon (2008) em sua obra "Peles negras, máscaras brancas", nos coloca que a colonização não só gera a subordinação material de um povo, como possibilita maneiras de nos entendermos e nos expressarmos. Essas normativas são postas inclusive na maneira como construímos ciência. A antropóloga, filósofa, escritora e feminista Lélia Gonzalez (1988), nos aponta que no mesmo período que configurava-se o colonialismo europeu, no decorrer da metade do século XIX, o racismo era concebido como ciência da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), isso não só se tornou "um referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental" (GONZALEZ, 1988, p. 71). O colonialismo na formatação das ciências humanas e

sociais, e com isso na psicologia, construiu referenciais de conhecimento a partir de um legado eurocêntrico¹⁹.

Com o desenrolar dos séculos, o colonialismo se consolidou na América Latina de tal forma que, mesmo com a independência e formação de Estados nacionais, a lógica colonial permaneceu nas estruturas sociais, imbricada com a expansão e impacto do imperialismo e do capitalismo no inconsciente. Esta lógica, que foi construída no imaginário dos colonizados ao longo do tempo, se naturalizou na forma de uma colonização internalizada. O que resulta desse longo processo é claramente visível nos dias de hoje. Como exemplo temos a manutenção da colonialidade do poder e de uma dependência cultural (não apenas social e econômica), que implicam na hegemonia eurocêntrica como perspectiva de conhecimento. (SILVA; BALTAR; LOURENÇO, 2018, p. 70).

No processo de construção de conhecimento, na modernidade, foi se estabelecendo uma ordem hegemônica eurocêntrica, em que era postulado aquilo que servia como conhecimento, *pari passu* a isso a subalternização do conhecimento que desviassem essa norma. Donna Haraway (1995, p. 16-17) nos convoca à seguinte reflexão:

A ciência sempre teve a ver com a busca de tradução, convertibilidade, mobilidade de significados e universalidade o que chamo de reducionismo quando uma linguagem (adivinha de quem) é imposta como o parâmetro para todas as traduções e conversões. O que o dinheiro faz no âmbito das trocas do capitalismo, o reducionismo faz nos poderosos âmbitos mentais das ciências globais: finalmente há apenas uma equação. Esta é a fantasia mortal que as feministas e outros identificaram em algumas versões das doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que pode ter validade como conhecimento.

A psicologia vem se consolidando desde o século XX, e como ocorreu na maioria dos países colonizados, a elite científica brasileira foi buscar sua construção de pensamento na ciência europeia (LABONE, 2017). Não à toa, as ciências sociais, e em especial, a psicologia tem sua origem marcada por aquilo que seria o modelo de

¹⁹ Para Quijano (2005, p. 115) o eurocentrismo é “o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América.”

ser humano, sendo este modelo formador de uma universalidade que tem como parâmetro eurocêntricos do homem branco, regido por uma ordem heteronormativa (ALVES; DELMONDEZ, 2015).

As ciências sociais funcionam estruturalmente como um 'aparelho ideológico' que, das partes para dentro, legitimava a exclusão e o disciplinamento daquelas pessoas que não se ajustavam aos perfis de subjetividade de que necessitava o Estado para implementar suas políticas de modernização. (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 179).

Como aparato desse aparelho ideológico, percebemos como isso se coloca marcadamente na constituição dos primeiros passos de estudos psicológicos no Brasil, com a Escola Nina Rodrigues, que contribuiu ativamente para o que se caracterizou como racismo científico.

Segundo o apanhado feito por Santos, Schucman e Martins (2012), em que os autores fazem um breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre as relações étnico-raciais, o período do final do século XIX e início do XX é marcado pela construção de uma expressão médico-psicológica que se consolidou na Escola Nina Rodrigues, que olhava para o negro como um objeto da ciência e como um sujeito psicológico.

Nina Rodrigues assegurou que os intitulados de mestiços ou pardos não conformavam uma raça, porém produto da fusão das raças negra, indígena e branca, ao tempo em que os classificou como um grupo composto de mulatos, decorrente da miscigenação entre o branco e o negro; mamelucos, descendentes dos mestiços do branco com o índio ou do branco com o mulato portador de mais características do negro. Os concebeu, do ponto de vista do racismo científico, como seres inferiores, dada a influência de seus ancestrais selvagens: os negros e os povos indígenas. (CHAVES, 2003, p. 32).

O discurso posto por Nina Rodrigues ilustra de forma didática as conformações produzidas para a perpetuação da normatização a partir da racionalidade científica dada para a manutenção da lógica racista, dialogando com a ordem posta daquilo que não seria determinado como humano.

Segundo Faustino (2017), o colonialismo representa para Franz Fanon uma alienação da humanidade, pois reduz a universalidade humano-genérica a apenas uma dimensão (branca, ocidental, europeia), essa racialização estruturou a própria modernidade e as imagens que a modernidade criou de si. Esse colonialismo produz um imaginário do branco como expressão universal não só da pele, como "da história,

filosofia, tecnologia, religião e em outras expressões que compõem aquilo que nomeamos como bom, belo e verdadeiro” (FASTINO, 2017, p. 128). “É necessário compreender que aquilo que é posto como humano, a partir dessa ordem normativa branca, tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as (LUGONES, 2014, p. 936). Ou seja, essa colocação de universalidade (a partir de uma única visão de humanidade), serviu/serve como ferramenta de disciplinarização, controle e normatização da vida. Sendo a universalização calcada na proposta do androcentrismo, como nos fala Carla Cristina Garcia (2011, p.15):

O mundo se define em masculino e ao homem é atribuída a representação da humanidade. Isto é o androcentrismo: considerar o homem como medida de todas as coisas. O androcentrismo distorceu a realidade, deformou a ciência e tem graves consequências na vida cotidiana. Enfocar um estudo, uma análise ou pesquisa a partir unicamente da perspectiva masculina, e utilizar os resultados como válidos para todo o resto do mundo, faz com que todo o conhecimento produzido não seja confiável ou, no mínimo, tenha enormes lacunas e confusões.

No contexto da psicologia brasileira, é perceptível a persistência do padrão colonial europeu, sobretudo quando nos indagamos de qual sujeito estamos falando, não à toa as discussões de raça e gênero passam ao largo na nossa formação, falamos de sujeitos como se seus marcadores sociais não os constituíssem. As epistemologias são postas em uso, sem utilização crítica das suas noções. As abordagens teóricas, em sua maioria elaboradas no cenário euramericano, são reproduzidas sem contextualização das diferentes realidades, sobretudo raciais, em que o Brasil está colocado. Sem possíveis compreensões de que subjetividades não brancas podem passar por outras perspectivas epistêmicas. Acredito que uma postura compromissada com a realidade das opressões que engendram o nosso contexto dialoga com uma atenção sistemática a esses conceitos que informam a nossa prática.

Os currículos de psicologia nas universidades brasileiras são impregnados de colonialismo, e os autores mais estudados são homens-brancos-europeus. Estes autores, que são importantes na história ocidental da psicologia como ciência, e aqui me refiro à psicologia clínica, construíram conceitos para manejar as subjetividades brancas com foco no sofrimento psíquico. A importação e incorporação direta das conceituações psicológicas e psicanalíticas produzidas na Europa desconsideram a singularidade da marca, dos processos de subjetivação não-brancos e impõem uma nosologia à

imagem e semelhança da subjetividade do colonizador. (VEIGA, 2019).

Seria possível uma atuação frente ao racismo com epistemologias baseadas em um olhar europeu? A questão aqui é, como nós podemos construir uma práxis, sem possibilidades de reflexão sobre raça no âmbito das conceituações que nos embasam. Acredito que para termos condições de refletir sobre relações raciais, necessitamos antes de tudo nos racializarmos, percebermos que nossas implicações enquanto sujeito branco no social, que reverberam no nosso fazer, e a partir disso pensar em ações que visem mudanças nas engrenagens que envolvem a complexidade do racismo no nosso contexto. Por isso, é importante considerar como se dá o sistema de hierarquia social dos brancos e não brancos, analisando a dimensão da miscigenação e os marcadores da branquitude. Nisso, cabe inclusive um olhar crítico das abordagens teóricas que nos sustentam enquanto prática, refletir sobre nossa formação e apontar as problemáticas que envolvem nossa produção teórica.

Joaquina: Eu acho que a nossa responsabilidade enquanto psicólogos, nesse sentido, vai muito pela via da práxis, da gente procurar epistemologias e arcabouços teóricos que embasam criticamente a nossa prática. Porque não adianta a gente se voltar para essas questões teoricamente e não levar isso para a prática, isso é uma dialética. A partir do momento em que isso aparece e a gente se depara, buscar esses referenciais para poder devolver de alguma forma mais crítica e mais efetiva também.

Segundo Lucas Veiga (2019), quando a psicologia se limita a pautar saúde mental e sofrimento psíquico a partir de conceitos eurocêntricos, sob a ordem de subjetividade normativa, portanto branca, esta deixa de conduzir terapêuticamente de maneira adequada 54% da população do país, composto por negros e negras. Enquanto a subjetividade negra é desconsiderada na nossa formação, temos como consequência “pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolhê-los e, ao mesmo tempo, sentirem que não estão sendo compreendidos em suas questões” (VEIGA, 2019, p. 245)

Para Ana Bock (2007), a psicologia sócio-histórica, enquanto campo de estudo deste trabalho, é uma perspectiva crítica porque supera a ordem positivista que vem caracterizando a cientificidade da psicologia, colocando como aporte que quando

falamos de sujeito, falamos de corpos inscritos em uma cultura. Com isso, o trabalho da psicóloga diante do sofrimento psíquico dos sujeitos ou nos emaranhados institucionais dos quais faz parte, requer desta um posicionamento ético e político sobre os âmbitos sociais e psicológicos, refletindo sobre esses como indissociáveis. Como para Maria da Graça Marchina Gonçalves (2007), a perspectiva de sujeito na psicologia sócio-histórica se faz alternativa à perspectiva liberal constituída na modernidade, assim, o sujeito racional e individual do liberalismo é contestado por uma ideia de sujeito social e histórico.

A Psicologia Sócio-Histórica pretende assim ser crítica porque posicionada. Exige a definição de uma ética e uma visão política sobre a realidade no qual se insere o nosso “objeto de estudo e trabalho”. Sua forma de pensar a realidade e o mundo psicológico não pode ser dissociada dessa perspectiva e desse posicionamento. (BOCK, 2007, p. 26).

A partir dessas constatações, considero sobremaneira a necessidade de teorizações acerca da branquitude na psicologia, sobretudo como forma de afetar essa norma universal, e as perspectivas hegemônicas postas nesse campo. No conjunto dessas ideias expostas, fica perceptível como os privilégios sociais da branquitude se reatualizam no modo de produção de conhecimento. Continuar invisibilizando o sistema de privilégios que regem a identidade racial branca é ser compatível com sua ordem hegemônica, inclusive reforçando o seu lugar de universalidade.

Observo que a branquitude enquanto esse lugar de poder articula-se nas instituições (universidades, empresas, organismos governamentais etc.) que são, por excelência, conservadoras, reprodutoras e resistentes, e cria um contexto propício à manutenção do quadro de desigualdades. (LABORNE, 2017, p. 92).

Acredito que enquanto desdobramento das lógicas de poder da branquitude continuamos reproduzindo este modo de conhecimento, a partir de um olhar eurocêntrico, como até mesmo possível perpetuação de privilégios, a partir de legados epistêmicos, nos tendo como referenciais de maneira narcísica. A perpetuação desse olhar de neutralidade ou de falta de crítica aos currículos de psicologia demonstra, para mim, não só uma ausência de racialização por parte de pessoas brancas que constroem a psicologia, para se perceberem como sujeitos ativos nas relações raciais,

mas como uma possível acomodação diante das desigualdades raciais, que de forma sistemática, produz sofrimento subjetivo à população não branca.

Falar de branquitude aqui se torna um desafio, sobretudo diante do percurso de valorização da perspectiva individualista que a psicologia carrega, colocando ao largo questões históricas e a dimensão política da construção subjetiva.

Esse enfoque individualista que vem sendo pautado pela psicologia está correlacionado com a sociedade desigual que tem sido o Brasil, desde o tempo da colônia. Permanecer nesse enfoque é contribuir com processos que produzem desigualdades (AZERÊDO, 2002). Colocar esse debate não é sobre a perda da dimensão das particularidades do sujeito, mas como aponta Irene, essa perspectiva focada no indivíduo, como se este estivesse alheio da realidade sócio-histórica:

Irene: Era sempre “porque essa teoria que vem dos EUA, da Europa, e é assim que funciona e na clínica é assim, na escola é assim e tudo é desse jeito, sem muito espaço para crítica. Aí eu fiquei muito chateada com meus cinco anos de formação, que foram muito sofridos e fiquei pensando “nossa, uma parte dessa formação não é que foi jogada no lixo, mas foi muito ruim por não ter exercitado outras possibilidades de psicologia que não fosse a clínica”. A minha faculdade foi muito voltada para clínica. Mas que não fosse voltada só para essa coisa do indivíduo. Só o indivíduo, só o indivíduo, vamos recortar só o indivíduo.

Nos currículos dos cursos de psicologia brasileiros, raramente encontramos qualquer menção ao tema da raça e do racismo nas disciplinas obrigatórias. A formação de psicólogos ainda está centrada na ideia de um desenvolvimento do psiquismo humano igual entre os diferentes grupos racializados. Assim como as categorias de classe e de gênero são fundamentais na constituição do psiquismo humano, a categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade. (SCHUCMAN, 2014a, p.85).

Podemos pensar sobre quais agravos no desenvolvimento profissional a ausência de estudos sobre as peculiaridades raciais pode trazer, interferindo muitas vezes na percepção do sofrimento psíquico causado pelo racismo, reverberando no atendimento adequado à população. Com esse trecho da narrativa de Cora podemos captar alguns sentidos que ela atribui à uma atuação que se faz desatenta aos encontros que podem produzir ainda mais marcas, quando não se pensa em corpos epistemológicos:

Cora: Por outro lado, não há outro caminho. Não há outro caminho a não ser esse que é o de abrir essas fronteiras epistemológicas também. Não sou eu, a analista branca, que vou conhecer o objeto, o outro objeto, pessoa negra, se ele não puder estar numa relação comigo, como um sujeito epistemológico referido ao seu lugar identitário. Não há análise que vá dar conta. A não ser uma nova reprodução de uma relação de violência, de exclusão. E o que produz efeitos muito sérios. Uma análise não é uma coisa assim “não fez bem, tudo bem também, porque não faz mal”. Os encontros terapêuticos eles são encontros políticos, são encontros da maior potência, tanto no sentido da reprodução da violência como da análise dessas coisas. Então, o estrago que se pode fazer não é pequeno quando a gente incide numa prática enquanto sujeita, que oprime.

A conformação, por parte da branquitude, da ausência de discussões de raça nas disciplinas obrigatórias de psicologia se configura como um privilégio racial, e de forma semelhante à formação da nossa sociedade, o mito da democracia racial e a lógica do branqueamento aparecem como desafios da desestruturação necessária para nossas práticas naturalizadas.

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais grave ainda, criam teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade. (RATTS, 2006, p. 94).

Quando aponto a necessidade de articulação de outros conhecimentos, não estou falando sobre abandonar sobre o que foi instituído até aqui, estou discorrendo sobre a necessidade de ampliação para saberes outros. Quando falo da necessidade de ser pensado sobre raça em nossa formação, que sejam postos outros olhares sobre as identidades raciais, não só sobre racismo. O prejuízo que quero apontar é sobre só ser postulado um tipo de conhecimento em nossa formação, construído a partir de olhares e vivências de sujeitos brancos. O que quero dizer é sobre “O perigo de uma história única”, como nos traz a autora Chimamanda Ngozi Adichie (2019). Cora nos aponta como ela coloca os sentidos da ampliação do campo de visão epistemológica:

Cora: Achar essa situação de produzir essa alteridade necessária, esse reconhecimento do outro como um sujeito epistemológico, um sujeito que está colocado no mundo como tal, que é o desafio de qualquer análise, não só da análise interracial, na condição de uma análise interracial isso é uma tarefa e tanto. E o que a gente faz lá no

[...] é estudar muito isso, porque não basta ter boa vontade, ou querer simplesmente, a gente tem que fazer um trabalho de ler pessoas que não só os nossos referenciais eurocêntrico de sempre; Freud é importante, Lacan, Michel Foucault, são autores que são importantes e nos ajudam a pensar, mas existe toda uma outra gama de leitura que são as leituras decoloniais que nos abrem os horizontes para pensar essas questões e a gente precisa ver. Ler Djamila Ribeiro, Bell Hooks, Angela Davis. Estou falando alguns autores que me ocorrem, pelos quais a gente passou... A Virginia Bicudo, enfim. Autores que a gente lê e discute e são autores que nos abrem mesmo o repertório conceitual porque sem isso a gente fica muito formado numa esteira epistemológica e determinada que não oferece muita abertura para isso.

A pluralidade da história só gera existência a partir daqueles que as contam e se/como possibilitamos a escuta. Nosso conhecimento cria forma com as histórias que nos são contadas, sendo assim, nossa compreensão de mundo se amplia com a possibilidade de múltiplas narrativas. Com isso, diz Adichie (2019, p.26), “a história única cria estereótipos”, esses estereótipos fazem com que uma história se torne a única história.

Todas as histórias nos tornam quem somos, insistir em apenas uma história é simplificar o olhar para as muitas outras que nos formam. Adichie (2019) nos alerta que é impossível falar sobre história única sem pensar as relações de poder. Como as histórias são contadas e quantas são contadas dependem do poder. “Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente.” (ADICHIE, 2019, p. 23).

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2019, p. 32).

Algo que pode se fazer importante pensar, quando falamos de múltiplas narrativas, é sobre os saberes localizados, que “trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21). A aposta é corporificar o conhecimento, sendo saberes localizáveis uma alternativa para a universalização. Nas ideologias de objetividade, o relativismo é o perfeito gêmeo invertido da totalização; ambos negam interesse na

posição, na corporificação e na perspectiva parcial; ambos tornam impossível ver bem” (HARAWAY, 1995, p. 23-24).

Para Donna Haraway (1995, p. 36), é necessário compartilhamento de olhares epistemológicos, apoiado em redes de conexão, dita solidariedade em política. “Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso”.

Como dito antes, os traçados aqui não são sobre a negação das referências ocidentais, mas na implicação de um diálogo com os saberes vindos do nosso lugar. Pautar a descolonização implica “mais do que resgatar, criar um senso de valor próprio sobre si mesmo e sobre o povo ao qual se pertence.” (VEIGA, 2019, p. 247). A importância se resguarda em repensar o modelo de subjetividade colocado na psicologia brasileira e latino-americana convenientemente usado para compreender seu povo.

3.1 Posicionamentos da psicologia frente ao racismo

Por meio da militância do Movimento Negro (MN) no Brasil percebemos que as perspectivas sobre relações raciais vêm ganhando camadas outras de prioridades. Com as ações do MN foi possível a promulgação da lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003) que altera as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), postulando a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira, e institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Por meio do Parecer 003/2004, (BRASIL, 2004) que denomina a amplitude da lei 10.639/2003 em todos os níveis e modalidades educacionais, há uma constante sobre a proposta de uma educação que rompa com o racismo.

A partir do ativismo do Movimento Negro e a institucionalização de suas agendas, em conformidade com as Ações Afirmativas, é notável uma maior autodeclaração de pretos, pardos e indígenas²⁰, o que significa não só mais acesso dessa população a Universidades Federais, como possibilita rompimentos com o padrão de silenciamento a questões raciais nas universidades.

²⁰ “Entre 2012 e 2016, enquanto a população brasileira cresceu 3,4%, chegando a 205,5 milhões, o número dos que se declaravam brancos teve uma redução de 1,8%, totalizando 90,9 milhões. Já o número de pardos autodeclarados cresceu 6,6% e o de pretos, 14,9%, chegando a 95,9 milhões e 16,8 milhões, respectivamente.” (IBGE, 2017).

Conjunto a isso, cada vez mais psicólogas(os) negras(os) convocam a psicologia a se posicionar diante da discriminação racial, assim como trazem à tona a importância de discutir o racismo nos âmbitos institucionais da psicologia. Tereza e Madalena indicam que durante a sua graduação os estudos sobre as relações raciais não se tornaram foco de debate nas disciplinas formativas, podemos refletir quais significados estão por trás dessa ausência?

Tereza: mas eu não lembro de discutir essa temática, e isso começou na faculdade, um pouco pelas escolhas que eu fui fazendo, não eram todas as matérias da faculdade que traziam isso como tema de discussão. Hoje eu entendo que é algo que atravessa quase tudo que a gente vai fazer, as relações raciais estão colocadas e eu venho percebendo que a gente trata... a gente, eu inclusive, como uma temática a ser discutida agora.

Madalena: Eu acho que ao longo da faculdade isso não era uma temática implícita, nunca nem me surgiu nem na faculdade, nem textualmente.

As produções da psicologia social vêm mudando o tom das narrativas para pensar o racismo, construindo sentidos psicossociais. Para Shucman e Martins (2017) ela vem sendo convocada a responder esse problema, principalmente pelo movimento negro, a prestar conta da lacuna nos seus estudos sobre os aspectos das relações raciais

A fim de avançar no tema, o CFP (2002) lançou algumas providências como a Resolução N.º 018/2002, a qual estabelece normas de atuação para as psicólogas em relação ao preconceito e à discriminação racial. Nessa resolução, o CFP (2002), no uso das suas atribuições legais e regimentais, resolve que:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial. (CFP, 2002, p. 2).

O Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs) tem cada vez mais tentado responder as demandas dos Movimento Negro. Os Grupos de Trabalhos sobre relações raciais, filiados aos Conselhos, vêm apontando a relevância da psicologia no apoio a denúncia de mecanismos sociais que legitimam o racismo, construindo cada vez mais passos para a uma prática implicada na luta antirracista.

Um marco importante, construído pelo CRP, foi a apresentação do documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação da(o) Psicóloga(o)” (CFP, 2017), elaborado no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). A partir da reafirmação da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), do Código de Ética de Psicólogos e Psicólogas e, especialmente, da Resolução CFP nº 18/2002 (CFP, 2002). Este documento surge como um significativo referencial para nossa atuação e denuncia que psicólogas(os) negras(os) buscam instituir o debate público acerca a temática das relações raciais no Sistema Conselhos de Psicologia, desde principalmente 1990, mas esse debate só começou a circular e ser incorporado pelo CFP no início dos anos 2000.

Ocasão na qual o CFP organizou a campanha: *Preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer*, bem como publicou a resolução nº 18 de 2002, a qual estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial e, em 2004, publicou o livro *Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão* Foram ações de cunho teórico, jurídico e político que buscaram, dentre outros aspectos, dar visibilidade para o fato de o racismo causar sofrimento psíquico no(a) negro(a). (CFP, 2017, p.16, grifo do autor).

Como forma de contribuir com a visibilização dessa produção, farei a disposições de alguns pontos para a construção de um diálogo com o que aqui já foi exposto.

De forma pontual, o documento nos lembra da obra da psicanalista Neusa Santos Souza (1983): “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social”. Publicada em 1983, ela inaugurou o debate contemporâneo e analítico sobre racismo no Brasil, identidade negra e sofrimento psíquico. Essa ainda

nos reafirma sobre a postura que a psicologia necessita ter diante dos modos de dominação que envolvem o racismo:

À Psicologia cabe contribuir para o desmantelamento dessa modalidade de dominação. Cabe ao Sistema Conselhos, aos sindicatos da categoria, às universidades de Psicologia e as(os) psicólogas(os) ajudar a pensa-la, a denunciá-la e a colaborar com o desvelamento de mecanismos sociais e subjetivos que a legitimam, o que exige a realização de ações em diferentes âmbitos, todos os possíveis. São práticas a serem realizadas no campo e na cidade, na rua e nos serviços públicos (jurídico, de saúde, de educação, de cultura, de trabalho etc.), no consultório particular, na pesquisa e ao lado do Movimento Negro. (CFP, 2017, p.17).

Contudo, mais de uma década que esse tema passa a ser institucionalizado pelo Sistema Conselhos de Psicologia, ainda assim, de forma geral, as psicólogas continuam distanciadas das discussões referentes à raça e racismo (CFP, 2017).

Desconsideram, por exemplo, que um(a) negro(a) não entra ou não se sente bem em determinados lugares (notadamente naqueles que há presença significativa de brancos) não diz respeito a uma suposta fobia ou perseguição, mas ao racismo e ao sofrimento que causa. Não ponderam sobre o fato de que, quando, por exemplo não contratam um(a) negro(a) em um processo de seleção de Recursos Humanos sem que necessariamente o saibam conscientemente, podem ter-lhe recusado a oferta de trabalho por se tratar de um(a) candidato(a) negro(a). (CFP, 2017, p. 17).

Para o “Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação da(o) Psicóloga(o)” (CFP, 2017), na consideração sobre os desdobramentos da branquitude e sobre os múltiplos aspectos dessa temática à respeito das potencialidades que esta discussão pode trazer para as profissionais *psi*, considerando a história de silenciamento da psicologia frente as desigualdades raciais, é significativo que profissionais possam refletir sobre os seus lugares antes de discutir isso com usuários/clientes/pacientes. Esse documento tem intuito, inclusive, de fazer o convite para esta reflexão.

Figura 1- Tabela de perguntas para interrogar nossas práticas.

<p>A(o) profissional da Psicologia se dispõe a usar seu instrumental para atender as necessidades da sociedade brasileira.</p> <p>Considerando-se as relações raciais, quem é essa sociedade?</p> <p>Quais seus personagens?</p> <p>Quais suas necessidades?</p> <p>Quais os pactos éticos assumidos pelas(os) psicólogas(os) envolvidos nessa prática com compromisso social?</p> <p>Quais os recursos teóricos e técnicos para atender efetivamente a essas demandas?</p> <p>Você sabe os efeitos psicossociais do racismo na constituição da subjetividade?</p> <p>Como psicóloga(o), você já pensou em como o racismo pode afetar nas diversas áreas da vida e do cotidiano de negras e negro(a)s brasileiras(os) e, ao mesmo tempo, privilegiar pessoas brancas?</p> <p>Você já pensou que, como formador(a) de opinião, é uma pessoa privilegiada para contribuir com a luta antirracista?</p>
--

Fonte: Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o) (CFP, 2017).²¹

Ainda sobre o documento, a figura acima é apresentada em um dos seus tópicos. Considero necessário trazer aqui, pois ela nos serve de contribuição para orientar a reflexão sobre como a psicologia pode auxiliar no combate à desigualdade racial. Neste sentido, as psicólogas que se colocam na disposição de desenvolver um trabalho alinhado com as necessidades brasileiras, possam pôr, na ordem do dia, a discussão sobre como o racismo afeta a vida de negras e negros e possibilita privilégios para pessoas brancas.

Conforme o documento apresentado, estou de acordo com a emergência em serem inseridas de forma transversal na formação profissional de psicologia no Brasil temáticas como relações raciais e racismo, assim como, mais pesquisas e pesquisadores colocando sua atenção na temática da branquitude. Pois, como se constituir de forma pessoal e profissional não havendo possibilidades de discussões sobre tais temáticas? A psicologia pode contribuir sobremaneira na dissolução da forma de dominação e opressão causada pela branquitude, sendo importante a contribuição de instituições representativas como o Sistema Conselhos e os sindicatos

²¹ Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/>. Acesso em: 23 set. 2020.

da categoria. Que o debate sobre raça e racismo seja efetuado, que não se perpetue na lógica de só negras(os) e não brancos falarem sobre, mas que brancas(os) possam refletir sobre de que lugar se fala sobre o racismo. Assim, considero importante que possamos pensar sobre nossas práticas e discursos, colaborando para um fazer *psi* mais implicado com o contexto social brasileiro.

4 “TORNAR-ME BRANCA, TORNAR-SE BRANCA”: AS PSICÓLOGAS E OS ASPECTOS DA BRANQUITUDE

Cora: E o tornar-me branca, o tornar-se branca, para mim, passa necessariamente pela convivência interracial. Esse é outro ponto que eu gostaria de pensar com você. Que é tanto necessário a gente estudar teóricos negros e negras que falam sobre essa situação, tão importante quanto isso é a gente se reunir e a gente estabelecer diálogos, interlocução, em redes raciais. Para não acontecer desses guetos brancos que se constituem no sentido de ler ou estudar sobre determinado assunto, quando na verdade o que a gente precisa é viver uma interação e um diálogo interracial.

Este capítulo pretende considerar, entre outros aspectos, noções acerca da branquitude, articulando-a com a psicologia, refletindo sobre a práxis. A escolha para tal articulação é propor uma breve discussão sobre os atravessamentos raciais que podem existir no campo do fazer *psi*. Como aporte teórico, serão trazidas abordagens conceituais ligadas aos estudos raciais, sobretudo a identidade racial branca. Ainda na costura das narrativas de Cora, ela nos traz alguns significados e sentidos do que o ser branca(o) significa para ela:

Cora: Na verdade, os efeitos nefastos disso, para o branco, incidem sobre uma alienação e sobre uma desumanização. Essas são as consequências da branquitude, do ponto de vista do branco. Esse ensurdecimento, essa perda de uma capacidade de humanização, que nas práticas clínicas é fundamental. Sem a experiência de um contato humanizante, humanizador, não há possibilidade de se pensar uma clínica ética, política, séria, comprometida. Então, a gente precisa estudar os efeitos da branquitude para os brancos e no que eles incidem. Como é que isso se atualiza num contato, numa análise interracial. E a gente vive num país que tem uma história terrível em relação a isso, um racismo estrutural, institucional arraigado, com relações muito profundas. Não tem como a gente achar que vamos conseguir, também, passar por esse processo de modo brando. Eu acho que enfrentar as questões do racismo dentro da branquitude, dentro da negritude, hoje, é você estabelecer uma pulsação fundamental para a clínica. Pensar uma clínica progressista, uma clínica, de fato, que toca nas questões contemporâneas. Hoje, eu não acho que seja possível fazer isso sem incluir o trabalho com esses demarcadores. E assim como em relação à raça, também em relação ao gênero.

Visibilizar e comprometer a branquitude se torna um desafio, tendo em vista a dificuldade de sujeitos brancos se identificarem ocupando posições privilegiadas

socio-historicamente nas diversas esferas sociais. Entretanto, as profissionais de psicologia brancas estão inseridas na ordem da formação subjetiva e social que esta identidade racial estabelece. Quais implicações isso promove? Quais os sentidos e significados que ser branca pode atravessar nosso fazer?

A suposta neutralidade do branco, que faz com que uma grande parcela da sociedade tenha privilégios e não os perceba, pois é um lugar naturalizado. Não podemos, enquanto psicólogas, ser reprodutores dessa ideologia em nossas práticas profissionais. A branquitude precisa ser desvelada, se realmente buscamos contribuir com a luta antirracista. (CRP-RS, 2014, p. 7).

Bento (2002) coloca que o foco da discussão sobre o racismo é tratado como problema apenas do negro, existe um silêncio sobre o lugar que o branco ocupa nas relações raciais brasileiras. Por isso, trazer a branquitude nessa discussão se soma na convocação para que nós, psicólogas brancas, possamos refletir criticamente sobre os lugares que ocupamos socialmente.

Podemos afirmar que a abordagem das relações raciais, a partir do viés da branquitude, pode gerar impactos nas diversas áreas de atuação *psí*. Como aponta Santos e Schucman (2015, p. 120):

Para as(os) psicólogas(os) clínicos que precisam lidar com sua própria racialidade, também é demanda para as psicólogas(os) organizacionais, visto que raça tem sido uma característica levada em conta na decisão de contratação de funcionários; e para as psicólogas que atuam no serviços de saúde, uma vez que existem especificidades e formas de adoecimentos para diferentes segmentos da população.

Joaquina: Eu acho que por ser uma psicóloga branca, que atua no campo em que as pessoas são muito diferentes de mim, inclusive falando de cor da pele, acho que é na direção da gente entender esses processos de colonização que estão fora e dentro da gente. Acho que é entendendo meu lugar da experiência, porque o meu lugar da experiência é completamente diferente do lugar da experiência deles, e isso fala muito do nosso lugar no mundo.

4.1 O conceito de branquitude

De maneira geral, o conceito de branquitude refere-se ao espaço sociocultural de privilégios e de poder conferidos aos indivíduos da população branca. A branquitude é um atributo, uma prática social e o exercício de uma função ocupada

por sujeitos brancos. Sendo eles aqueles que dominam majoritariamente um lugar, tanto simbólico como material no alto da pirâmide social, e esse lugar reforça e reproduz instituições racistas (SOVIK, 2009).

Segundo Silva (2017), os estudos referentes à branquitude surgiram da percepção de que era necessário se debruçar sobre o papel da identidade racial branca, sobretudo em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu, nas quais o branco é elemento ativo na dinâmica das relações raciais. A autora ainda aponta que a branquitude é resultado da relação colonial, essa que determinou lugares sociais e configurou subjetividades de brancos e não brancos. Aliás, esta é uma percepção já presente na obra de Guerreiro Ramos (1957), reconhecido como o precursor dos estudos nesta área. Repensar as questões raciais pela perspectiva do branco significa racializá-lo e convidá-lo a (re)pensar a sua própria construção de identidade.

Segundo Schuman (2014), numa breve análise da construção do conceito de branquitude temos como principais percussores: Du Bois, Frantz Fanon, Albert Memmi e Guerreiro Ramos, seguidos dos estudiosos na abordagem conceitual dos estudos críticos da branquitude (*critical whiteness studies*), em que se situam atores como Steyn, Frankenberg, Roediger, Ware, Bento, entre outros. A autora nos coloca que a revisão bibliográfica do tema, é sempre necessário considerar que a branquitude como produzida a partir de confluência de outros marcadores sociais. É uma posição de poder construída sócio-historicamente de formas diferentes dependendo do país, região, interesses políticos e época.

Os pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre o tema chamam a atenção, primeiramente, para o fato de que a branquitude no Brasil, assim como em outros contextos nacionais, não pode ser entendida como um padrão único visto a especificidade de nossa história nacional e, sobretudo, como as ideias sobre raça compuseram essa história. (SILVA, 2017, p.28).

A palavra branquitude é uma das traduções possíveis para o português do conceito *whiteness*, construído nos Estados Unidos a partir da década de 1990. A palavra *whiteness*, do ponto de vista semântico, define a qualidade de ser branco. Enquanto conceito, *whiteness* foi traduzida para o português, em um primeiro momento, como “brancura”, através do livro *Diploma of Whiteness* (DÁVILA, 2006). Esta primeira tradução do conceito rapidamente apresentou limites teóricos relevantes para o estudo de relações raciais no Brasil, posto que a “brancura” estaria mais ligada

à cor da pele (fenótipo) do que, propriamente, ao tema da construção da identidade branca enquanto identidade política. Posteriormente, passaram a ser utilizadas as traduções branquidade e branquitude, sem que os seus conteúdos apresentassem diferenças relevantes.

Neste trabalho, utilizaremos o termo branquitude “para seguir a linha dos trabalhos acadêmicos brasileiros que optam por este termo.” (CARDOSO, 2008, p. 173).

Em um primeiro momento, pode-se pensar que a escolha da tradução a ser utilizada seria algo sem importância, mas não o é, sobretudo porque estes significantes não estão isentos de significados políticos. Desta forma, cabe esclarecer que utilizaremos a tradução branquitude por dois motivos. Em primeiro lugar, por acreditar que o conceito está ligado à construção política das diversas identidades brancas no contexto das relações raciais brasileiras.

A semelhança do sufixo selecionado com aquele que foi utilizado na construção política da identidade negra no Brasil — negritude —, no nosso entendimento, enfatiza e ilumina o caráter relacional das identidades raciais. Em segundo lugar, a exemplo do que fez Cardoso (2008), entendemos que há que se respeitar o acúmulo, ainda que recente, dos trabalhos acadêmicos brasileiros que contribuem para a construção deste conceito.

Ainda que o conceito branquitude tenha sido introduzido no pensamento social brasileiro, especialmente pelos estudos da sociologia e da psicologia social, a partir do final dos anos 1980, Cardoso (2008) aponta a ausência e a emergência deste tema a partir da proposta formulada por Boaventura de Sousa Santos.

No projeto proposto por Santos (2002), uma interpretação crítica da construção de conhecimento científico seria a partir do exercício de novas formas sociológicas — de ausência e de emergência—que nasceriam a partir de uma nova imaginação sociológica, carregando em si a proposta de uma mudança epistemológica. Para tanto, há que se atentar aos agentes que fazem parte desta mudança e o seu grau de politização.

O fato de os estudos sobre branquitude se formarem como um campo de estudo transnacional e de intercâmbio entre ex-colônias e colonizadores corresponde à cadeia de fatos históricos que começa com o projeto moderno de colonização, que desencadeou a escravidão, o tráfico de africanos para o Novo Mundo, a colonização da África e da América e as transformações e construções de novas

nações e nacionalidades em toda a América. Portanto, são nestes processos históricos que a branquitude começa a ser construída como construto ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão. (SCHUCMAN, 2014b, p.113).

Os estudos sobre branquitude crítica no Brasil vêm nos alarmando sobre o poder que a identidade branca apresenta na ordem social. Como vimos, a hierarquização racial, constituída inicialmente pelo colonialismo, ainda se faz presente. Sendo a branquitude uma identidade constituída a partir da subordinação de outras identidades raciais.

Para endossar, trago o conceito de forma numerada pela autora Ruth Frankenberg (2004), que, a partir dos seus estudos, enumerou oito elementos que estruturam a branquitude²²:

1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquitude é um ponto de vista, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
3. A branquitude é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e denominadas como nacionais ou 'normativas', em vem de especificamente raciais
4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
5. Muitas vezes, a inclusão da categoria 'branco' é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude são marcadores de fronteiras da própria categoria.
6. Como lugar de privilégio, a branquitude não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam.
7. Branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.
8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude não significa, convém enfatizar, que esses e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos. (FRANKENBERG, 2004, p. 312-313).

Para entender a branquitude brasileira é preciso entendê-la como entrelaçada nas relações econômicas, culturais e psíquicas. Ao mesmo tempo em que se coloca

²² A tradução do termo é colocada como "branquitude", contudo é referente à branquitude.

como identidade neutra, quando é conveniente, sujeitos brancos tomam consciência da sua condição racial, sobretudo, quando o que está ameaçado são seus privilégios²³.

No caso do nosso país, as noções da identidade branca se esbarram em bases discursivas locais, subsidiadas nos princípios da miscigenação e branqueamento. Apesar dos traços comuns dessa identidade, que dizem sobre um lugar de poder simbólico e material, existe um processo de negociação em seu pertencimento, condizentes com os atravessamentos outros do seu portador, como classe e gênero. Contudo, na incapacidade de nomear sua racialidade, sujeitos brancos ignoram, de forma consciente ou não, como raça molda suas escolhas e sua condição de vida. Neste relato, Irene traz alguns sentidos de como se deu seu processo de tomada de consciência da branquitude:

Irene: Mas aí eu me deparei com esse lugar e fui tendo vários desconfortos com aquele lugar com aquele espaço, com a forma como as pessoas falavam, como elas me identificavam e aí eu fui percebendo... eu fiquei muito tempo pensando nisso, que no mestrado quando eu me colocava como uma pessoa periférica e trazia esses temas, todos os temas que eu estava trabalhando de relações raciais e de periferia, de mulheres e de autoimagem, autoestima era uma coisa, e quando eu não trazia a periferia como parte de mim, como parte da minha história, era outra coisa. Eu só fazia parte daquele lugar, sabe? Aí eu fui entendendo que isso acontecia porque eu era branca. Então eu me deparei com esse negócio. Racismo existe, acho que isso sempre foi uma preocupação política desde cedo e antes da graduação, mas nunca foi uma questão. Para mim eu era sei lá. Essa coisa que a gente estuda na branquitude de que “eu sou neutra, nada está acontecendo comigo em relação ao racismo” e aí de repente na universidade eu entendi – eu sou branca. E acho que foi a primeira vez na vida que eu entendi isso, que eu comecei a ser impactada por isso.

Para Miranda (2017), não se enxergar racialmente tem sido estratégico para aqueles que são vistos como brancos pela sociedade. Acabam por se autodeclararem como “humanos”, “mestiços”, “brasileiros”, às vezes, até como “negros” ou “pardos”.

²³ Privilégios, aqui, é entendido como proposto por Marciniuk (2018, p. 48) “É importante enfatizar a utilização dos termos “privilégios, vantagens e direitos” neste estudo. Atualmente, a reflexão sobre privilégios pode ser incipiente quando levados em consideração todos os atravessamentos que o “ser pessoa branca” produz. Adicionalmente, a ideia de privilégios traz, consigo, uma multiplicidade de percepções sobre como os corpos brancos englobam uma gama de possibilidades de benesses, sejam elas sociais, econômicas ou políticas. Quando me refiro às vantagens e direitos, busco fazer-me entender que, a partir dos privilégios associados ao “ser pessoa branca”, em sua materialidade e simbolismo, têm-se um processo de legitimação de vantagens – ou seja, proveitos; e direitos civis e políticos, no sentido legislativo.”

Até reivindicam o fato de terem uma família racialmente mista. Com isso, de maneira geral, essa negação tem relação com a carga simbólica negativa entrelaçada à imagem do colonizador, o que não quer dizer que abram mão dos privilégios simbólicos e materiais condicionados socialmente aos seus fenótipos. Bento (2018) afirma que a branquitude possibilita aos indivíduos se situarem em comunidade, mas ao mesmo tempo negando sua existência.

Ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade e respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco não exclui ter sangue negro. (SOVIK, 2004, p. 366).

Ter pele mais clara ou branca acaba por significar vantagens e carregam uma carga subjetiva e material, pois ser branco, mesmo em um ambiente de pobreza, significa ter mais chances de ascensão social, pois em um espaço de escassez esse fator torna-se decisivo (JESUS, 2017). Sendo assim, a realidade da branquitude traz prestígios, mesmo quando tem outros processos de opressão atravessados na história dos sujeitos. Sustentar a branquitude é contribuir com a desigualdade da sociedade em que o mito da democracia racial insiste em mascarar. Ela firma os modos de funcionamento do racismo no contexto brasileiro.

Bento (2002) considera o racismo como ferramenta da manutenção de privilégios de um grupo sobre outro. Segundo a autora, pessoas brancas, ao se perceberem como padrão universal, fazem uma apropriação dos símbolos que fortalecem sua autoestima e autoconceito. O que resulta na legitimação, por parte do grupo, da sua supremacia econômica e social.

Talvez possamos ainda problematizar a noção de privilégio com a qual as pessoas raramente querem se defrontar, transformando-a rapidamente num discurso de mérito e competência que justifica uma situação privilegiada, concreta ou simbólica. Quando se deparam com informações de desigualdades raciais tendem a culpar o negro e, ato contínuo, revelar como merecem o lugar social que ocupam. (BENTO, 2002, p. 46).

De forma sistemática, os privilégios materiais significam que ser branco produz vantagens em relação aos não brancos, facilidades no acesso à habitação, à

educação, emprego²⁴. Nos privilégios simbólicos, estão ligados aos atributos positivos ligados à essa identidade, tais como inteligência, beleza, educação, progresso etc. e, com isso, um processo de supervalorização estética e subjetiva em relação às identidades raciais não brancas. Os meios de comunicação de massa têm importante papel na perpetuação desses estereótipos (SCHUCMAN, 2014b).

Gostaria de ressaltar aqui que é um erro conceitual falar de racismo reverso, tendo em vista que, para que haja racismo é necessário hierarquia histórica entre raças, e historicamente, os negros não ocuparam status de superioridade social em relação aos brancos. Assim como, o conceito de racismo não contempla a ideia errônea de uma pessoa negra ser racista com a outra, mesmo com uma variação no matiz de cor da pele dos negros (CFP, 2017).

4.2 Implicações da branquitude

Precisamos apontar uma ausência nos estudos para pensar a relação da psicologia com a branquitude. O que mais encontramos foram estudos voltados para a negritude, reiterando esse olhar psicossocial apenas para os negros²⁵. O que gostaria de colocar é sobre a necessidade de se desnaturalizar esse não olhar para a branquitude e os significados que ela carrega. Consideramos que a lógica das práticas aparentemente neutras perpetua o efeito da ausência de estudos nesse campo.

Pensando no campo da psicologia, a autora Schucman (2014a, p. 84) apresenta algumas possíveis razões para a falta de estudos que pensam a branquitude:

²⁴ Segundo o IBGE (2019), em 2018, no que diz respeito ao mercado de trabalho, é grande a diferença que separa esses grupos populacionais: brancos e pretos ou pardos. A relativa desvantagem da população de cor ou raça preta ou parda. Apesar de a população preta ou parda ser maioria no Brasil (55,8%), no tocante à pobreza, a proporção de pessoas pretas ou pardas com rendimento inferior às linhas de pobreza, foi maior que o dobro da proporção verificada entre as brancas. Já às condições de vida, as desigualdades por cor ou raça revelam-se também nas condições de moradia, tanto na distribuição espacial dos domicílios, como no acesso a serviços, quanto nas características individuais dos domicílios. Em relação à distribuição espacial, o Censo Demográfico 2010 verificou que, nos dois maiores municípios brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro, a chance de uma pessoa preta ou parda residir em um aglomerado subnormal era mais do que o dobro da verificada entre as pessoas brancas. Para mais informações, acessar: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

²⁵ “Em meu trabalho nos últimos catorze anos, o primeiro e mais importante aspecto que chama a atenção nos debates, nas pesquisas, na implementação de programas institucionais de combate às desigualdades é o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras. A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado.” (BENTO, 2002, p. 6).

A primeira é o fato da grande maioria de psicólogas e pesquisadoras serem brancas e socializadas entre uma população que se acredita desrazializada, o que colabora para reificar a ideia de quem tem raça é o outro, e para manter a branquitude como identidade racial normativa; a outra hipótese é que desvelar a branquitude é expor privilégios simbólicos e materiais que os brancos obtêm em uma estrutura racista.

No processo de invisibilização de tal temática, é preciso ficar atenta(o) não apenas para o fato da pouca discussão existente, mas à tentativa de abafamento, desautorizando-as em nome de uma teoria, afirmando que raça não é um conceito válido ou diluindo o racismo ao tema das diferenças (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018). Para Cardoso (2010), de maneira geral, as pesquisadoras que estudam relações raciais estão restringindo em analisar somente o oprimido, tratando-se de uma abordagem unilateral, feitas comumente por pesquisadoras branca, preocupadas com o “problema do negro”. Isso demonstra o quanto é colocado, quando falamos em raça, apenas o corpo negro e quase nunca sobre o corpo branco.

Tereza: Eu fiquei pensando, quando a gente estava combinando de ter essa conversa, se eu conseguia lembrar da primeira vez que eu tinha me dado conta de ter falado ou pensado sobre relações raciais, sobre a problemática do racismo e me veio uma cena de quando eu era menor, devia ter uns 12 anos e que estava na casa dos meus avós. Eu e minha irmã estávamos conversando com eles, e ela fez algum comentário e a gente falou “vó, isso é racismo” e ela respondeu “obvio que não, eu não sou racista, para de falar isso. Eu só acho que branco tem que casar com branco e negro tem que casar com negro, mas eu não sou racista”. Eu e minha irmã nos olhamos. Talvez tenha ficado em mim, estou lembrando disso agora, mas isso é uma imagem assim, que eu devia ter uns 12 anos no máximo e lembro dessa cena. No colégio eu tive pouquíssimas... eu pensei quase nada sobre esse tema. Nem me perguntava se eu era ou não racista, se eu era preconceituosa em relação à raça, em que raça eu me reconhecia.

Sendo assim, na condição de um olhar sobre a branquitude que pode se estabelecer em nossas práticas, é perceber modos como essa identidade é produtora nas estruturas que geram discriminação racial. Não tem como falarmos de práticas implicadas com uma proposta antirracista ou usar a psicologia como ferramenta contra os processos de discriminação se não percebermos os condicionamentos engendrados em nossas percepções pessoais e profissionais.

Com isso, o enfrentamento ao racismo diz respeito, também, à sensibilização de profissionais brancos quanto ao processo do seu racismo internalizado, constituído na formação subjetiva da branquitude. Já que a não percepção do seu papel nas relações raciais pode gerar consequências ou até agravamentos no sofrimento causado pela discriminação racial. Acredito que uma escuta qualificada e uma atuação alinhada e compromissada com práticas antirracistas diz respeito a pensar sobre a implicação do nosso corpo na relação terapêutica, refletir, por exemplo, o que a branquitude pode encarnar na terapia em díade birracial.

Irene: Antes de eu me deparar com os estudos de branquitude, isso aparecia na clínica como o olhar para o outro, somente. Então eu vou olhar se eu estou atendendo uma mulher negra, um homem negro, vou olhar pro aspecto do racismo, a gente vai trazer isso... Mas isso nunca aparecia em relação a uma pessoa branca. Era simplesmente um tema ausente. “Ah, a gente não tem questões para falar aqui em relações ao racismo, ao tema das relações raciais” – a coisa da neutralidade, né? A gente vai falar quando é uma pessoa negra, uma pessoa de ascendência indígena, a gente vai trazer e fazer essa análise, mas não em relação a mim, que estou numa neutralidade, nem em relação a outras pessoas brancas que estão em neutralidade. Então, eu tinha um olhar que era um olhar de “eu vou pensar no racismo e como ele vai atravessar a subjetividade das pessoas não brancas, mas não das pessoas brancas. E obviamente não de mim. E a partir de quando eu me deparo com os estudos de branquitude isso muda e as relações raciais passam a fazer das minhas intervenções o tempo todo, comigo me pensando e me mobilizando, como é que eu estou aqui nessa relação e porque, como estou vendo essa coisa e porque, então tendo esse tema da branquitude e das relações raciais o tempo todo. De repente as pessoas brancas ficam também no foco dessa crítica, dessas análises, de como o racismo está ali entranhado e tá fazendo parte da construção de subjetividade do olhar pro mundo e das relações.

bell hooks (2019), em sua obra “Olhares negros: raça e representação, no capítulo intitulado representações da branquitude na imaginação negra”, afirma que em uma sociedade supremacista branca, seguramente, pessoas brancas acreditam que são invisíveis para pessoas negras. Muitos brancos ficam consternados ao ver que pessoas negras pensam de maneira crítica sobre a branquitude, sustentados na fantasia de que o Outro, que é subjugado, não produz representações do que vem a ser a branquitude.

Dessa maneira, bell hooks (2019, p. 302) nos conta como ela percebe essas representações:

Coletivamente, pessoas negras se mantêm bastante silenciosas a respeito da representação da branquitude na imaginação negra. Como antigamente, na época da segregação racial, quando os negros aprenderam a 'usar máscara', muitos de nós fingimos estar confortáveis diante da branquitude apenas para virar as costas e dar vazão a manifestação de graus intensos de desconforto. Fala-se especialmente da representação da branquitude como aterrorizante. Sem evocar uma dicotomia 'nós e eles' simplista e essencialista – que sugere que as pessoas negras apenas invertem interpretações racistas estereotipadas, então o negro se torna sinônimo de bondade e o branco de maldade -, quero focar na representação da branquitude que não é formada como reação a estereótipos, mas que surge como uma resposta a dor traumática e à angústia que permanecem como consequência da dominação branca racista, um estado físico que influencia e molda como pessoas negras 'veem' a branquitude.

Diante disso, uma postura comprometida no combate à discriminação racial requer atenção contínua aos elementos que informam a desigualdade racial, compreendendo como a construção de raça influencia os posicionamentos simbólicos e materiais em sociedade. Essa afirmação implica em perceber a superação do racismo como uma decisão coletiva, que implica responsabilidade dos mais diversos setores, e como aqui apontado, o fazer na psicologia.

4.3 Racial literacy/Letramento racial

Como já dito, é importante frisar que não existe uma essência branca, existem processos de identificação psicossociais com a branquitude, sendo que essa identificação pode acontecer de maneira diversa. Os sentidos que uma pessoa pode atribuir à sua brancura podem ser multifacetados.

Nesse diálogo, podemos pensar que, da mesma forma que uma pessoa constrói sentidos psicossociais de identificação com a branquitude, ela pode construir críticas aos sentidos atribuídos aos privilégios dessa identidade. Refletindo sobre formas de como se tornar uma aliada no desmantelamento das tecnologias do racismo.

A branquitude, como visto anteriormente, tem um significado construído sócio-historicamente dentro da cultura ocidental. Ela carrega significados de norma, de beleza, de civilização etc. Porém, estes significados podem ser desconstruídos através de vivências e afetos diversos que irão produzir sentidos e tramas de significações não necessariamente coincidentes com aqueles construídos em nossa sociedade de maneira supostamente objetiva, desvinculando e

separando a brancura da pele do lugar de poder dado a branquitude. (SHUCMAN, 2014, p. 171).

Como possibilidade para a compreensão de como construir uma branquitude crítica, Shucman (2014), em sua tese, nos apresenta o conceito de *Racial Literacy*, termo cunhado pela antropóloga afro-americana France Winddance Twine.

Nesse trabalho, percebemos algumas narrativas sobre a tomada de consciência que as entrevistadas obtiveram sobre a implicação da branquitude e dos desdobramentos dela. O Letramento Racial, de certa maneira, passa pela aquisição dessa consciência. *Racial Literacy*, por parte de pessoas brancas, é poder conhecer os desdobramentos hegemônicos da branquitude, analisar e se instrumentalizar para a aquisição de uma gramática racial que forneça suporte para a lida com as problemáticas raciais. Essa tomada de consciência, a partir do Letramento Racial, se dá por uma trilha política— e o desejo de lutar e construir outras narrativas sobre si e sobre o mundo, em que os aspectos raciais não passam mais despercebidos. Por exemplo, da anamnese feita nos atendimentos clínicos; que os aspectos raciais não sejam mais despercebidos como estruturais e estruturantes nas nossas escolhas epistemológicas. Construir aporte para a posse de uma gramática racial passa pela pessoa branca estudar e pesquisar sobre si e seu grupo racial. Não é obrigação de uma pessoa negra falar ou ensinar sobre raça ou racismo, o caminho para a tomada de consciência política e de instituição de uma branquitude crítica passa pelo branco ser agente de ação do seu próprio letramento.

Joaquina: E o quanto isso aparece de um jeito muito específico em cada ação, em cada prática psicossocial isso vai ter uma roupagem. Eu, particularmente, acho que trabalhar com essas populações já é trabalhar com esse recorte racial. A gente vê essa própria ideologia fazendo parte e uma coisa que eu acho importante trazer também é que, enquanto uma psicóloga branca, isso sempre vai me atravessar de um jeito diferente. Acho que o racismo ele está em mim, também, e eu sempre vou reproduzir isso, mesmo com o olhar atento e pensando nessa questão da práxis, a minha experiência no mundo é muito diferente das delas. E eu sempre me coloco nessa posição de entender que muitas vezes eu vou reproduzir racismo e por mais que a gente tente é muito difícil fugir disso. O importante mesmo é a gente estar atenta para essas questões; ainda mais trabalhando com uma população da qual eu não faço parte, acho que esse olhar tem que ser ainda mais cuidadoso.

Para Magda Soares (1996), o conceito *literacy* pode ser entendido como letramento, que é o conhecimento do saber e da cultura na qual o indivíduo — que é sujeito do seu próprio letramento — está sendo educado. É a condição de um aprendizado a partir de práticas sociais e da pertença sociocultural do sujeito que aprende. Utilizar o conceito *racial literacy* pode se tornar uma das possibilidades teóricas que podem dar suporte à nossa discussão sobre racialização das identidades das psicólogas no Brasil.

Este conceito de Twine e Steinbugler (2006) é criado a partir de uma releitura da ideia de dupla consciência e defendido enquanto um processo de construção política. Na mesma linha de argumentação, a socióloga Ruth Frankenberg (2004) diz que:

Minha própria história, por exemplo, é marcada por uma transição da inconsciência da minha branquidade e meu enredamento no racismo para um despertar para ambos. Essa trajetória também molda as trilhas seguidas por muitos colegas com quem compartilho a raça, a classe, o gênero e a nacionalidade. Mas meu despertar nunca é completo. Embora a transformação inicial tenha tido as proporções de um grande terremoto, há sempre espaço para outro temor subsequente ao abalo principal, há sempre necessidade de um novo despertar. O anti-racismo branco talvez seja uma postura que requer vigilância pela vida a fora. (Frankenberg, 2004, p. 313-14).

Os trabalhos das autoras Twine e Steinbugler (2006, p. 344) não foram traduzidos para o português, sendo assim, conforme citado por Schucman (2014b, p. 172), como proposta para a reflexão sobre o racismo na identidade racial branca é preciso que os sujeitos brancos se racializem e adquiram o que ela chama de *Racial Literacy (letramento racial)*.

Racial Literacy²⁶ é um conjunto de práticas que pode ser melhor caracterizado como uma “prática de leitura” – uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social – que inclui o seguinte: (1) um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; (2) a definição do racismo como um problema social atual, em vez de um legado histórico; (3) um entendimento de que as identidades raciais são aprendidas e um resultado de práticas sociais; (4) a posse de gramática e um

²⁶ Segundo Schucman (2014, p. 172), Racial Literacy de forma literal significa alfabetização racial. Mas a autora acredita que uma melhor tradução seria letramento racial. “pois a ideia de letramento está mais ligada a ideia de conhecimento do saber, da cultura envolvida. Seria, portanto, a competência de utilizar a linguagem adequada para cada situação social necessária.”

vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e anti-racismo; (5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de nossa sociedade e (6) uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade.

Diante do exposto, podemos pensar que sujeitos brancos que passam por um processo de *Racial Literacy* buscam mudanças nos espaços em que atuam. Percebendo sua responsabilidade perante o racismo, se posicionando como agente de mudança, tomando posição perante o racismo que atravessa seu aspecto identitário. A partir disso, podemos pensar o sujeito branco, aliado na luta antirracista, não só no plano ideológico, mas como prática, como ação no cotidiano.

Madalena: Eu estava partindo para esse trabalho na ponta, então, eu estava num atendimento mais direto e acho que isso vai suscitando várias questões, a gente tem que falar a cor da criança quando ela é acolhida. Como a gente faz isso? Isso precisa estar dito? Isso precisa ser arquivado? Isso vai para a adoção da criança? Se ela for para a adoção, como eu pergunto para a família? Em que lugar que isso entra? Como fazer isso? E isso foi movimentando e eu fui me questionando como que eu adentro esse tema. (...) continuou questionando e cutucando a gente, que a gente precisava primeiro começar a pensar nas bases de cada um, nas bases daquela instituição, entender o lugar de todo mundo ali, até então brancos, classe média, classe média alta. E depois, poder olhar para outras coisas, olhar para a branquitude, uma terminologia que não existia no meu repertório, de se entender como branca, ser branco também é ser racializado. A gente não teve muita abertura, houve um incomodo na instituição, nas pessoas acima... foi bem difícil! Acho que depois do meu quarto ano lá, isso está caminhando. Tem mais pessoas negras compondo os técnicos, tem outros lugares de fala, e acho que os brancos estão ali se entendendo que estão ocupando este espaço como brancos e isso tem gerado bastante movimento.

Ciente da diversidade e complexidade que envolvem a branquitude e o branco antirracista, Lourenço Cardoso (2008), em sua dissertação “O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil”, se debruçou em conceituar dois tipos de branquitude: a branquitude crítica, que seria aquela que desaprova o racismo, mas de maneira pública, nem sempre no espaço privado, já que, por vezes, esse racismo pode aparecer de forma sorrateira, mas em público o sujeito branco se diz não preconceituoso; e a branquitude acrítica, que seria a branquitude que aprova a supremacia racial branca, que, de forma consciente, propaga práticas racistas. É interessante essa divisão feita pelo autor,

para nomearmos como existem brancos que exercem o racismo, na reprodução, e por vezes constroem um antirracismo dissimulado, com isso, é necessário sempre a atenção aos desdobramentos do interesse na reprovação do racismo publicamente; e existem outros brancos que buscam conservar e justificar seus atos racistas.

Cardoso (2010) afirma que posto no cotidiano dos brancos antirracistas o conflito de, por um lado, pertencerem a um grupo opressor e, por outro lado, colocarem-se contra a opressão.

Para o autor, esses conflitos surgem principalmente quando a pessoa branca toma consciência da sua racialidade, e, a partir disso, os privilégios que resultam do pertencimento a um grupo opressor passam a ser um dos conflitos a serem enfrentados. A branquitude crítica passa a seguir passos na ressignificação da sua identidade racial, tendo em vista a abolição dos seus traços racistas, passando a desaprovar não só o racismo publicamente, mas, como revisitando os processos do racismo internalizado. Como primeira tarefa ao branco antirracista seria uma dedicação individual cotidiana e, depois, a insistência na crítica e autocrítica do próprio grupo racial (CARDOSO, 2010).

Com isso, a prática de psicólogas brancas, que se percebem como antirracistas, sendo interrogadas obtendo a branquitude como vetor de análise, passa pela compreensão dos tensionamentos que envolvem esse antirracismo. Se antirracismo se faz na ação, quais práticas estão sendo efetuadas? Esse antirracismo passa pela percepção da branquitude e seus efeitos no modo de existir no mundo.

5 “CAMINHO SE CONHECE ANDANDO”: POSSIBILIDADES DE PERCURSOS PARA UMA ATUAÇÃO PSI IMPLICADA E ATENTA AOS DESDOBRAMENTOS RACIAIS DA BRANQUITUDE

Caminho se conhece andando
 Então vez em quando é bom se perder
 Perdido fica perguntando
 Vai só procurando
 E acha sem saber
 Perigo é se encontrar perdido
 Deixar sem ter sido
 Não olhar, não ver (Chico César)

Como nos anuncia a canção de Chico César²⁷ “caminho se conhece andando”, portanto, as estratégias para repensar e reatualizar posturas, diante da intervenção no campo das relações raciais, é construída a partir do processo de implicação da psicóloga com seu compromisso ético-político em seu fazer e campo de estudos. É um percurso, uma caminhada, para que seja possível uma postura que envolva uma conduta ativa e atenta ao racismo estrutural, e todos os seus desdobramentos que podem aparecer na nossa prática e formação.

Pela urgência e grau de importância, o debate sobre raça e racismo não deveria se encerrar apenas na necessidade de que isso apareça de forma transversal nos currículos oficiais da graduação. A formação é um momento primordial para que esse tema seja reconhecido em seu grau de importância, mas não se esgota aí, a composição da identidade da psicóloga se desenvolve durante todo seu percurso profissional, e, como tal, uma leitura crítica à atuação profissional envolve uma sensibilização contínua com a temática, assim como explorar espaços que envolvam o debate e fomentar essa discussão em contextos, como a supervisão clínica e as instituições em que fazem parte. Ampliar o repertório de estudos e ações que envolvam a temática.

Cora: Então, nesse sentido, estou justificando para você o meu engajamento nessa rede [...], que me coloca em contato com essa condição híbrida racial tão importante para mim. [...] porque não basta o trabalho intelectual em cima de leituras, isso é importantíssimo, porque sem teoria a gente também não quebra muitas coisas. Mas precisa dessa relação, precisa dessa convivência próxima com sujeitos epistemológicos distintos, essa prática da convivência.

²⁷ Música do cantor e compositor Chico César, cujo nome é “Deus Me Proteja”.

Lane (2006) nos aponta o quanto a tomada de consciência diante dos aspectos que condicionam as nossas identidades sociais, definidas pelos papéis que desempenhamos, não é um processo simples, pois os grupos sociais que instituem essas identidades possuem aspectos sociais cristalizados e são perpetuados por processos institucionalizados. É preciso uma postura atenta, pois ao questionarmos o quanto a nossa história e identidades profissionais/pessoais são determinadas por condições históricas do nosso grupo social podemos constatar que, em diferentes níveis, os nossos papéis são reproduções, sem grandes alterações, da sociedade em que vivemos. Portanto, a consciência de si envolve reatualizações de posturas diante da constatação de que reproduzimos, no nível ideológico, as relações de dominação, como maneira natural e universal de ser social.

Madalena: nessa quarentena eu tenho feito um exercício que eu não fazia antes: eu estou sempre mandando para o meu grupo de amigas, grupo de amigas psicólogas, coisas sobre branquitude, o lugar do branco na luta antirracista, eu fico mandando tudo que eu vou vendo, sabe? E eu vejo que rola um silêncio. Ninguém nunca fala nada. No meu grupo de amigas isso não é uma pauta, então eu venho pensando que é um lugar onde eu posso fazer alguma coisa, nem que seja ficar mandando, questionando, dar umas cutucadas. Eu sempre fico com essa questão: como é que eu vou conseguindo individualmente quebrar o pacto branco? Estou tentando pautar isso como psicóloga no dia a dia.

Enquanto identidade social, é preciso questionar o quanto ela exerce uma mediação ideológica criando uma “ilusão” de que as escolhas são naturais e necessárias, e que, essas escolhas, são “opções livres” sem nenhuma interferência do nosso convívio social (LANE, 2006). Com isso, na proposta da “Consciência de Si” de Lane, acredito que questionar as cristalizações da nossa identidade social passa por questionar as nossas escolhas, inclusive epistemológicas e, como algo tão engendrado no convívio social, as relações de dominação precisam ser interrogadas constantemente. Pois, se intitular psicóloga antirracista sem examinar as condições sociais que atravessam a sua história pessoal só pode estar, como nos diz Lane (2006, p. 23), “reproduzindo o esperado pelos grupos que nos cercam e julgados bem ajustados”.

A trilha de questionarmos a nossa formação e identidade profissional/social, enquanto psicólogas brancas tem potencial de produzir bastante desconforto, sobretudo ao questionarmos, implicarmos e visibilizarmos a branquitude nos nossos

processos de formação subjetiva e social. O convite é ocupar esse lugar de desconforto e redescobrir manobras de atuação e implicação profissional que sejam condizentes com a realidade social em que vivemos. Nos interrogar sobre, se, enquanto profissionais, possuímos recursos para uma escuta atenta, no encontro clínico, para que se reconheçam os problemas e as marcas do racismo estrutural (no outro e em nós), ou se percebemos falas e atitudes racistas em algum nível no atendimento clínico ou no trabalho em instituições, e se isso entra em quesito na nossa atuação. Tereza deu sentidos ao incômodo como busca de conhecimento e leitura sobre a temática. Neste caso, podemos ir além do incômodo:

Tereza: eu não sei exatamente quando que essa temática passou a fazer muito parte da minha vida e eu comecei a me incomodar e precisar de mais elementos para entender o quê que era isso que estava me incomodando, o que era relação racial, o que era racismo. Aí fui ler e estudar mesmo, ler, discutir.

Nas andanças de um campo de reconhecimento das implicações da branquitude talvez seja uma saída mais confortável pensar em renunciar os mecanismos gerados por essa identidade, mas isso não é possível. Decerto, sejam possíveis rearticulações do nosso processo de racialização, em que sejam possíveis novas posturas raciais, cabendo-nos enfrentar a nossa branquitude, assumindo-a como categoria racial e nos assegurando debater raça e racismos nos mais diversos âmbitos.

Nos implicarmos em nossa branquitude condiciona a não mais nos vermos como neutros ou invisíveis nas relações raciais. É superar o debate da ideologia neoliberal que demarca a suposta democracia racial na ideia de “somos todos iguais”. É se perceber enquanto sujeitos racializados com lugar de fala e implicação sobre o racismo, não mais se ocultar na ideia de quem tem raça é o outro. Garantir também seus limites raciais no debate sobre raça, para não recair mais uma vez nos fundamentos de uma branquitude que tem saber sobre tudo e todas(os).

Cora: Eu acho o desconforto é extremamente importante... Ele é o motor da crítica, é aquilo que pode nos mover, realmente, a tomar um outro ângulo e se colocar de uma outra maneira nas relações.

No percorrer enquanto psicóloga aliada ao movimento antirracista, a direção é se ver, se visibilizar, na relação. Na medida em que a consciência de si acontece,

sejam possíveis transformações em nossos campos de atuação. “Afirma-se branca, reconhecer sua branquitude, ampliar suas definições e restabelecer seus campos. Essa é a via de implicação que sustentamos.” (MALUF; AGUIAR, 2018, p. 122).

O saber mais importante do ponto de vista psicológico não é o conhecimento explícito e formalizado, mas esse saber inserido na práxis cotidiana, na maioria das vezes implícito, estruturalmente inconsciente, e ideologicamente naturalizado, enquanto adequado ou não às realidades objetivas, enquanto humaniza ou não às pessoas, e enquanto permite ou impede os grupos e povos de manter o controle de sua própria existência. É importante enfatizar que esta visão da psicologia não descarta a análise do comportamento. Não obstante, o comportamento deve ser visto à luz de seu significado pessoal e social, do saber que põe de manifesto, do sentido que adquire a partir de uma perspectiva histórica. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 15).

Em seu texto “O papel do Psicólogo”, o psicólogo social Ignacio Martín-Baró (1996) nos introduz à proposta de que devemos voltar a nossa atenção ao contexto em que vivemos, sem presumirmos de que por fazermos parte dele já nos tornamos conhecedores das problemáticas que o envolve. Apoiado em Paulo Freire, Martín-Baró afirma que a conscientização é um horizonte primordial no que ele intitula “quefazer” psicológico. Essa conscientização serve para caracterizar os processos de transformação social e pessoal, quando aprendemos a ler a realidade circundante e a escrever nossas próprias histórias, aprender a dizer sobre a própria existência, que é pessoal e coletiva. Segundo o autor, é importante enquanto conscientização que assumamos nosso próprio destino, o que exige a superação de uma falsa consciência para que atinjamos um saber crítico sobre nós mesmas e sobre nossa inserção no mundo. Ele propõe que o papel da psicologia é ser agente dessa conscientização, mas acredito que, para isso, precisamos também ter consciência da nossa inscrição, enquanto *psis*, no social.

O novo saber da pessoa sobre sua realidade circundante a leva a um novo saber sobre si mesma e sobre sua identidade social. A pessoa começa a se descobrir em seu domínio sobre a natureza, em sua ação transformadora das coisas, em seu papel ativo nas relações com os demais. Tudo isso lhe permite não só descobrir as raízes do que é, mas também o horizonte do que pode chegar a ser. Assim, a recuperação de sua memória histórica oferece a base para uma determinação mais autônoma do seu futuro. (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.16).

Esse novo saber, proposto por Martín-Baró (1996), se faz importante por trazer interpretações dialéticas sobre a tomada de consciência da nossa inscrição no mundo, ou seja, à medida que ampliamos, por exemplo, uma gramática racial para refletirmos sobre nossa atuação, assim como nos debruçamos para a compreensão da complexidade que envolve o tema das relações raciais, mais compreendemos os nossos papéis, assim como descobrimos horizontes para aquilo que desejamos ser. Conhecendo, no caminho, possibilidades de práxis emancipatórias, com consciência crítica sobre a realidade que nos circunscreve.

É possível que para a maioria dos psicólogos a dificuldade não resida tanto em aceitar este horizonte para o seu quefazer, mas em visualizá-lo em termos práticos. O que significa conscientizar na e com a atividade psicológica? Trata-se de aplicar alguma técnica particular? Deve-se incluir nos processos alguma forma de reflexão política? Significa mudar os tipos de testes empregados ou os temas daqueles que usamos? Devemos abandonar a terapia individual e realizar algo assim como ergoterapias coletivas? (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.19).

Segundo Martín-Baró (1996), para que a psicóloga repense a sua imagem como profissional, o trabalho psicológico conscientizador não deve ser uma área específica da psicologia, mas ser um horizonte para o “quefazer” da profissional em qualquer que seja a área que se trabalhe. O autor afirma a necessidade de perguntas, importante para uma atuação implicada, que possamos nos questionar a respeito do papel que desempenhamos na sociedade, e não nos centrarmos tanto no onde, mas no “a partir de quem”, não somente no como se está realizando algo, mas no “benefício de quem”. Do mesmo modo como não somente sobre o tipo de atividade em que a prática vem sendo realizada (clínica, escolar, hospitalar ou outra), mas sobre quais as consequências históricas concretas que essa atuação vem produzindo. Assim, aceitar a conscientização como um horizonte possível, não sobre mudar o campo de trabalho, mas a perspectiva teórica/prática com a qual se trabalha.

A psicóloga Maria Lúcia da Silva (2017), importante expoente no debate sobre raça e racismo no campo da psicologia e psicanálise, nos compartilha no capítulo “Racismo no Brasil: Questões para psicanalistas brasileiros, no livro O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise”, sua experiência como integrante de cursos no departamento de psicanálise e estagiária da clínica psicológica em uma instituição que não tratava o debate racial com sua devida urgência. Ela nos conta sobre sua perplexidade de como as discussões em sala de aula ou nas supervisões

as profissionais eram unânimes no reconhecimento e concordância de que o racismo promovia sofrimento psíquico, mas existia uma grande omissão e desconforto para trabalhar o tema. A partir disso, dessa perplexidade, em conversa com seus pares, ela propôs um evento como forma de sensibilização diante da temática, os desdobramentos foram produtivos a nível de quebrar o ciclo de repetição de ausência dessa discussão. Foi possível, de certa forma, a retirada do tema do racismo debaixo do tapete, mesmo que desconfortável fosse.

Foi possível perceber, nas diferentes trajetórias, a intensidade do sofrimento psíquico do racismo. E, assim, pudemos aceitar nossa ignorância em relação ao tema, os nossos medos, a nossa necessidade de a todo tempo retomar o fio da meada, que muito facilmente era perdido, e o nosso desejo de seguir juntos, atravessando e sendo atravessado por novas constatações e formulações (...) as diferentes etapas nos colocaram em contato com a complexidade das relações raciais, e as feridas abertas deram real dimensão da dor e da urgência do acolhimento. Dificilmente houve quem não fosse tocado pelas vivências, enfrentamentos foram inevitáveis e a catarse, uma possibilidade. (SILVA, 2017, p. 73-74).

Esse relato de Madalena nos remonta à importância da criação de possibilidades a partir do desconforto e como é possível repensar estratégias para que o debate possa ventilar em diferentes esferas, e que trazer à tona os incômodos e receios, a partir de experiências de sensibilização sobre a temática, pode ser uma via de potencialidades e (re)visitação de métodos e técnicas para a lida com a questão:

Madalena: Estou questionando bastante como a gente forma esses voluntários para entrarem nos abrigos, que são voluntários que tem um recorte, que a gente não olha sobre essa formação, acho que a gente não fala sobre racismo; nem na formação inicial, nem na formação continuada, isso não pauta as nossas discussões. Uma coisa que até recentemente eu trouxe para a minha equipe, que eu acho que a gente vai reproduzindo todos esses lugares bem marcados da instituição que a gente está questionando, não está questionando no programa; eu acho que a gente tem que pensar junto com o serviço e todo mundo a construção da identidade dessas crianças, sejam as brancas ou as não brancas, as negras, sejam o que for. O que que a gente está representando? Que referências a gente coloca? Quando a gente vai trazer um texto pra conversar, pra estudar, que texto é esse? Quando vamos trazer um livro para uma criança ler, o que é que a gente vai fazer com isso?

O documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os)” (CFP, 2017) constrói apontamentos sobre os desafios na formação da identidade profissional da psicóloga e a necessidade do processo de sensibilização com a temática racial, descrevendo que a inclusão das discussões que envolvem raça e racismo devem acontecer de forma transversal nos diversos níveis de atuação. É preciso ir além da crítica à formação - criar rumos -, que seja possível uma instrumentalização sobre e para o debate, sobretudo sobre os aspectos psicológicos envolvidos nas relações raciais no Brasil. Destaca-se o pioneirismo do Instituto AMMA Psique Negritude em oferecer cursos de formação, como as Oficinas De Sensibilização Para Identificação E Abordagem Do Racismo Institucional²⁸ e do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) ²⁹ e outras entidades que desenvolvem trabalhos composto por metodologias de sensibilização de profissionais para a identificação e abordagem do racismo.

Retomando a Resolução do CFP n. 018 (2002, p. 2), em que estabelece, no primeiro artigo, que as psicólogas atuem “segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”. A psicologia tem muito a contribuir no enfretamento político e sofrimento psíquico causado pelo racismo, refletir sobre a compreensão desses fenômenos nas instituições em que se faz presente, atentas às tecnologias do racismo institucional. Para isso, a qualificação continuada é instrumento primordial nos mais diversos serviços. Com esse relato de Tereza, reiterando o sentido do incômodo que algumas lógicas de cunho racial causam para ela, podemos nos interrogar. Quais ações estamos mobilizando para além do incômodo que essas temáticas podem nos causar?

Tereza: Eu estou falando de revoluções mas assim, movimentos lá dentro, de falar com as coordenadoras, com as chefes, diretora, fundadora, todas brancas, que vem do mesmo lugar e falar: e aí, quem que é o instituto? que flyer a gente está divulgando na internet para falar da criança? Que palavra a gente está usando? a gente tem uma ou duas pessoas negras que trabalham aqui dentro. De todos os lugares, é agora o que há de mais presente na minha vida, é algo que eu gosto muito, de falar, de pensar, de me incomodar e me incomoda mesmo... eu me sinto muito incomodada, mas enfim.

²⁸ Endereço Eletrônico do Instituto AMMA Psique e Negritude:
<http://www.ammapsique.org.br/oficinas.html>

²⁹ Endereço Eletrônico do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades):
<https://www.ceert.org.br/>

Segundo Emiliano David de Camargo e Lidiane A. de Araujo e Silva (2018), quando a violência causada pelo racismo é percebida e denotada, através de uma escuta qualificada da profissional, o sujeito violentado se sente acolhido em seu sofrimento. A partir disso, é possível pensar em intervenções psicossociais que possam colaborar com a promoção da saúde daquele sujeito, em que este possa se tornar protagonista da própria história, contribuindo para a construção de uma identidade negra positiva. Sendo assim, pessoas vítimas do racismo, como negras(os) e indígenas, devem ser escutadas na especificidade do seu sofrimento, e as nuances da violência racista devem ser acolhidas. Para isso, é necessário que a profissional esteja sensível à essa demanda, preparada para identificação de tais violências e intervir de forma qualificada, por isso a importância da qualificação (continuada).

Os afetos mobilizados por esses processos de compromisso com a formação continuada e reatualização da postura profissional, alinhado à proposta ética de combate ao racismo, acaba por impulsionar a reflexão crítica de tudo que nos foi instituído como naturalidade, técnicas e teorias que nos são ensinadas, conservadas a partir de algo dado e inquestionável. Acredito que essas mobilizações são espaços de abertura para fomentar aquilo que estamos em via de nos tornar a ser, (re)pensando, sobre nossos corpos inscritos em uma cultura, sobre as provocações que os diferentes corpos racializados, em encontro, podem provocar diante de uma realidade que imputa relações de poder e desigualdades. Cursos, oficinas, supervisões, grupos de estudos, entre outros, possibilitam esse exercício crítico e atento aos desdobramentos raciais, servindo como sinalizadores para um alinhamento ético que nos é solicitado em nossa profissão.

Quanto à concepção institucional do racismo, segundo Almeida (2019), para que os sistemas raciais de hierarquia estejam em estabilidade, as instituições servem como aporte, absorvendo os conflitos da vida social, entendendo absorver como normalizar. Sendo assim, no interior dos processos institucionais, essas absorções acabam por moldar o comportamento humano. Para o autor, as instituições se configuram como somatório de normas, padrões e técnicas que, como parte da sociedade, acabam por carregar em si os conflitos sociais. Assim, os conflitos raciais também se fazem presentes nesses espaços. O racismo não é apenas uma característica isolada causada por ações interpessoais ou em grupos, mas, fundamentalmente, porque as instituições são hegemônicas por pessoas brancas

que utilizam de mecanismos institucionais para impor interesses e perpetuação de poder social e econômico. Para perceber essa hegemonia branca nas instituições, Audre Lorde (2019, p. 142) discorre:

A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta numa economia centrada no lucro que precisa de *outsiders* ocupando o papel de pessoas descartáveis. Como integrantes de tal economia, todos fomos programados para responder às diferenças humanas que há entre nós com medo e aversão, e a lidar com elas de três maneiras: ignorar e, se não for possível, copiar quando a consideramos dominante ou destruir quando consideramos subalterna. Mas não temos critérios para tratar as diferenças humanas em pé de igualdade. Como consequência, elas têm sido confundidas ou utilizadas de maneira equivocada, a serviço da separação e da confusão. Certamente existem diferenças muito reais entre nós, com relação a raça, idade e sexo. No entanto, não são essas diferenças que estão nos separando. É, antes, nossa recusa em reconhecê-las e analisar as distorções que resultam de as confundirmos e os efeitos dessas distorções sobre comportamentos e expectativas humanas.

Luh de Souza e Francisco Antero (2013) nos convidam a realizar o “teste do pescoço” que seria uma maneira didática de perceber como o racismo configura lugares para brancos e não brancos nas instituições. Eles pedem para que olhemos para os lados, que giremos o pescoço para procurar, por exemplo, quantas negras(os) foram seus professores na graduação? Quantas(os) negras(os) estão nos serviços gerais dessa instituição em que você se formou? Quantas pessoas negras têm no seu espaço de discussão acadêmica? Quantas(os) brancas(os) estão nas cadeias, nos orfanatos, na fundação casa? Quantas brancas(os) são usuários dos serviços de saúde mental pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)? Esses questionamentos provocam uma possível desnaturalização de uma ideia de normalidade desses lugares sociais. A fala de uma das entrevistadas aponta um pouco essa construção do “teste do pescoço”, em que ela foi posta a perceber nos emaranhados do racismo institucional:

Madalena: Quando a gente está lá trabalhando nos serviços de acolhimento, majoritariamente o recorte de crianças, de famílias, é de pessoas negras, não brancas. Então, a gente deveria olhar, mas não era uma pauta. Quando eu entrei lá, passei um ano aprofundando outras coisas até que eu mudei para um projeto que cuidava dos voluntários que vão até os abrigos para fazer o álbum com as crianças. Depois eu vou para o serviço de acolhimento do instituto, que é um outro modelo, onde as crianças ficam em famílias acolhedoras. Então,

eu fui ser técnica desse serviço e mudei bastante a minha atuação, fui para a ponta fazer o atendimento direto com as crianças. Logo que eu entrei, na passagem, uma técnica do instituto, que até o momento era a única negra entre todas de todos os programas, trouxe pra mim, veio conversar comigo sobre um panfleto que estava sendo distribuído para a divulgação do “serviço de acolhimento de famílias acolhedoras” onde tinham um casal de pele branca, segurando um bebê de pele retinta, e que dizia “lugar de crianças é em família”. Eu lembro dela me trazer esse panfleto e perguntar “o que você acha?”. Ela é a pessoa que eu tenho mais proximidade e ela escancarou o racismo estrutural da instituição, no corpo dela.

Acredito que nós, enquanto psicólogas brancas, que partimos do princípio de um Letramento Racial crítico aos aspectos da nossa branquitude, temos compromisso de tratar de pautas interseccionais nas instituições que integramos, focando aqui no racismo, nos implicar no debate. Não cair em argumentos falaciosos de que, para falar de raça e racismo é necessário apenas que sujeitos negros se coloquem, em um suposto argumento de “lugar de fala” que não ocupamos para debater tais temas, recair nesses argumentos é se colar a pretensão de neutralidade e normatividade que a própria branquitude encarna, de que branco não tem raça e não tem ligação direta com a produção do racismo. Cabe dizer que essa discussão de pessoas brancas, sobre raça e racismo, é essencial que seja construída a partir da compreensão do seu lugar racial, a partir de um embasamento teórico. É primordial, nesse debate, o Letramento Racial, para o entendimento mais amplo de como acontece os processos de racialização no Brasil.

O discurso da neutralidade na psicologia, se torna um grande aliado na compactação do racismo institucional, por isso, um outro ponto a ser trazido é sobre a superação da proposta de neutralidade na nossa prática, com isso, acredito que Ana Bock (2007) nos aponta alguns horizontes para essa superação. Quando superamos o discurso da neutralidade, afirmamos as nossas perspectivas como sociais e históricas, passamos a ter como indispensabilidade a explicação da direção de nossas intervenções. Nossa atuação, portanto, passa ter o duplo sentido em ser direcionada e intencionada.

É preciso compreender que estamos contribuindo para a construção de projetos de vida, direcionadas para finalidades que interessam ao sujeito. Escamotear esse direcionamento do trabalho é ocultar a influência que temos. Não assumir é camuflar a finalidade do trabalho, que fica então fora de questão, de debate, de crítica. Muitas vezes ouvimos psicólogos dizerem: “nosso trabalho não modifica o indivíduo;

apenas lhe dá condições para que ele próprio se modifique”. Essa afirmação é equivocada e acaba por ocultar intenções e direcionamentos do trabalho da Psicologia. (BOCK, 2007, p. 30-31).

Me encontro alinhada com o diálogo trazido por Bock (2017) de que nossas construções de normalidade e saúde, de certa maneira, geram, abrigam os valores morais dos interesses de setores hegemônicos da sociedade. Esses valores, instalados na ciência e na profissão, acabam virando, também, referência para o comportamento e as formas de ser dos sujeitos. O problema maior reside do fato de nos mantermos sem questionarmos essa adesão, apontando essas referências como universais, assim, acabamos por manter esses valores e justificá-los como a única forma de existir e ser no mundo. Como contraponto, o “diferente” passa a ser combatido, colocado como desajustado, e o processo terapêutico passa a ter como foco o retorno a condição natural do homem, portanto, para o caráter universal de sujeito. A psicologia, nesse formato, passa ser uma profissão conservadora, impedindo o surgimento do novo.

Com esses apontamentos, considero possível a reiteração da complexidade do racismo. Denotá-lo requer posse de uma gramática que seja possível o seu processo de nomeação, a percepção de seu dinamismo e a forma como se conforma e reintegra nos diferentes espaços e relações. Talvez estabelecer passos nessa caminhada envolva primeiro alguns questionamentos: o que seria raça e racismo, e como e de qual forma sou ser integrante dessa relação? Compactuo com quais tipos de práticas para o desmantelamento ou para a perpetuação do racismo? O que minha branquitude encarna nas relações que construo em espaços profissionais e/ou pessoais?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como proposta de trazer algumas conclusões, mas não findar o debate, retomo aqui algumas inquietações que deram sentido e fôlego para o estabelecimento das discussões traçadas. É possível que possamos pôr em prática uma psicologia implicada com os processos raciais que estão emaranhadas na ordem social? É viável perceber, através das narrativas das psicólogas, que a formação na psicologia vem nos deixando ao largo das discussões sobre raça e racismo. Sendo a identidade branca percebida sob a égide de uma neutralidade, na qual essa não se percebe racializada, estaria a psicologia perpetuando essa lógica, quando não aponta essa discussão em seus âmbitos formativos?

As psicólogas que forneceram suas narrativas, acredito que por terem aproximação com temáticas que envolvem as relações raciais, estão mais sensíveis a esse debate, se colocando mais atentas aos modos de operação do racismo, assim como da branquitude. Contudo, estas apresentaram maior sensibilidade ao tema após a sua formação, sobretudo se propondo a educação continuada e através das contradições que encontraram em suas práticas, após estas perceberem que não foram instrumentalizadas na graduação a lidar com o sofrimento psíquico iminente proveniente do racismo. Ou então por serem convocadas a pensar em suas racialidades por outras(os) parceiras(os) de trabalho, sobretudo nos encontros interraciais.

Pelas narrativas aqui apresentadas e pelo comum de uma sensibilização com a temática, não significa que isso é generalizado para todas as psicólogas brancas, longe disso, a discussão da branquitude precisa ser democratizada. Assim como foi discutido, processos de sensibilização precisam ser colocados para que mais psicólogas estejam atentas à sua racialidade e o que ela pode provocar no encontro com o outro, estarem atentas às constituições de raça e às identidades raciais que se estruturam na sociedade brasileira. Como aqui o objetivo foi compreender o que psicólogas brancas vêm empreendendo em suas práticas, e se percebem os atravessamentos raciais nestas, assim, o campo de pesquisa ficou restrito à aproximação com a temática, o que foi significativo, pois ampliou o repertório teórico do trabalho e expandiu horizontes para além de somente denunciar os aspectos da branquitude.

Vimos que a psicologia social vem empreendendo olhares outros para os aspectos subjetivos, colocando como intrínseco à constituição subjetiva as ordens estabelecidas na cultura. Atento às contradições sociais, este campo do saber vem construindo produções teóricas cada vez mais amplas sobre raça e racismo, sendo inclusive, um dos principais campos que encabeçam o debate sobre branquitude através de alguns nomes como Maria Aparecida Silvia Bento e Lia Vainer Schucman. Ambas costuram o debate desse trabalho com suas teorias construídas nos estudos críticos da branquitude. Embora esse campo aparente ser mais propício a essas discussões, se faz necessário e urgente a reflexão sobre o racismo de maneira transversal nos campos de graduação da psicologia brasileira.

Como vimos, raça estrutura lugares no social e constitui atravessamentos na subjetividade de brancos e não-brancos, esta vem sendo invisibilizada nos mais diversos âmbitos *psi*. Não precisamos, necessariamente, de teorias para que isso seja percebido, talvez, um simples teste de olharmos os espaços em que construímos e debatemos nossas práticas nos possibilite respostas. Estamos levando em conta o quesito raça/cor quando discutimos casos, assim como, os sofrimentos psíquicos causados pelo racismo estão sendo nomeado como tais, quando discutimos os nossos atendimentos clínicos em nossos espaços de supervisão? Nossa raça/cor tem sido levada em conta para pensarmos o que nosso corpo pode provocar no encontro com o outro?

Tendo em vista que a branquitude encarna poder, o corpo da psicóloga branca pode acionar diversas questões em um atendimento, assim como em uma instituição. A branquitude se institui de forma tão naturalizada e neutralizada, que as pessoas brancas acreditam que suas práticas importam mais do que as possibilidades de que um corpo branco pode acionar no outro. A colonialidade institui categorias fundantes que estão arraigadas em nossos processos de subjetivação, como a categoria raça. Não levar isso em conta é não condizer com a Resolução a resolução N.º 018/2002, que estabelece normas de atuação para as psicólogas em relação ao preconceito e à discriminação racial. Assim, acredito que para uma prática compromissada e atenta às questões raciais requer que a psicóloga tenha consciência de si, como nos fala Lane (1985), e não esteja mais alienada quanto às questões raciais e à sua racialidade.

Estar atenta aos desdobramentos do corpo e aos marcadores sociais que os constituem, por parte da psicóloga, pode se tornar um possível caminho para a quebra

da relação terapêutica tratada como princípio de universalidade. Como aponta Gouveia e Zanello (2019), a relação terapêutica precisa ser percebida fora dessa ordem universal, como se fosse apenas um encontro entre “dois seres humanos”, como se esses fossem seres sem marcas sociais. Tratamos até mesmo o sofrimento de forma universal, como “sofrimento humano”, mas não o humano aqui constituído – mestiço, preto, indígena –, não tratando com o seu devido peso os males causados pelo racismo.

As teorias euro-estadunidenses aqui praticadas e perpetuadas na psicologia precisam ser passíveis de críticas. Assim como, convido as profissionais dessas abordagens a ampliarem seus campos de saberes através de pensadoras negras, indígenas, terceiro mundistas e aquelas e aqueles comprometidos com o contexto brasileiro e seus imperativos de desigualdades sociais. Assim como pensadoras(es) que primem pela emancipação e autonomia destes povos, ampliar esse horizonte epistemológico é se compromissar com o indivíduo para além de uma lógica individualista. É pensar que este é sujeito produtor e produto das realidades sócio-históricas. Como nos avisa Lane (1985), toda psicologia é social. Isso não significa reduzir as teorias e práticas da psicologia ao campo da psicologia social, mas sim, que cada uma possa se compromissar, dentro de sua especificidade, com a constituição sócio-histórica do indivíduo. É o entendimento de que não se pode conhecer o sujeito isolando ou fragmentando os seus processos de constituição, como se este existisse em si e por si.

Vimos que o trabalho em algumas instituições convocou as narradoras a repensarem suas práticas e porem na ordem do dia o debate sobre as relações raciais. Com isso, ficam evidentes as possibilidades que podem ser fomentadas no fato da psicóloga buscar, por outros meios, se instrumentalizar para uma atuação implicada. Educação continuada e práticas educacionais são fundamentais para a elaboração e possibilidades de (re)pensar as práticas e os saberes que as fundamenta. É de ordem necessária e primordial fazermos uma crítica à graduação e aos apagamentos das interseccionalidades, mas isso não pode servir como justificativa para a permanência em se manter alheia ao debate e às suas particularidades.

Por fim, por acreditar que a psicologia pode contribuir, com seus aportes teóricos e práticos, para o desmantelamento do racismo, que esta pesquisa foi executada. Para isso, percebemos a necessidade de revisitarmos os sentidos que nos estruturaram até aqui, descortinar as concepções que nos foram ensinadas e

perpetuadas como naturais e inquestionáveis. Refletir sobre um Letramento Racial Crítico que evidencie os aspectos da branquitude e suas repercussões nos mais diversos campos. “Torna-se branca”, como nos diz Cora, é perceber que na ordem do racismo estrutural, não é mais possível se ver sem as lentes da racialização, assim a convocação é para uma atuação psi compromissada de maneira ética-política com a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 set. 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 34, p. 647-661, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2020.

ALVES, Cecília Pescatore. Narrativas de história de vida e projeto de futuro no estudo do processo de identidade. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 31, p. 33-41, 2017. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/4255/pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 22, n. 4, p. 14-23, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000400003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 24 set. 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 5-58.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 147-162.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Notas sobre a branquitude nas instituições. *In*: SILVA, Maria Aparecida da *et al.* **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018. p. 115-136.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça; FURTADO, Odair. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 15-35.

BOND, LETYCIA. Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia. **Agência Brasil**, Brasília, jun. 2020. Seção Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.392, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 003/2004**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 10 mar. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Corona Vírus**, 2020. 1 painel interativo. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CAMARGO, Emiliano David de; SILVA, Lidiane Aparecida de Araujo e Silva. Territórios racializados: a Rede de Atenção Psicossocial e a Política Nacional de Saúde Integral da população negra. *In*: SILVA, Maria Aparecida da *et al.* **Violência e sociedade**: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018. p. 233-247.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez e Juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf> Acesso em: 24 set. 2020.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2008.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTELLS, Manuel; DE ÍPOLA, Emilio. **Metodología y epistemología de las ciencias sociales**. Madrid: Ayuso, 1981.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 169-186.

CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 29-37, 2003.

CIAMPA, Antonio da Costa. Políticas de identidade e identidades políticas. *In*: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PASSOS, Maria Consuelo. (orgs). **Uma psicologia que se interroga: ensaios.** São Paulo: Edicon, 2002. p. 133-144.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **A Psicologia brasileira apresentada em números.** Brasília: CFP. 1 infográfico. Disponível em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em: 24 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de ética profissional do Psicólogo.** Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> Acesso em: 24 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os.** Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP n.º 018/2002, de de 19 de dezembro de 2002.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília: CFP, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em: 24 set. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (CRP-RS). **Relações raciais e produção de subjetividade, Entrelinhas**, São Leopoldo, ano 14, n. 68, out./dez. 2014. Disponível em: http://www.crprs.org.br/upload/files_publications/arquivo67.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y El Caribe. *In*: COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA, 1., 2009, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Colômbia, 2009. p. 1-8. Disponível em:

<http://www.bdigital.unal.edu.co/39749/1/ochycuriel.2009.pdf.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil, 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (ENSP). Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no país. **Informe ENSP**, Rio de Janeiro, maio 2020. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-informe/site/materia/detalhe/48879>. Acesso em: 05 set. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Daivison Mendes. Frantz Fanon, a branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. *In*: MÜLLER, Tânia; CARDOSO, Lourenço. (orgs.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 125-140.

FERRACINI, Rosemberg. Educação geográfica no Combate a necropolítica racial do coronavírus. **Hygeia**, Uberlândia, edição especial, p. 211-220, 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/54459/29160>. Acesso em: 26 set. 2020.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não-marcada. *In*: WARE, Vron. (org.). **Branquitude**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **COVID-2019**: Um olhar para gênero. Brasília: UNFPA Brazil, mar. 2020. 9 p. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/covid19_olhar_genero.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

GARCIA, Carla Cristina. Apresentação: Repensar o trabalho das mulheres. *In*: GARCIA, Carla Cristina (Org.). **Mulheres, tempos e trabalhos**. São Paulo: Annablume, 2018.

GARCIA, Carla Cristina. O problema das identidades de gênero. *In*: GARCIA, Carla C. (Org.). **O rosa, o azul e as mil cores do arco-íris: gêneros, corpos e sexualidades na formação docente**. São Paulo: Annablume, 2017.

GARCIA, Carla. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça; FURTADO, Odair. (orgs.). **Psicologia sócio-**

histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 37-52.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, estamos aí. **Mulherio**, São Paulo, ano II, n. 5, jan/fev., 1982. p. 3.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cumé que fica. **Jornal Mulherio**, São Paulo, v. 2, n. 7, maio/jun. 1982.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 24, e42738, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v24/1807-0329-pe-24-e42738.pdf> Acesso em: 24 set. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 24 set. 2020.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **Teoria feminista**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 12 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 03 set. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **População**: Brasil, Bahia, Salvador, 2020. 1 gráfico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 24 set. 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, nov. 2017. Disponível em: Acesso em: 25 set. 2020.

JESUS, Camila Moreira de. A persistência do privilégio da brancura: notas sobre os desafios na construção da luta antirracista. In: MÜLLER, Tânia; CARDOSO, Lourenço. (orgs.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 69-89.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude, colonialidade e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. *In*: MÜLLER, Tânia; CARDOSO, Lourenço. (orgs.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 91-105.

LANE, Silva Tatiana Maure. **Psicologia social, o homem em movimento**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal – lógica dialética**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LHULLIER, Louise; ROSLINDO, Jéssica. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. *In*: LHULLIER, Louise. (org.). **Quem é a psicóloga brasileira**. Brasília: CFP, 2013. p. 19-52.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque. (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 24 set. 2020.

MALHEIRO, Dirceu Pinto; NADER, Rosa Maria. Contribuição a uma análise da psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 9-13, 1987. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931987000200003. Acesso em: 24 set. 2020.

MALUF, Adriana Penatti; AGUIAR, Katia Faria de. Considerando a branquitude no plano da clínica em saúde mental: disposição de afetos. **Revista da ABPN**, Uberlândia, v. 10, n. 24, p. 108-128, 2018.

MARCINIK, Geórgia Grube. **Branquitude nos movimentos feministas**: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2018.

MARCINIK, Georgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. Branquitude e racialização do feminismo: um debate sobre privilégios. *In*: OLIVEIRA, João Emanuel de; AMÂNCIO, Lígia. (orgs.). **Gêneros e sexualidades**: interseções e tangentes. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL), 2017. p. 159-173.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 154-171.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. A branquitude invisível - pessoas brancas ea não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia?. *In*: MÜLLER, Tânia; CARDOSO, Lourenço. (orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 53-89.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. *In*: KON, Noemi Moritz; DA SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. (eds.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 33-44.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ. [Rio de Janeiro], 05 nov. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Editora Devires, 2017.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. Cor e inconsciente. *In*: KON, Noemi Moritz; DA SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. (eds.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 121-126.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. **Revista da ABPN**, Uberlândia, v. 10, n. 24, p. 216-240, 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/86968680-Psicologia-e-relacoes-raciais-sobre-apagamentos-e-visibilidades.html>. Acesso em: 24 nov. 2020.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Racismo, saúde mental e território: desafios políticos e epistemológicos na clínica ampliada. **Revista da ABPN**, Uberlândia, v. 10, n. 24, p. 03-15, fev. 2018. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo2210062. Acesso em: 24 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra. **Nações Unidas Brasil**, Brasília, dez. 2017. Seção Notícias. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depende-do-sus-se-autodeclara-negra/>. Acesso em: 05 set. 2020.

PIZA, Edith; BENTO, Maria Aparecida Silva. O baile da cor: apontamentos sobre conceitos, métodos e procedimentos de classificação racial. *In*: SILVA JUNIOR,

Hélio. (org.). **O papel da cor raça/etnia nas políticas públicas de promoção da igualdade**: anotações sobre a experiência do município de Santo André. São Paulo: CEERT, 2003. p. 62-74.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do 'branco' brasileiro. *In*: RAMOS, Alberto Guerreiro. (org). **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limit, 1957. p. 171-192.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlanta**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as). **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 117-140, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007. Acesso em: 24 set. 2020.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. SPE, p. 166-175, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1414-98932012000500012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 set. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 80, p. 5-10, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225. Acesso em: 24 set. 2020.

SCHMIDT, Beatriz *et al.* Impactos na saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, p. 1-26, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005. Acesso em: 24 set. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-

94, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000100010&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 24 set. 2020.
SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. SPE, p. 172-185, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932017000500172&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 24 set. 2020.

SILVA, Fabrício Pereira; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 68-87, 2018. Acesso em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980/14269>. Acesso em: 24 set. 2020.

SILVA, Maria Lúcia. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. *In*: KON, Noemi Moritz; DA SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. (eds.). **O racismo e o negro no Brasil:** questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 71-89.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para um campo de estudo. *In*: MÜLLER, Tânia; CARDOSO, Lourenço. (orgs.). **Branquitude:** estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 19-32.

SOARES, Magda. O que é Letramento? **Revista Presença Pedagógica**, [s.l.], v. 2, n. 10, jul./ago. 1996.

SOUZA, Luh de; ANTERO, Francisco. Existe racismo no Brasil? Faça o teste do pescoço e descubra. **Geledes**, [s.l.], jul. 2013. Seção Casos de Racismo. Disponível em: https://www.geledes.org.br/existe-racismo-brasil-faca-o-teste-pescoco-e-descubra/?gclid=Cj0KCQjwvuj5BRDkARIsAGD9vIJz6TluDrw89Nn0dcFRZ8vxokOXSDUttfKOrzL5vanQp4T4ft3wBJqsaAIT1EALw_wcB. Acesso em: 24 set. 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em Ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOVIK, Liv Rebecca. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SOVIK, Liv. A Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. *In*: WARE, Vron. (org.). **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 363-386.

TWINE, France Winddance; STEINBUGLER, Amy. The gap between whites and whiteness: Interracial intimacy and racial literacy. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 341-363, 2006.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 244-248, dez. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922019000600244&script=sci_arttext. Acesso em: 24 set. 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 24 set. 2020.

VYGOTSKY, Lev. **Teoria e método em Psicologia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

APÊNDICE A-
CARTA CONVITE PARA AS NARRADORAS

Olá, [...]

Sou Sara Moura, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, com a orientação da Profª Drª Carla Cristina Garcia.

Primeiro, obrigada por se disponibilizar, no cenário atual, a contribuir com esse trabalho. Esse documento tem como objetivo formalizar o convite para sua participação na pesquisa de mestrado “Narrativas de psicólogas brancas sobre as relações raciais: um diálogo a partir da branquitude crítica”. A ideia é que possamos dialogar de maneira aberta e horizontal, serão convidadas psicólogas brancas, que estejam dispostas a tecer um pouco sobre si e sobre sua atuação e/ou percepção diante do tema das relações raciais, para refletirmos sobre uma psicologia como agente de transformação social, assim como instrumento na luta antirracista. Como estamos diante da condição de distanciamento social, sem prazo de retomada para as atividades presenciais, nossa conversa será por plataforma virtual, não é necessário o recurso de aplicativo, apenas acessar o link que enviarei. Cabe dizer que não será um modelo de entrevista, mas sim uma conversa para conhecer mais a sua trajetória. Com isso, te convido para que tenhamos um diálogo aberto, sem necessidades de formalidade, onde possamos nos sentir à vontade. O depoimento será gravado para que sirva de auxílio para a transcrição. Diante disso, com o seu aceite, combinamos um melhor dia e horário para marcarmos, logo em seguida receberá o e-mail com o termo de consentimento, sendo necessário sua assinatura digital, é bem intuitivo de preencher, mas caso tenha dúvidas, fala comigo.

APÊNDICE B-
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Sara Moura de Carvalho, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), estabelecida profissionalmente na rua Ministro de Godói, 696, Bloco A, sala 4E-10, CEP 05015-901, São Paulo, cujo telefone de contato é (071) 9 9331-9419 e e-mail saramourapsi@gmail.com, estou realizando uma pesquisa com a orientação da professora Carla Cristina Garcia intitulada “Narrativas de psicólogas brancas sobre as relações raciais: um diálogo a partir da branquitude crítica”. Gostaria de convidá-la a participar dessa pesquisa. O objetivo é compreender sobre sua trajetória com o tema das relações raciais, e como percebe esses processos em suas práticas. A análise dos dados será feita a partir da análise do discurso trazida durante o depoimento, garantindo o sigilo quanto à sua identidade e à identidade das demais pessoas que você possa citar durante a conversa, assim como de qualquer informação pessoal que possa te fazer sentir-se exposta.

A sua participação é voluntária, e a escolha da data e ficará ao seu critério. Entraremos em um acordo quanto ao local. Com a sua autorização, a entrevista será gravada para posterior transcrição literal e análise de dados. Informo a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, a qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas ou reposicionamento quanto à narrativa. Além disso poderá ter acesso aos resultados parciais da pesquisa, e sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa ou apresentar reclamações ou sugestões por meio dos contatos descritos acima.

Caso sinta algum desconforto durante a entrevista, poderá interromper ou desistir de participar a qualquer momento, sem nenhum dano ou prejuízo. Esta pesquisa respeita a Resolução de Ética 466/2012, para as pesquisas que envolvem seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde, que são regras para te proteger. Assim, fica garantido seu anonimato, ou seja, as informações obtidas serão analisadas sem qualquer identificação do participante.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética de pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP (colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo

seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos e científicos), com sede no Campus Monte Alegre da PUC-SP localizado no andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C, na rua Ministro Godói, 969- Perdizes- São Paulo- SP- CEP: 05015-001. O telefone é (011) 3670-8466 e o e-mail: cometica@pucsp.br.

Não haverá despesas ou compensações pessoais pela participação, que deve ser livre e voluntária e nenhum tratamento específico será oferecido neste estudo. Você receberá uma cópia desse documento e uma cópia ficará comigo. Abaixo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Acredito ter sido suficientemente informada a respeito do estudo intitulado “Narrativas de psicólogas brancas sobre as relações raciais: um diálogo a partir da branquitude crítica”. Ficaram claros quais são os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, as garantias de sigilo e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas ou compensações financeiras e que poderei retirar o consentimento em qualquer etapa do estudo, sem penalidades ou prejuízos. Concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa.